



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**FRANCISCO RAIAN DOS SANTOS VILANOVA**

**TERRA, ÁGUA E TRABALHO: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA  
EUCALIPTOCULTURA NO MARANHÃO (1990-2018)**

**FORTALEZA**

**2023**

FRANCISCO RAIWAN DOS SANTOS VILANOVA

TERRA, ÁGUA E TRABALHO: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA  
EUCALIPTOCULTURA NO MARANHÃO (1990-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de mestre. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

V746t Vilanova, Francisco Rairan dos Santos.  
Terra, água e trabalho : impactos sociais e ambientais da eucaliptocultura no Maranhão (1990-2018) /  
Francisco Rairan dos Santos Vilanova. – 2023.  
150 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em História, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.

1. silvicultura. 2. História Ambiental. 3. Cerrado. 4. Maranhão. I. Título.

CDD 900

---

FRANCISCO RAIAN DOS SANTOS VILANOVA

TERRA, ÁGUA E TRABALHO: IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA  
EUCALIPTOCULTURA NO MARANHÃO (1990-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de mestre. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 01 / 12 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva  
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristiana Costa da Rocha  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kênia Sousa Rios  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

À minha avó Francisca Melo (*In memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A Deus pelo dom da vida e proteção constante.

Aos meus pais Benedita e Edgar pelo apoio e confiança.

Aos meus irmãos Rayanderson e Raylane pela parceria.

Aos meus avós paternos José e Conceição e maternos Francisca e José (*In memoriam*)

Aos meus tios Amélia e José por me aturarem há dez anos em sua casa.

A todos os meus primos e primas, tios e tias, mas especialmente a Sebastiana e a Silvéria pelo carinho de sempre.

Ao professor Eurípedes Funes pelas orientações valiosas.

À professora Kênia Rios por inicialmente ter aceitado orientar este estudo e por também aceitar compor esta banca de defesa de dissertação.

Ao professor Sandro Dutra por também aceitar participar da banca.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará pelo acolhimento.

A todos os professores do PPGH pelas trocas e ensinamentos.

Ao pessoal da turma de mestrado de 2021 pelo companheirismo, apesar do afastamento causado pela pandemia que até o presente momento me impediu de conhecer todos pessoalmente.

Às muitas pessoas que conheci em Buenos Aires de diferentes partes da América Latina por ocasião de minha participação na V Escuela de Posgrado da Sociedad Latinoamericana e Caribeña de Historia Ambiental, pelas trocas e pela amizade.

Aos meus amigos de forma geral que me acompanharam nesta jornada pela... amizade, em especial à Cristiana por além de ser uma grande amiga ter sido também minha orientadora na graduação e por ter aceitado compor esta banca. Cito também a Any Spíndola, a Adriana, a Thayná, o Alex, o Natanael, a Ana Karoline Vale.

Ao pessoal do Núcleo de Estudos em História, Sociedade e Trabalho – NEHST da Universidade Estadual do Piauí - UESPI pelas risadas e pelos momentos de descontração. Cito aqui o Lucas Ramyro, o Ádyson, o Antonio, o Rodrigo e a Geovana.

À Lia Monielli pelas parcerias e também por ter sido uma das minhas inspirações na escrita deste estudo.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação, especialmente às pessoas que me receberam no quilombo Tanque da Rodagem/São João e que por razões de ética e de segurança não serão aqui identificadas.

Muito obrigado!

Por ser de lá

Do sertão, lá do Cerrado

Lá do interior do mato

Da Caatinga do roçado

Eu quase não saio

Eu quase não tenho amigos

Eu quase que não consigo

Ficar na cidade sem viver contrariado (GIL; DOMINGUINHOS, 1975)



## RESUMO

Esta pesquisa analisa o avanço da monocultura do eucalipto no Maranhão, entre os anos de 1990 e 2018, sob o ponto de vista da História Ambiental e aspectos da História Social. O avanço do agronegócio brasileiro sobre o bioma Cerrado fez surgir o projeto de fronteira agrícola que aproxima os territórios dos estados da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão, que atende pela sigla do MATOPIBA. Esse projeto, sobretudo no caso do Maranhão, serviu como mecanismo de atração de empresários ligados ao setor madeireiro e agroexportador de grãos, que encontraram na região condições favoráveis na aquisição de terras, incentivos fiscais, financiamentos e riqueza hídrica. Soma-se a estes fatores, a fragilidades legais do ponto de vista da proteção às populações do campo, do Cerrado que cobre grande parte do território maranhense. Nesse sentido, procuramos discutir até que ponto a exploração de eucalipto, uma planta cuja morfologia depende de uma carga hídrica muito intensa, representa um risco à natureza, às populações camponesas e principalmente ao bioma Cerrado. Para isso, levantamos um debate que problematiza as ferramentas e os mecanismos do modelo de produção capitalista, e, especialmente, a postura do agronegócio que consiste em uma severa transformação dos recursos naturais em matérias primas e mercadorias, num processo brutal que minimiza e rejeita os direitos de grupos vulnerabilizados e que dependem da natureza para sobreviver. O recorte temporal abrange desde o momento em que foi implantado o projeto CELMAR no Maranhão, no início dos anos 1990, até um dos últimos registros de conflitos por terra envolvendo o negócio da monocultura de eucalipto e camponeses locais, no estado, em 2018. Para isso apoiamos-nos nas discussões sobre os conflitos pela água, um fenômeno crescente na medida em que as grandes empresas restringem o acesso às fontes de água de modo que seus interesses produtivos sejam assegurados. Outro vetor importante é a noção de que as monoculturas devem sempre se impor em relação a uma agricultura heterogênea em termos de vantagens produtivas. Neste sentido, se faz necessário compreender a transformação da natureza em mercadoria no contexto da globalização. As fontes consistem principalmente nos cadernos de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra – CPT, fontes hemerográficas, entrevistas, relatórios de produção, dados estatísticos e folhetos de associações. A metodologia compreende análise dos dados e a história oral em associação com a bibliografia consultada.

**Palavras-chave:** silvicultura; História Ambiental; Cerrado; Maranhão.

## ABSTRACT

This research analyzes the advancement of eucalyptus monoculture in Maranhão, between the years 1990 and 2018, from the point of view of Environmental History and aspects of Social History. The advance of Brazilian agribusiness in the Cerrado biome gave rise to the agricultural border project that brings together the territories of the states of Bahia, Tocantins, Piauí and Maranhão, which goes by the acronym of MATOPIBA. This project, especially in the case of Maranhão, served as a mechanism to attract businesspeople linked to the timber and grain agro-export sector, who found favorable conditions in the region for land acquisition, tax incentives, financing and water wealth. Added to these factors are legal weaknesses from the point of view of protecting rural populations, the Cerrado that covers a large part of Maranhão's territory. In this sense, we seek to discuss the extent to which the exploitation of eucalyptus, a plant whose morphology depends on a very intense water load, represents a risk to nature, to rural populations and mainly to the Cerrado biome. To this end, we raise a debate that problematizes the tools and mechanisms of the capitalist production model, and, especially, the stance of agribusiness, which consists of a severe transformation of natural resources into raw materials and goods, in a brutal process that minimizes and rejects the rights of vulnerable groups who depend on nature to survive. The time frame ranges from the moment the CELMAR project was implemented in Maranhão, in the early 1990s, until one of the last records of land conflicts involving the eucalyptus monoculture business and local peasants, in the state, in 2018. For this is based on discussions about conflicts over water, a growing phenomenon as large companies restrict access to water sources so that their productive interests are assured. Another important vector is the notion that monocultures must always prevail over heterogeneous agriculture in terms of productive advantages. In this sense, it is necessary to understand the transformation of nature into merchandise in the context of globalization. The sources mainly consist of notebooks on conflicts in the field of the Comissão Pastoral da Terra – CPT, newspaper sources, interviews, production reports, statistical data and leaflets from associations. The methodology comprises data analysis and oral history in association with the bibliography consulted.

**Keywords:** forestry; Environmental History; Cerrado; Maranhão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área de ocupação do Cerrado brasileiro .....	27
Figura 2 – Área de ocupação da MATOPIBA .....	46
Figura 3 – Hectares em regime de posse na MATOPIBA entre 2006 e 2017 .....	47
Figura 4 – Hectares em regime de propriedade na MATOPIBA entre 2006 e 2017 .....	47
Figura 5 – Famílias envolvidas em conflitos por terra na MATOPIBA (2006-2017) .....	48
Figura 6 – Conflitos por terra envolvendo a empresa Suzano no Maranhão (2010-2018) .....	49
Figura 7 – Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense .....	50
Figura 8 – Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense .....	60
Figura 9 – Carteirinha de associado quilombola do marido de Dona Otacília .....	62
Figura 10 – Senhor João costurando sacos de fibras em uma casa de farinha do quilombo Tanque da Rodagem .....	63
Figura 11 – Mapa do perímetro urbano e rural do município de Matões .....	64
Figura 12 – Áreas de influência do projeto de fábrica de celulose na divisa entre os estados do Maranhão e Piauí .....	77
Figura 13 – Ilustração da região geoeconômica da MATOPIBA .....	84
Figura 14 – Território Quilombola Cocalinho, Parnarama, Maranhão .....	93
Figura 15 – Frame do documentário <i>Maranhão 66</i> .....	100
Figura 16 – Proposta de criação de empregos pelo Projeto CELMAR .....	109
Figura 17 – Principais causadores e vítimas de Racismo Ambiental no Brasil .....	113
Figura 18 – Região do Desenvolvimento do Tocantins Maranhense .....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Utilização de terras no Extremo Sul da Bahia (1970-1996) .....	41
Quadro 2 – IDH (Maranhão, Piauí e Bahia) .....	53
Quadro 3 – Consumo de água em litros <i>per capita</i> por dia no Brasil em diferentes países .....	79

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AATR	Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais
ABCTP	Associação brasileira técnica de celulose e papel
ACP	Ação Civil Pública
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASSEMA	Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão
CAEMA	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CCN/MA	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia –
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COETRAE	Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo
CONTAG	Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura
CPISP	Observatório Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz
FERGUMAR	Ferro Gusa do Maranhão Ltda
FETAEMA	Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
GTAP	Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento

IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MOPIC	Movimento das Organizações e Povos Indígenas do Cerrado
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora –
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PCG	Projeto Grande Carajás

PDA	Plano de Desenvolvimento Agrário
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SINITOX	Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TJMA	Tribunal de Justiça do Maranhão
TPP	Tribunal Permanente dos Povos
TRT/SP	Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO NO CERRADO BRASILEIRO</b> .....	28
2.1 Antecedentes da exploração do eucalipto no Maranhão .....	35
2.2 “MATOPIBA: a nova fronteira agrícola do Brasil” .....	47
2.3 Avanço do eucalipto sobre o Maranhão: disputas pela terra .....	57
<b>3 A ÁGUA QUE O EUCALIPTO CONSOME</b> .....	73
3.1 A água como mobilizadora da fronteira.....	84
3.2 As guerras da água no Brasil.....	91
<b>4 PROMESSAS DE TRABALHO NOS DESERTOS VERDES</b> .....	100
4.1 O imaginário do mundo fabril.....	107
4.2 Racismo ambiental e condições de trabalho no Maranhão .....	115
4.3 Trabalho escravo em fazendas de eucalipto .....	123
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESPERAR DA SILVICULTURA NO MARANHÃO - QUE FUTURO? PARA QUEM?</b> .....	133
<b>6 FONTES</b> .....	138
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	144



## 1. INTRODUÇÃO

O percurso da escrita inicia a partir de suas estruturas mais elementares. A primeira delas é evidentemente a delimitação do tema, seguido dos ajustes em relação às coordenadas de tempo e espaço. Procura-se debater o problema do avanço das monoculturas e das empresas de exploração de eucalipto no estado do Maranhão sob o ponto de vista da História Social e mais precisamente da História Ambiental. Esta última adquire aqui uma importância ainda maior e se justifica pela necessidade de pensarmos as influências humanas ao meio natural, sendo que isso se dá por meio da manipulação de um elemento que também tem origem na natureza – o eucalipto. Tal manipulação só possível mediante a interferência do modelo de produção e da racionalidade capitalista, o que abre espaço para as questões de cunho mais genuinamente do campo social. Nesse sentido, estamos nos referindo aos diversos grupos e/ou comunidades de trabalhadores que convivem com o medo e a ameaça constantes da desapropriação de terras, as incertezas sobre o destino de suas atividades produtivas, recreativas e de cunho espiritual, além dos perigos que desafiam a manutenção dos ciclos naturais de sobrevivência na natureza e em sociedade.

Chegamos a esse tema de pesquisa, antes de mais nada, por conta de uma inquietação pessoal que buscava compreender e explicar o temor com que moradores de áreas rurais localizadas bem próximas às terras que estavam sendo adquiridas pela Suzano, expressavam em locais de convívio coletivo. Temor que assumia a postura de preocupação com o futuro da comunidade, sobretudo acerca das incertezas sobre o direito de permanecer vivendo e trabalhando na terra como sempre fizeram. Assim, consideramos como o primeiro ponto de discussão as questões sociais. Embora nesse primeiro momento não houvesse demonstrações por parte da comunidade com questões relacionadas ao debate ambiental, passamos a olhar para um outro fator da questão que se apresentava: a natureza e a fisiologia do eucalipto, já que se trata do núcleo central de toda a problemática. Ao ampliar olhar sobre esse processo de expansão das monoculturas de eucalipto, percebemos que tal situação se encaixava numa dinâmica de produção e exploração muito maior, que se articulava com outras situações que ocorriam dentro de território maranhense e que legitimava a problematização sobre a discussão social e principalmente sobre as ameaças ao equilíbrio e conservação ambiental em nome de um suposto progresso e em favor do modelo de produção capitalista. Por isso, do ponto de vista ambiental, o recurso que mais se encontra em evidência e na mira dos grandes produtores de celulose, é a água. Assim, esse trabalho se apropria e procura integrar também o rol dos debates

sobre disputas por esse elemento que tem adquirido valor de mercado, ao passo que vem sendo transformado em mercadoria.

A Suzano Papel & Celulose integra uma *join venture* – conglomerado de empresas – e foi fundada nos anos 1920 pelo imigrante ucraniano Leon Feffer em São Paulo. Já em meados do século passado, a família Feffer adquire uma fábrica em Suzano, no estado de São Paulo, e passa a desenvolver pesquisas para encontrar matéria-prima que fosse alternativa à utilização do pinus. É nesse contexto que surge a produção de celulose a partir da fibra de eucalipto, o que provocou transformações na indústria da celulose no Brasil e no exterior. Na década de 1960, a Suzano se torna a primeira empresa do mundo a começar a produzir papel e celulose utilizando somente este material em escala industrial e alguns anos depois inicia exportações para a Europa. Depois disso a empresa continuou se expandindo de maneira que em 2014 inaugura a unidade industrial de Imperatriz, no Maranhão, tida como um dos maiores e mais modernos complexos de produção de celulose do mundo, e se tornou a maior empresa no ramo da exploração de eucalipto no Brasil, após comprar a Fibria em 2018, sua maior concorrente

Dessa forma, algumas das perguntas que nortearam o presente estudo são: o que torna o Maranhão um espaço de atração para essa mais recente faceta do agronegócio no Brasil? Quais os perigos que esse avanço representa para o bioma Cerrado? Qual o papel do estado e dos órgãos de governos em meio aos conflitos estabelecidos entre empresários, comunidades rurais e instituições de proteção e defesa do meio ambiente em razão das consequências trazidas pelas monoculturas de eucalipto? Em que sentido e/ou até que ponto a ascensão da silvicultura no Maranhão representa uma ameaça social em larga escala e natural a nível de comprometimento do equilíbrio ecológico, sobretudo em relação ao abastecimento de água? Como as medidas adotadas pelas empresas de exploração do eucalipto, com o objetivo de atrair mão de obra e promessas de desenvolvimento e progresso, se articulam com a realidade social do Maranhão, facilitando, em alguns casos, a sua aceitação em territórios ocupados?

Como ponto de partida para nossa análise, tomamos como base as discussões do *Seminário Consulta Carajás*, organização formada por integrantes da sociedade civil como entidades sindicais, organizações de defesa e proteção do Direitos Humanos, associações religiosas e de reivindicação de assentamentos rurais, dos estados do Maranhão, Pará e Bahia. Por ocasião desse Seminário, debateu-se no início dos anos 1990, os efeitos da exploração do eucalipto no Maranhão, que acabara de despontar seus primeiros passos por meio do Projeto CELMAR, iniciativa privada que representa os primórdios da execução de atividades ligadas à silvicultura no Maranhão. As entidades envolvidas questionavam os benefícios oferecidos pelo Projeto, bem como alertavam para o perigo da ascensão do processo de aquisição de terras que

atingia principalmente pequenos proprietários. Ao longo da década de 1990 até o final dos anos 2000, acompanhamos a transição da condução da exploração do eucalipto do Projeto CELMAR para a empresa Suzano Papel & Celulose. A partir daí começam a surgir os primeiros casos de conflitos por terra e por água envolvendo a empresa e comunidades rurais em razão da expansão do eucalipto, com destaque para o ano de 2011, que é quando temos uma explosão no número de casos desse tipo, de forma que o Maranhão se coloca no topo da lista em relação às demais unidades da federação.

É também em 2011 que observamos os eventos que levaram a transferência do projeto que visava a construção de uma indústria de celulose no Piauí para o Maranhão. O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Piauí entraram com uma Ação Civil Pública na justiça contra a empresa Suzano, contra o estado do Piauí e contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA por conta de irregularidades no processo de concessão ambiental para que a indústria entrasse em operação. Além disso, estudos demonstraram inviabilidade na condução do projeto a ser instalado no município de Palmeirais, no Piauí, que fica bem próximo às margens do rio Parnaíba, que por sua vez faz a divisa com o Maranhão. Concluiu-se que seria insustentável do ponto de vista ambiental, que as águas do rio fossem utilizadas como fonte de abastecimento para funcionamento da indústria e para alimentar as plantações de eucalipto que estavam previstas para serem implantadas na região.

Dessa forma, o projeto da indústria foi levado e instalado na região do Tocantins maranhense, oeste do estado, espaço que coberto pela vegetação do bioma Amazônico. Enquanto isso, os conflitos por terra, se prolongam de maneira recorrente, especialmente nas regiões do Baixo e Médio Parnaíba maranhenses, sendo que na primeira área, as populações atribuem à exploração do eucalipto, as agressões ao meio ambiente que contribuem para perturbações climáticas, como prolongamento das secas e aumento na recorrência dos períodos de estiagem. Outros problemas levantados foi a drenagem deliberada das fontes hídricas para abastecer os eucaliptos e as desapropriações de terras que levam ao êxodo rural e inchaço das cidades, estimulando o desemprego, a violência, condições precárias de sobrevivência e desestruturação dos núcleos urbanos. Já em relação ao Médio Parnaíba, os problemas atingem também comunidades tradicionais, a exemplo das populações quilombolas que sofrem com as pressões aos seus meios de sobrevivência, chegando a haver casos de ameaças de morte por pessoas ligadas à empresa contra os habitantes das comunidades.

É preciso considerar que as questões relacionadas às desigualdades na distribuição de terras encontram resquícios em um dispositivo anterior à instauração do projeto CELMAR no

Maranhão. A aprovação da Lei Nº 2.979 em 17 de julho de 1969, também conhecida como Lei Sarney de Terras, representou a consolidação da vitória da hegemonia política adotada pelo então governador do estado, José Sarney, cujo discurso se sustentava na retórica da promessa de um Maranhão Novo, que se contrapunha ao que a oligarquia de Vitorino Freire, anteriormente dominante, representava. A lei guarda não só semelhanças com características da Lei de Terras de 1850, como também gerou os mesmos resultados. A falta de clareza nos critérios de distribuição de terras públicas do estado, tornou as populações mais pobres, especialmente das áreas delimitadas pelo bioma Amazônico, reféns da grilagem que beneficiou principalmente empresas privadas e grandes proprietários de terras.

A lei é, portanto, um dos objetos de análise deste estudo, que em associação com a consolidação, entre 2014 e 2016, do projeto de fronteira agrícola formado por territórios do estado do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e denominado MATOPIBA, aprofundou as dificuldades sociais e intensificou os conflitos por terra, especialmente no caso maranhense. Além dessa combinação expor a diversidade biológica do Cerrado aos riscos do desmatamento, da indústria madeireira, da produção de carvão vegetal e particularmente das monoculturas de eucalipto, compromete também a manutenção das profundas reservas de águas que caracterizam a paisagem do bioma.

É nessa região que, 38 famílias de duas áreas quilombolas ainda em 2011, se unem para procurar a justiça por meio de uma ação conjunta, a fim de ter os seus direitos à terra preservados e livres de qualquer pressão e interferência por parte da Suzano. Os problemas se arrastam até pelo menos 2018, quando marca a finalização do nosso recorte temporal estabelecido, em razão de que é nesse momento que a empresa, por alguma razão ainda a ser investigada com mais clareza, começa a bater em retirada do Médio Parnaíba, mas não sem antes deixar seu rastro de destruição. O que ocorre é que o processo de aquisição das terras, que incluem os territórios quilombolas, jamais teve o reconhecimento legal por parte das comunidades, que alegam direito ancestral. Importante destacar que os territórios possuem registros e são reconhecidos pela Fundação Palmares, mas não pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sendo assim as terras são reconhecidas, mas não tituladas, o que implica pressões internas e externas, a exemplo do agronegócio.

O documento da ação judicial, inclusive faz parte do nosso acervo de fontes que foi localizado junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA. Através dele foi possível ter acesso aos nomes das pessoas envolvidas, bem como o teor da acusação ajuizada na ação e a posição da ré – uma fazenda controlada pela Suzano – frente ao caso. Esse item se complementa com os cadernos de conflitos no campo registrados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, que

monitora anualmente, casos de violência contra trabalhadores rurais que lutam diariamente pela sobrevivência no campo. As famílias que acionaram a justiça são as mesmas que aparecem recorrentemente em conflito com a Suzano ano após ano entre 2011 e 2018. Os registros apontam informações como número de famílias atingidas, extensão das terras, a natureza do empreendimento que atua contra as populações afetadas, além de apontar se houve despejo ou ameaças de morte.

Trata-se das comunidades quilombolas Tanque da Rodagem e São João, localizadas na região de desenvolvimento denominada Médio Parnaíba maranhense, leste do estado, dentro dos limites do município de Matões que fica às margens do rio Parnaíba, fazendo divisa com o estado do Piauí (vide página 60). Tivemos a oportunidade de visitar a localidade e conhecer a fundo a realidade social de seus moradores sendo que pontos da dinâmica de convívio junto às monoculturas de eucalipto foram registrados por meio de fotografias e entrevistas realizadas com aqueles que em certos momentos agiram de modo mais atuante na luta contra as dificuldades impostas pelo avanço da silvicultura na região. Em foto captamos o documento mostrado com orgulho pelos moradores de Tanque da Rodagem, que lhes garante o reconhecimento como quilombolas, emitido pela Fundação Palmares. Outros narraram episódios de violência contra a comunidade e contra a natureza, a exemplo da realização de manifestações com bloqueios de estradas, imposição de barricadas contra o uso de tratores com o objetivo de demolir residências da comunidade. Também ouvimos relatos de ações de pistoleiros que agiam de forma a intimidar os habitantes, chegando a haver casos de incêndios em casas de moradores locais, além de despejos aéreos de agrotóxicos e fertilizantes agrícolas, que de maneira deliberada, comprometem as plantações e a saúde das populações afetadas.

Assim, para analisar esses conflitos, nos utilizamos também da História Oral enquanto recurso metodológico. Para Portelli (2010) “a necessidade de imaginar uma condição comungada e paritária pode fazer com que os olhos se fechem diante das desigualdades reais” (PORTELLI, 2010, p. 100). O autor prossegue afirmando que a noção e o espírito de competitividade são geralmente despertados nesses casos para impedir que outros indivíduos, considerados melhores, tenham mais acesso a riqueza e poder. Comportamento esse estimulado por e para atender os interesses das elites, cujas origens vêm praticamente de um mesmo processo de construção.

Outras fontes importantes a serem destacadas trata-se dos arquivos de jornais: Imirante, O Imparcial e Jornal Pequeno, de São Luís, e os de circulação diária, como O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo, que também são vistos diariamente e assumem muitas vezes o papel de porta-vozes das grandes corporações, cujo acesso foi possível por meio dos

acervos *on line* disponibilizados pelas próprias empresas responsáveis pelos periódicos. Apesar de toda a criticidade que os jornais de grande circulação requerem, são importantes para compreender os embates que direcionaram o percurso da silvicultura ao Maranhão e como toda a dinâmica da exploração do eucalipto repercute na cena pública nacional. Entre os efeitos dessa exploração, estão os casos de trabalhadores flagrados por órgãos do governo federal em situação de trabalho escravo em fazendas de eucalipto, onde a maioria da força de trabalho compulsória é composta por sujeitos maranhenses dentro do perímetro do bioma Cerrado. Situação que põe em xeque a efetividade das políticas estaduais de combate a esse tipo de exploração, como o II Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão, criado durante o governo Jackson Lago em 2007, documento que faz parte do nosso foco de análise. Também nos utilizamos de documentos produzidos por entidades públicas e organizações não-governamentais de apoio ao homem do campo, como a Repórter Brasil, que oferece uma produção riquíssima sobre a guinada da exploração do eucalipto para o Norte-Nordeste do Brasil.

A categoria de trabalho escravo contemporâneo não causa estranheza quando figura entre as pautas dos problemas da consolidação da silvicultura no Maranhão. É mais um indício da incoerência da dita modernidade que avança sobre o estado, como creem muitos governantes e empresários. Rodrigues (2017) sugere que os números alarmantes de trabalhadores resgatados em situação de trabalho escravo em nome do progresso e do desenvolvimento, conferem ao Maranhão a marca de espaço subalterno, o que significa haver uma transferência geográfica de valor à região, deliberada pelo capitalismo com o objetivo de garantir acumulação e atendimento ao mercado. Nesse sentido para o desenvolvimento desta seção, foram utilizados registros de entidades de fiscalização e combate ao trabalho escravo contemporâneo, bem como reportagens e outras fontes que tornaram possível compreender esse cenário, que traz de volta o tempo em que a desumanização e a violência marcaram séculos da História do Brasil.

A nossa metodologia consiste essencialmente na articulação conjunta envolvendo as questões norteadoras da pesquisa com as fontes disponíveis depois de catalogadas e de feita uma rigorosa análise sobre elas, passando por um diálogo firme em todos os âmbitos da historiografia, por meio de uma bibliografia previamente estabelecida, tendo por fim, as categorias de análises como principais auxiliares das perguntas a serem respondidas. Assim, o que dá sentido a esse estudo é o debate sobre como essa problemática se insere na conjuntura dos problemas sociais e como ela contribui para as discussões na agenda ambiental da sociedade, que tem priorizado as questões relacionadas à natureza como ponto sensível no que se refere ao futuro do planeta.

Donald Worster (1991) afirma que História Ambiental é, antes de tudo, um esforço revisionista para dar mais amplitude aos objetos de pesquisa da História, enquanto campo acadêmico. DRUMOND (1991, p. 181) por sua vez afirma que para se fazê-la, entre outras coisas, é preciso “que quase todas as análises focalizem uma região com alguma homogeneidade ou indentidade natural” [*sic*]. Para o autor, entre os materiais que se enquadram na categoria das fontes, estão, além de itens como diários e memórias, descrições de dietas, estudos sobre epidemias e projetos de infraestrutura como a construção de estradas e portos. E acrescentamos um modelo que tem sido bastante recorrente no Brasil: os documentos sobre obras faraônicas de construção de hidrelétricas, projetos similares e os impactos ambientais por trás de tudo. Os estudos em História Ambiental são marcados sobretudo pela interdisciplinaridade, especialmente no trato com as colaborações das Ciências Naturais e Biológicas.

Um dos conceitos principais a ser compreendido é o de *História Ambiental*, o que é, quais os métodos e quais as fontes são necessárias para se fazê-la. PÁDUA (2010, p. 83) afirma que “o que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema da natureza. Ela sempre foi uma categoria central do pensamento humano, ao menos na cultura ocidental, desde a Antiguidade”. Para o autor, a partir do momento em que as sociedades se territorializam, em um mundo em que a diversidade biológica, geográfica e geológica é gigantesca, é impossível pressupor que o que resulta da interação existente entre os seres humanos é inerente ao papel da natureza no processo. Portanto, o conceito de História Ambiental vai muito além do debate que coloca a natureza como ponto central da discussão, mas está sim na relação de complementaridade ou até mesmo na tentativa de disjunção entre homem e natureza.

Uma abordagem mais direcionada desse conceito defende que:

A história ambiental no Brasil é um campo de pesquisa que se encontra em fase de consolidação e, potencialmente, pode contribuir para a análise dos ciclos agrários brasileiros em suas principais características, a saber: latifúndio, monocultura, exploração humana, injustiças sociais, violência no campo, concentração de renda, compromissos externos e dívidas socioambientais internas, degradação ambiental, extinção da biodiversidade (flora e fauna) e diminuição drástica da capacidade de resiliência dos agroecossistemas, diminuição do patrimônio natural, dilapidação dos recursos naturais (solo, água) e postura genocida, no que se refere à sociodiversidade. (COSTA; WIZNIEWSKY, 2010, p. 41/42)

Fazem parte de outras categorias de análises, as discussões sobre a transformação da água em mercadoria cujo debate está assentado em uma bibliografia interdisciplinar, e que segundo Porto-Gonçalves (2006) esse elemento está no centro de uma disputa que parte de uma

crise política e de uma crise de racionalidade científica. Desse modo, empregamos também as categorias “moderno” e “progresso” que nesse caso, dizem respeito a uma guinada compulsória por parte das forças produtivas hegemônica em direção à recusa da tradição e da experiência, conforme assinalado por Koselleck (2006).

Assim, neste estudo busca-se, discutir, a partir do ponto de vista da História Ambiental, o problema do avanço das monoculturas de eucalipto sobre áreas do Cerrado maranhense, compreendendo o período entre 1990 a 2018. É o tema que interessa ao campo da Ecologia, sobretudo por se tratar de uma questão que está ligada à própria fisiologia do eucalipto, que tem uma capacidade de apropriação hídrica do solo, imensamente superior à de outras plantas da natureza. Além disso, as áreas nas quais o negócio da silvicultura tem se expandido de forma acelerada no Brasil, corresponde aos espaços delimitados por uma vegetação de pequeno porte, conhecida pela grande concentração de reservas subterrâneas de água. Sem contar que o bioma é também responsável pelo abastecimento de uma grande variedade de frutos que atendem às necessidades das populações extrativistas, como o pequi, o buriti, o bacupari, o jatobá, entre muitas outras. Dessa forma, uma das questões importantes a serem exploradas é a capacidade de resistência do bioma a ataques no Antropoceno, especialmente aqueles ligados ao modelo de produção capitalista, que pelo menos, desde o período da Ditadura Civil-Militar, tem ocupado áreas da Amazônia e espaços antes preenchidos por babaçuais e pequizeiros, e os transformado em instrumentos da produção de *commodities*, como se evidencia no presente estudo.

Em relação aos aspectos mais ligados à História e a outras ciências humanas e sociais, destacamos a questão do conflito pela terra a partir da interpretação de que a água, os recursos fundiários, as políticas governamentais e a noção de espaço vazio, é o que, nos termos de MARTINS (1996) tem mobilizado o avanço da *Frenteira* sobre essa região. Isso fica evidente com a consolidação da MATOPIBA, projeto de fronteira agrícola que combina interesses do agronegócio, principalmente de empresários ligados ao setor da silvicultura e da produção de grãos, e de políticas de incentivo estatal, refletindo a mobilização de parlamentares da bancada do agronegócio no Congresso Nacional. Do outro lado da *Frenteira*, encontramos maneiras diversas e singulares de vivência, sobrevivência e de manutenção dos territórios, mas que convergem numa relação de intimidade, respeito e proteção da natureza. São indígenas, comunidades quilombolas, camponeses, ribeirinhos, extrativistas, além de outras categorias que sofrem com o avanço da silvicultura na região, à medida em que percebem o esvaziamento acelerado das fontes de abastecimento de água, o aumento da escassez nos períodos de estiagem, do desmatamentos de espécies nativas do Cerrado e que é responsável pela atividade



extrativista, além da desterritorialização, reterritorialização, principal combustível para a explosão de casos de conflitos por terra.

O recorte temporal estabelecido procura dimensionar o problema desde a criação do Seminário Consulta Carajás na década de 1990, como já foi mencionado. Essa organização catalisou a reação de entidades sindicais e outros setores da sociedade civil maranhense e de fora do estado contra o Projeto CELMAR que visava implantação da silvicultura na região do tocantins maranhense. O projeto previa uma série de medidas que acarretariam em transformações radicais na vida e no cotidiano das populações atingidas. Os envolvidos nas atividades do Seminário elaboraram um documento em que criticavam a natureza do projeto, de responsabilidade da iniciativa privada, levando em consideração questões como a marcha de grandes empresas de exploração ambiental do Norte para o Sul global, a problematização do discurso de desenvolvimento e sustentabilidade, a fragilidade das leis ambientais e as estratégias sutis de apropriação de terras. Essas questões também servem de parâmetros que ajudam a nortear os caminhos da nossa pesquisa.

Apesar de toda a resistência, o projeto se firma e já no final dos anos 2000, passa para o controle da empresa Suzano Papel & Celulose que opera a exploração da celulose a partir de uma espécie de logística triangular em que o oeste do estado concentra toda a extração de eucalipto que provem das regiões do Médio Parnaíba a leste e do Baixo Parnaíba maranhenses a nordeste. A princípio, havia o planejamento de que a indústria de processamento que resulta na transformação do eucalipto em celulose seria implantada na região do Médio Parnaíba piauiense.

Dessa forma, a exploração da silvicultura se consolidou no Maranhão e até 2018. A Comissão Pastoral da Terra – CPT registrou dezenas de casos de conflitos pela terra envolvendo posseiros, camponeses e quilombolas contra a Suzano nas áreas do Médio e Baixo Parnaíba, onde só em 2011 foram mais de 50 casos, em que o fator agravante chega até a ameaças de morte, intimidações e despejos. Nessa região, a silvicultura atinge principalmente as populações ribeirinhas e extrativistas. Já no leste do estado, os alvos são especialmente as comunidades quilombolas, que além de sofrerem com o impacto do desmatamento em relação a práticas de sobrevivência e espiritualidade, também têm o direito à terra ameaçado.

Nesse sentido, nosso segundo capítulo, intitulado *Sociedade, Meio Ambiente e Agronegócio no Cerrado brasileiro*, traça os caminhos que configuram o debate sobre como se apresentam as disputas entre homem, natureza e a consolidação de um projeto de fronteira agrícola no segundo maior bioma do Brasil. Inicialmente abordamos uma discussão sobre a noção de progresso, por ser um elemento que aquece a retórica sobre as responsabilidades do

modelo de produção capitalista sobre os eventos que contrariam o otimismo em relação à ideia de modernidade. Também questionamos o fator desenvolvimento em razão de que tal nomenclatura se converte em um discurso que procura legitimar a exploração social e ambiental em uma região marcada pela pobreza histórica, como é o caso do Maranhão, a pretexto de possíveis melhorias na vida social dos sujeitos. A partir daí, observamos a evolução da indústria e das monoculturas de eucalipto pelo Brasil, que, sob avanços e recuos, mudam o direcionamento do centro-sul do país para o norte-nordeste. Entre políticas governamentais de incentivo e ações de resistências articuladas pelos movimentos sociais, a dinâmica da exploração da silvicultura que operava do Rio Grande do Sul ao Extremo Sul da Bahia, atinge uma nova conformação a partir das facilidades oferecidas pela MATOPIBA. A instrumentalização desse projeto de fronteira agrícola é o que caracteriza as discussões do segundo tópico do capítulo. Nele é possível ver os alcances e os limites do projeto e como a indústria de celulose se beneficiou dele para se expandir pelo Maranhão. Por fim, problematizamos uma das principais consequências trazidas pela MATOPIBA e especialmente pelas monoculturas de eucalipto no Maranhão: as disputas pela terra, que atingem não só comunidades de trabalhadores rurais como e particularmente comunidades tradicionais, a exemplo dos territórios quilombolas.

No capítulo três, problematizamos as disputas pela água no Cerrado, uma vez que este elemento está no centro das nossas discussões. Sendo este um bioma privilegiado em relação às reservas de água e considerando o potencial hídrico que uma planta de eucalipto necessita para sobreviver, impõe-se um debate que questiona em que medida as ações das grandes empresas são deliberadas e como isso afeta o pleno funcionamento do meio ambiente e da sociedade. Nesse caso, a silvicultura representa uma grande ameaça a um dos maiores volumes subterrâneos de água do país, o Aquífero do Gurguéia, situado na parte mais ao norte do bioma, no sul do Piauí. Dessa forma, partimos da ideia construída por SHIVA (2008) que trata a respeito das chamadas *Guerras da Água* segundo as quais esse elemento é posto em uma posição de disputa acerca do seu uso para fins de reprodução do capital e de sobrevivência. Posteriormente problematizamos em medida a disputa pela se caracteriza como o principal mobilizador da *Fronteira* sobre o Cerrado. E finalmente, o debate recai sobre os discursos que são produzidos sobre os reais efeitos do eucalipto sobre o meio ambiente no que diz respeito à necessidade de água.

Por fim, no último capítulo discute-se uma das grandes estratégias das empresas para tornarem a silvicultura mais aceita na tentativa de recuperar o prestígio perdido com o fator exploração ambiental: as promessas de emprego. A começar pela construção da imagem

positiva do mundo fabril, que conduz muitos trabalhadores rurais a abrir mão do regime de trabalho no campo, regulado pela dinâmica da natureza, diferentemente do mundo fabril onde a submissão à disciplina e ao tempo do relógio constituem-se enquanto algumas das prerrogativas do trabalho formalizado. Sobre a incompatibilidade entre essas duas dimensões de tempo, THOMPSON (1998, p. 301) afirma que a concepção histórica do tempo útil, não deve ser vista pura e simplesmente como algo neutro e inevitável, mas que para além disso, essa mudança significa “a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos, bem como a ser ganhos”. Em seguida discutimos a aplicação do conceito de Racismo Ambiental em perspectiva das ações voltadas para a questão do trabalho, examinando em que medida o fator racial influencia as decisões que relegam aos sujeitos não-brancos os espaços de sobrevivência comprometidos pelas consequências ambientais da silvicultura, frutos do processo de industrialização. Posteriormente abrimos uma discussão sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo que é um entre muitos efeitos sociais da exploração de eucalipto em áreas rurais do Maranhão. E por fim dedicamos um espaço para tratar das perspectivas da exploração do eucalipto no Maranhão, procurando responder quais efeitos a médio e longo prazo são esperados para o meio ambiente e para as sociedades do Cerrado.

## 2. SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E AGRONEGÓCIO NO CERRADO BRASILEIRO

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986, p. 15)

Quando autores como Marshall Berman começaram a escrever a respeito das contradições da modernidade nos Estado Unidos, na década de 1980, acendeu-se uma alerta na sociedade que implicava repensar o modelo e o ritmo de produção com base em recursos naturais. O tom marxista que permeia toda a obra *Tudo que é sólido desmancha no ar*, é também uma característica marcante dessa nova maneira de encarar o pretense caminho inexorável da humanidade rumo à era do progresso técnico e científico. O marxismo de fato é essencial para se pensar essa marcha da sociedade, pois durante a caminhada estamos lidando com a matéria, com o que é sólido, o tangível. Quando no século XIX, Marx escrevia e agia em favor dos trabalhadores e de condições minimamente humanas de sobrevivência, ao fim e ao cabo, estava lutando por um direito biológico inalienável do ser humano: o direito ao alimento que garantisse a manutenção da vida de homens, mulheres e crianças.

Certeau (1982) também sente a necessidade de recorrer a Marxismo para dizer que aquilo que é passível de ser identificado no discurso histórico, mas que não seja necessariamente objeto de análise, deve ser visto sob a perspectiva do que Marx escrevia nas *Teses sobre Feuerbach*, o que significa dizer que a atividade humana deve ser compreendida enquanto exercício fisiológico concreto e prático. "Para viver é necessário, antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se e ainda algumas outras coisas" (MARX *apud* CERTEAU, 1982, p. 24).

Da mesma forma, o que está em jogo hoje no que chamamos de modernidade permanece sendo uma ameaça às vidas, de modo que já não há mais garantias de que a natureza é capaz de suprir as necessidades de um sistema de produção exploratório em pleno ritmo acelerado. Porém, antes de ameaçar a existência humana em escala global, o capitalismo mina outros modelos de produção a fim de manter a sua hegemonia. São geralmente experiências baseadas em tradições que carregam marcas de relações mais íntimas com o meio ambiente, como é o caso das sociedades indígenas que mantêm vivo o seu papel de protetores do mundo ao seu

redor, como forma de agradecimento pelos inúmeros benefícios que ela oferece ou de comunidades quilombolas, cujas figuras divinas são muitas vezes associadas a fenômenos da natureza.

A ideia do moderno, que nos leva a uma noção de evolução, também nos encanta e seduz, pois, está associada a uma crença de superação de um tempo em que o conhecimento técnico científico não era capaz de oferecer possibilidades em razão de uma carência empírica. No entanto, em meio a tantas promessas e ao lado do capitalismo enquanto aliado que potencializa a sua capacidade de aceitação, ela também pode estar escondendo uma era que pode comprometer severamente a vida no planeta, realidade cujas ameaças já se mostram por meio de diversos estudos da comunidade científica a respeito das consequências das mudanças climáticas que têm como principal impulsionador o aumento do desmatamento e crescimento das áreas de pastos.

O uso de técnicas predatórias de exploração da natureza de maneira indiscriminada tem levado especialistas a defenderem o que eles chamam de *Capitaloceno*, que seria uma nova era geológica marcada pela atuação considerável no capitalismo sobre o planeta, chamando atenção para o fato de que nunca antes humanidade degradou tanto o seu lugar-comum. De acordo com dados da Liga Internacional dos Trabalhadores/Quarta Internacional - LIT, entre os anos de 1900 e 2013 o processo de extração petrolífera aumentou mais de 200 vezes, sendo que ainda nas primeiras décadas do século XX o uso de energia gerada a partir do petróleo em escala global era de apenas 5%, chegando ao patamar de 50% na década de 1970.

As consequências para esse cenário, ainda segundo a LIT, significam o agravamento da fome no mundo, o surgimento de guerras, a emergência de novas e sucessivas crises econômicas de grandes proporções, o aumento do número de refugiados pelo mundo, cuja preocupação já se encontra presente em *Ecologia do Medo* do historiador estadunidense Mike Davis (2001). É possível acrescentar ainda o surgimento e/ou ressurgimento de novos e antigos vírus, bactérias e outros microrganismos em razão da perturbação de certos locais do planeta ou do derretimento de geleiras que até então os mantém longe da sociedade, evitando-se surtos de doenças com poder ofensivo devastador.

O Brasil, que além de perpetuar marcas de seu passado colonial em aspectos sociais e culturais, preserva também uma dinâmica econômica que reforça o seu estado de degradação social e lhe rende uma posição de destaque no cenário mundial, em termos de uma produção sem observância aos limites do meio ambiente. Na História recente, ROCHA (2022) ao tratar do Nordeste do país, enquanto principal exportador de mão de obra migrante para outras regiões, pontua que o Brasil teve três momentos distintos, cujos os olhares do setor produtivo

se voltaram a áreas em que se consideravam desprovidas de sociabilidades e experiências produtividades significativas, sendo o primeiro deles ainda no final do século XIX e início do XX com o ciclo dos seringais na Amazônia. O segundo momento, durante os projetos de colonização do governo Vargas na década de 1940 em particular durante a Segunda Guerra Mundial e o terceiro contempla a marcha dos governos militares rumo aos Cerrados brasileiros, a partir da década de 1970.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2021), o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, compreendendo cerca de 2.036.448 km<sup>2</sup>, correspondendo a quase 24% do território brasileiro e abrigando algo em torno de 6 mil espécies de plantas, sendo muitas delas, endêmicas. Apesar de tudo isso, ainda é o bioma com o menor índice de áreas protegidas em unidades de conservação, sendo apenas 8,21% de suas terras nessa situação. Essas circunstâncias já podem ser um reflexo ou um sinal de alerta acerca da vulnerabilidade deste bioma frente aos projetos madeireiros e de monoculturas que se apoderaram da região desde a década de 1980.

**Figura 1:** Área de ocupação do Cerrado brasileiro



**Fonte:** WWF Brasil, [entre 2003 e 2022]

Uma nota técnica emitida pela EMBRAPA, em parceria com o GITE em 2014, diz que em razão de “milhares de hectares ocupados por uma agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade” torna-se necessário a execução de um modelo de desenvolvimento que traga lucratividade e que coloque “milhares de estabelecimentos agrícolas em contato com uma nova dinâmica socioeconômica e fundiária.” Ainda de acordo com a nota, o processo de expansão agrícola da MATOPIBA se diferencia do modelo de exploração da Amazônia dos anos 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento indiscriminado. No caso do Cerrado, não se considera ter havido desmatamento significativo, mas “sim mudanças no uso e na condição fundiária das terras”, de modo que as extensivas pastagens de gado foram substituídas por culturas anuais mantidas através de técnicas agrícolas, a exemplo da irrigação.

O estudo garante ainda que a Nova Fronteira Agrícola do Brasil percorre 331 municípios, abrigando 324.326 estabelecimentos agrícolas, que por sua vez ocupam cerca de 33.929.100 hectares. Quarenta e seis unidades de conservação estão dentro desse perímetro, ocupando 8.334.679 hectares, além de 35 terras indígenas compreendendo 4.157.189 hectares e 781 assentamento de reforma agrária e áreas quilombolas correspondendo a 3.033.085 hectares do total<sup>1</sup>.

Esse movimento que encurrala o trabalhador rural a uma única saída para manter sua sobrevivência, não ocorre sem sofrer duras resistências, inclusive de associações extremamente organizadas que agem até mesmo na esfera jurídica a fim de reverter violações de direitos e injustiças sociais no campo. Aliás, a Assembleia Nacional Constituinte - ANC de 1985, que três anos depois resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como “Constituição Cidadã”, contou com a participação e atuação expressiva da Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura – CONTAG em favor da Reforma Agrária e de outros direitos que garantissem a livre permanência do homem do campo.

De acordo com Silva (1989), em 29 de outubro de 1985 a entidade encaminhou à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos) - CPEC um documento que solicitava atendimento aos principais interesses da classe trabalhadora rural. Em seguida a Confederação se mobilizou em levar a informação a outras entidades e organizações sindicais, no intuito de conscientizá-los acerca da importância que o momento exigia e se articulou em traçar um plano de ação mais efetiva que de fato alcançasse êxito no resultado da Assembleia. Em reunião do Conselho de Representantes, em abril do ano seguinte, as estratégias focavam em maneiras de influenciar na eleição dos futuros constituintes, o que

---

<sup>1</sup> Nota técnica da EMBRAPA, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139202/1/NT1-DelimitacaoMatopiba.pdf>.

resultou na eleição do presidente da CONTAG, José Francisco da Silva como um dos integrantes da Constituinte. Entre as demandas do documento estavam: a adoção de uma Reforma Agrária ampla, a fim de se eliminar o latifúndio, com a participação dos trabalhadores; a criação de um Fundo Nacional de Reforma Agrária que garantisse a arrecadação de 5% das receitas tributárias ou do orçamento da União; além da implantação de um Instituto de Área Máxima, através do qual se estabeleceriam regras específicas de apropriação conforme cada região, a fim de manter a justa distribuição de terras.

No entanto, um outro fator histórico que impulsionou e justificou a presença cada vez mais intensa do empresariado brasileiro no campo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, foi a emergência da chamada Revolução Verde. Esse sistema de produção surgido a partir do contexto das inovações tecnológicas alcançadas após os eventos da Segunda Guerra Mundial, que por sua vez, serviram de parâmetros para que todos os países assumissem assim uma economia industrial, se caracterizava pelo uso de técnicas agrícolas no sentido de melhorar e aprimorar a produção alimentícia em larga escala. Ações que abriram caminho para o uso de herbicidas, pesticidas e fertilizantes e faziam com que o solo e as plantas entrassem em contato com quantias significativas de substâncias químicas. O movimento logo se popularizou por toda a América Latina, chegando evidentemente ao Brasil, onde a prática foi aplicada por meio de políticas públicas implementadas especialmente a partir da década de 1960 (SILVA, 2009 *apud* MOREIRA, 2021).

Moreira (2021) considera ainda que, apesar de ter se apresentado como alternativa ao problema da fome e do desabastecimento, a Revolução Verde almejava resultados, inclusive políticos, muito maiores. Tendo como principal articulador os Estados Unidos e em pleno contexto de Guerra Fria, esse movimento serviu mais como estratégia de manter alianças políticas, especialmente na América Latina, fornecendo insumos e tecnologias que prometiam impulso na economia dos países do chamado Terceiro Mundo. A preocupação com os efeitos da aplicação massiva de elementos químicos na natureza a longo prazo se mostrou inexistente, o que evidenciava o interesse maior em manter a influência entre esses países.

A Revolução Verde se comportou de forma peculiar nos países latino-americanos, pois aqui ela encontrou bastante aceitação, especialmente por parte dos governos, que de imediato trataram de fornecer subsídios para que todos tivessem acesso às novas técnicas de produção, inclusive o pequeno produtor rural. O acesso ao crédito facilitado estimulou a compra de maquinários, defensivos agrícolas e sementes geneticamente modificadas, gerando uma relação de dependência dos governos desses países com os Estados Unidos, da qual ficava cada vez mais difícil se livrar (KAIMOWITZ, 1997 *apud* MOREIRA, 2021).



A questão do acesso à terra, nesse contexto também se traduz em um desafio enorme, especialmente para o Brasil, cuja experiência histórica de uma elite latifundiária, jamais permitiu a distribuição agrária justa entre as classes sociais. No artigo *Um olhar sobre as fronteiras do Cerrados piauienses: conflitos pela terra e trabalho escravo (1970-2015)*, ROCHA (2022) defende que:

A estrutura agrária brasileira, cujas raízes históricas se assentam no modelo de ocupação territorial praticado pelos colonizadores encontrou legitimidade na Lei de Terras de 1850, que foi a primeira tentativa do Poder Público Nacional de tentar oferecer legitimidades à propriedade privada das terras brasileiras. Nesse sentido, tanto terras particulares quanto públicas não podem, sem ônus, ser molestadas ou ocupadas. Daí em diante a história agrária brasileira registra um avanço significativo de invasão e de apossamento de terras sob estratagem de legalização do ilegal (ROCHA, 2022, p. 54/55).

Ainda segundo a autora, essa situação de invasão e expropriação de terras se reflete nos casos de violência no campo em que pequenos agricultores são alvos de ameaças e intimidações por resistirem à adesão da lógica do progresso e desenvolvimento no campo, impostos por projetos como a MATOPIBA no cerrado brasileiro. De acordo com a AATR (2021), esse avanço, na prática, ilegal, do empresariado sobre as terras do cerrado, que acontece desde os anos 1960 se tem dado por meio da posse de terras levada aos cartórios, como sendo propriedades particulares, cujo desmatamento é o principal meio de se comprovar a fraude da autoridade de alguém sobre algum lote. A entidade destaca ainda que o sucesso dos empresários no avanço da fronteira agrícola não tem ocorrido sem antes haver vários esquemas de grilagem de territórios tradicionais e terras devolutas.

Essa conjuntura tem feito com que algumas empresas adotem o que Gomes (2017) chama de responsabilidade social corporativa (RSC), definida como um conjunto de medidas, as quais o empresariado se compromete em atender demandas de ordem social, cultural e ambiental. Tais medidas vão desde ações de assistências comunitárias a estratégias de redução de consumo de água. “Em um cenário futuro de maiores restrições ambientais, ações do tipo são postas até como fatores de sobrevivência de organizações empresariais” (GOMES, 2017, p. 3). O autor complementa afirmando que as políticas de RSC começam a adentrar o cenário brasileiro somente por volta da década de 1990. O cenário político do Brasil, marcado pela violência e pelas lutas de resistência durante a Ditadura Civil-Militar contribuiu para o surgimento de organizações que se mobilizaram no sentido de combater a pobreza e reacender os valores de cidadania, solidariedade e ativismo social.

As ações da RSC também foram influenciadas pelas questões do meio jurídico, na medida em que passou considerar também os avanços na legislação que atendem aos direitos

da classe trabalhadora mais pobre, a exemplo da garantia da aposentadoria, o estabelecimento de uma carga horária de trabalho adequada e atuação severa nas ações de combate ao trabalho análogo à escravidão. No entanto, alguns setores, especialmente do agronegócio, cujas bases ligadas a abertura indiscriminada de pastos, uso massivo de agrotóxicos e exploração da mão de obra, têm sido grandes vilões no que diz respeito ao cumprimento das promessas da RSC (GOMES, 2017). Embora responda por grande parte da riqueza gerada no país, o agro também registra mais de 60% de pessoas em regime de trabalho informal no setor, enquanto o número de trabalhadores com carteira assinada é de apenas 15% (IBGE *apud* GOMES, 2017).

Outros dados assustadores mostram que, apesar da Norma Regulamentadora – NR 31<sup>2</sup>, entre os anos de 2007 e 2011, 26.385 pessoas foram contaminadas com defensivos agrícolas, gerando um total de 863 mortes (Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas – SINITOX, *apud* GOMES, 2017). O autor conclui que apesar de todos os avanços jurídicos e da implementação das políticas de RSC, ainda há muito o que ser feito no sentido de combater as injustiças e ilegalidade no mundo do trabalho rural sem perder de vista a necessidade da manutenção de empregos em condições minimamente humanas. O caso de parte do setor sucroenergético, por exemplo, que após receber uma grande quantia em investimentos no início dos anos 2000, passou a adotar máquinas e equipamentos, dispensando a necessidade de mão de obra para trabalhar no corte de cana-de-açúcar (GOMES, 2017).

Em 2011 a ONG Repórter Brasil denunciava um problema que tentava passar uma imagem de legalidade e benevolência para a sociedade, quando na verdade, por trás de tudo se escondia um dos negócios que mais provocou transformações na paisagem física e social do Cerrado brasileiro, especialmente o centro-sul do Maranhão: o empreendimento de árvores plantadas conduzido pela empresa Suzano<sup>3</sup>, justificando, entre outras coisas, que através das plantações de eucalipto em larga escala seria possível suprir a ausência da vegetação nativa. A ONG explica que há algumas diferenças entre monocultivo e reflorestamento. Ao contrário do reflorestamento, que ocorre sem o auxílio de nenhum tipo de processamento químico artificial, o monocultivo, antes de mais nada voltado para fins comerciais, abriga uma baixa variedade de espécies animais e vegetais, já que o crescimento da vegetação nativa e rasteira é inibido com

---

<sup>2</sup> Norma amparada pela portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE Nº 86 de 03 de março de 2005 e tem por objetivo proteger o trabalhador rural de quaisquer atividades da agricultura, pecuária e silvicultura, assegurando-lhe ambiente de trabalho adequado, bem como cuidados na prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao labor (BRASIL, 2020).

<sup>3</sup> Multinacional brasileira do ramo de florestas plantadas, especialmente de eucalipto e conversão deste em celulose, matéria-prima para a produção do papel e outros derivados. A empresa se tornou uma gigante no cenário mundial após ter aglutinado várias outras companhias menores do ramo e contado com financiamento do Estado brasileiro para investir na expansão de indústrias pelo país.

o uso indiscriminado de defensivos agrícolas, além da esterilização do solo e esvaziamento dos recursos hídricos.

### **2.1. Antecedentes da exploração do eucalipto no Maranhão**

A trajetória do eucalipto no Rio Grande do Sul traça um caminho em que é possível demarcar algumas diferenças em relação ao que veremos entre extremo sul da Bahia e o centro-norte do Espírito Santo e o Maranhão. Isso porque na região da Campanha Gaúcha, antes mesmo de se falar em projetos de reflorestamento por meio do eucalipto no estado, o INCRA se mobilizava para garantir a criação de assentamentos rurais através de processos de desapropriação. Em uma pesquisa sobre disputas pelo território na região, os autores afirmam que:

[...] Na década de 1990 as vistorias realizadas pelo INCRA despertavam um certo incômodo à classe latifundiária da região, tendo em vista as desapropriações que ocorreram em função do aumento dos conflitos fundiários no Rio Grande do Sul, a política governamental de florestamento iniciada nos anos 2000, representou uma alternativa de reprodução do espaço latifundiário regional, ou seja, veio respaldada pela classe latifundiária. (CHELOTTI; PESSÔA, 2008, p. 122)

A classe ruralista gaúcha se empenhou em minar os esforços do INCRA e garantiram uma alternativa que condenava as terras à homogeneidade dos desertos verdes e privava sujeitos de garantirem a suas sobrevivências e o cuidado dela por meio de técnicas de cultivo não agressivas e preservacionistas. Os latifundiários enrijeceram seus domínios sobre as terras e inviabilizaram qualquer nova tentativa de reforma agrária na região por meio do investimento em silvicultura que passava uma imagem de que a terra estaria sendo ecologicamente aproveitada, quando na verdade os investimentos tinham fins de retorno econômico. É preciso considerar, que o envolvimento com a política foi fundamental para atingir esse retrocesso (CHELOTTI; PÊSSOA, 2008).

Em 15 de agosto de 2007, o senador Arthur Virgílio (PSDB/Amazonas), subiu à tribuna e fez um pronunciamento no Congresso Nacional sobre questões envolvendo o meio ambiente e o futuro da Amazônia brasileira, que deixou os demais parlamentares perplexos. No final das contas, o objetivo da fala exaustivamente longa e em tom de denúncia, era pedir a convocação do Ministro do Desenvolvimento Agrário para prestar esclarecimento acerca das declarações do diretor do INCRA que manifestava preocupação em relação ao crescimento do interesse internacional por terras brasileiras, informações repercutidas pelo jornal Estado de São Paulo naquele ano. Para além disso, a fala nos traz uma dimensão do Brasil que se discutia, inclusive na casa do Poder Legislativo, no que concerne aos nossos potenciais econômicos,

principalmente do ponto de vista fundiário. Outro ponto destacado no discurso se refere às conquistas de terras em áreas da Bahia, Goiás e Tocantins, região que mais tarde consolidaria a MATOPIBA e que são todas mobilizadas por grupos estrangeiros, mais uma vez denotando o papel atrativo do Sul global em comparação ao Norte, marcado por instrumentos normativos de limitação da concentração fundiária e regras mais firmes de defesa e proteção do meio ambiente. O trecho conclui afirmando que o Rio Grande do Sul havia se tornado mais um alvo da sanha desenvolvimentista orquestrada pelo sistema capitalista e apoiada pelos políticos ruralistas locais<sup>4</sup>.

Um ano antes, a Câmara Municipal de Porto Alegre também discutia o tema da chegada das monoculturas de eucalipto no Rio Grande do Sul, ocasião em que a vereadora Maristela Maffei (PSB/RS) também fez apelo aos parlamentares para que se tomassem atitudes que evitassem o que ocorria, por exemplo, na Bahia, onde a Veracel Celulose promovia o seu negócio de reflorestamento às custas da tomada violenta de terras e da diminuição do percentual da Mata Atlântica, já historicamente deteriorada. A reunião que foi registrada em ata em 16 de março de 2006, registrou a fala do também vereador e ambientalista, Gerson Almeida (PT/RS) que detalhou estudos que comprovavam a inviabilidade ambiental da silvicultura nos países do Norte, entre outras razões, por conta do regime de chuvas insuficiente para atender as necessidades do eucalipto naquela região, lembrando, ainda, dos movimentos que levaram ao chão, centenas de árvores dos desertos verdes.

Dois anos depois a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul precisou reunir os deputados para tratar de um problema ambiental muito sério e que já vinha castigando o sudoeste do Estado desde pelo menos a década de 1970. Em 18 de março daquele ano foi criada A Comissão Especial sobre Arenização da Região Sudoeste do Rio Grande do Sul, formada por 24 parlamentares, entre titulares e suplentes e cujo objetivo era “examinar e propor alternativas para a solução do problema resultante da arenização existente na região.” (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 08) Um documento contendo o relatório do caso definia o problema da arenização como “processo de retrabalhamento de depósitos arenosos pouco ou não consolidados, que acarreta nestas áreas uma dificuldade de fixação da cobertura vegetal, devido a intensa mobilização dos sedimentos, pela ação da água e dos ventos.” (Idem) Havia o temor de que o problema se estendesse por 10 municípios incorporando uma área de cerca de 5.000 hectares. A Comissão estabeleceu que fossem realizadas audiências

---

<sup>4</sup> SENADO Federal. **Pronunciamento de Arthur Virgílio em 15/08/2007**, 2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/369621>. Acesso em: 09 set. 2022.

públicas nas câmaras municipais de todas as cidades atingidas, além da Assembleia Estadual. Todas deveriam contar com a presença de um especialista que ajudasse a encontrar soluções para a situação. Os trabalhos ocorreram entre maio e junho de 2008 e logo após, a Comissão preparou um relatório final incluindo todas as deliberações apontadas pelas instituições envolvidas.

O documento final é composto por resultados de estudos importantes da geologia da região, enfatizando que existe diferença entre arenização e desertificação, sendo esta, a diminuição das características biológicas da terra, que a leva à condição definitiva de deserto, enquanto que a arenização se trata apenas da perda de cobertura vegetal e de nutrientes, desencadeando em um solo fraco e arenoso. Na audiência pública da cidade de Rosário do Sul o professor Flávio Luiz Foletto Eltz “explicou que não é correto dizer-se que a região é desertificada, porque seu volume de chuva é maior do que em regiões de deserto, onde o clima é árido ou semi-árido” (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 14).

Ainda assim não faltou quem sugerisse que a introdução de monoculturas de eucalipto fosse uma alternativa viável do ponto de vista social e ambiental para resolver o problema. O jornal *Correio Gabrielense*<sup>5</sup> noticiava em maio daquele ano que o corpo técnico envolvido nos trabalhos da Comissão nas cidades de Alegrete e Rosário do Sul apresentava a pecuária, a silvicultura, a agricultura e a citricultura como meios necessários a constituir uma solução para o caso. Além disso, autoridades e produtores rurais também pressionavam para que o governo estadual oferecesse recursos financeiros e incentivos no sentido de que médios e pequenos agricultores investissem na região. “O debate seguiu em Rosário do Sul, pela tarde, onde participou o corpo técnico da empresa Stora Enzo, apresentando o eucalipto com uma das alternativas ao processo de arenização” (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2008, p. 44).

Enquanto isso o *Jornal do Comércio* de Porto Alegre (2014) criticava a previsão de instalação da Stora Enzo próxima ao município de Alegrete, lembrando que embora seja uma condição natural, tendo início há mais de 100 anos na região, e portanto, sem nenhuma contribuição da indústria de celulose, o processo de arenização poderia ser consideravelmente potencializado, em razão de que, na visão de especialistas, mesmo tendo resistência para

---

<sup>5</sup> ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Comissão sobre arenização da região sudoeste do RS**, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspAreniza%C3%A7%C3%A3o/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20para%20imprensa.pdf>. Acesso em 09 set. 2022.

sobreviver sob condições de baixo volume de água, o eucalipto tem a característica de empobrecer o solo e poderia acelerar o esgotamento do estoque hídrico ainda restante.

A iminência do aumento das áreas tomadas pelo processo de arenização não foi suficiente para assustar os políticos e empresário gaúchos e estrangeiros, que enxergaram na situação a oportunidade perfeita para oferecer os serviços benevolentes do eucalipto. Esse processo de legitimação das monoculturas segue o padrão de comportamento que observamos na Bahia e no Espírito Santo e no Maranhão e confirma o que Shiva (2008) escreve a respeito de como essa indústria costuma se aproveitar de situações onde a preocupação com o meio ambiente ganha destaque e nas quais ela emerge enquanto solução:

En la década de 1980, cuando la preocupación por la deforestación y sus efectos sobre las comunidades locales y la estabilidad ecológica crearon la necesidad imperiosa de llevar adelante programas de reforestación, se propuso al eucalipto para reforestar al mundo entero por ser un árbol “grosso”. Sin embargo, las comunidades locales de todas partes parecían pensar distinto. (p. 38/39)

No caso do Brasil, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) do governo Ernesto Geisel previa que o país investisse na indústria de celulose de modo que adquirisse autossuficiência ou até mesmo trabalhasse com objetivo de exportar a matéria-prima, diminuindo os riscos de dependência do mercado externo. O governo tinha tanto interesse nisso que estava disposto a se associar a empreendimentos binacionais ou multinacionais para ter bons resultados. O plano ainda estabelecia investimentos financeiros generosos para o setor, algo em torno da ordem 26 bilhões de cruzeiros. Para Shiva (2008) acrescenta que os programas que partem do escalão mais alto do poder, com vistas à ideia de reflorestamento interferem na lógica do conhecimento das populações tradicionais, basicamente de duas formas. A primeira é o quanto há destruição das matas, cuja diversidade é responsável por manter a si mesma em pé. E a segunda é quando se impõe medidas que dificultem o acesso e circulação em terras, antes tidas como de direitos de todos da comunidade.

Enquanto isso, no Espírito Santo, um estudo produzido por pesquisadores ligados ao Movimento Internacional pelas Florestas Tropicais, detalha o começo da trajetória dos principais grupos empresariais de exploração da celulose de eucalipto no Brasil, mais particularmente no Sul baiano e áreas do estado do Espírito Santo. A pesquisa ficou pronta em 2005 e é marcada essencialmente por seu caráter ativista do que puramente por uma abordagem acadêmica. Ainda assim, ela permanece sendo uma fonte valiosa a ser investigada, especialmente no que se refere aos contrastes observados entre as promessas de emprego a real situação do trabalhador diante do avanço dessas empresas, especificamente em áreas rurais do

país. Apesar disso, nosso olhar será voltado mais para questões ligadas aos processos de apropriação da terra e os conflitos derivados disso, que é o ponto central deste capítulo (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2005).

A Aracruz Celulose S. A. foi fundada oficialmente no início da década de 1970, no Espírito Santo, embora, ainda no final dos anos 1960 a empresa já explorasse o negócio da silvicultura no estado, ainda com o nome de Aracruz Florestal. Sobre esse contexto histórico, Warren Dean nos diz:

A partir de 1966, concediam-se incentivos fiscais federais aos plantadores experimentais de eucalipto e pinheiro. Estes obtiveram sucesso apenas moderado. Em 1975, o programa governamental havia implantado cerca de 14400 km<sup>2</sup> de várias espécies desses dois gêneros exóticos no Sudeste e no Paraná. Infelizmente, tais incentivos abriam muita margem para especulação, baixa produtividade e madeira invendável. Dessa forma, naquele ano, emitiu-se uma nova diretriz; a terra de mata era, mais uma vez, tributável, embora se concedessem deduções do imposto a consumidores industriais de madeira, a fim de estimular a integração do plantio de árvores e da produção fabril [...]. Ao limitar tais incentivos a um plantio mínimo de duzentos hectares, estavam também levando os investimentos no eucalipto a se tornarem mais concentrados e atraentes aos investidores estrangeiros (DEAN, 1996, p. 326/327).

O autor argumenta ainda que a Aracruz foi a grande beneficiária dessa abertura ao negócio dos monocultivos de árvores exóticas promovida pelo Estado brasileiro. A empresa começou comprando mais de mil km<sup>2</sup> de terras do litoral capixaba, antes mesmo de se constituir formalmente enquanto companhia desse ramo de negócios, em 1972. A partir de então deu início ao projeto que visava a produção de cerca de 400 mil toneladas de polpa de celulose. A companhia chegou a desenvolver experimentos que serviram de referência para o Brasil e para mundo, cujo principal benefício foi a redução da necessidade de terra para plantio. Ocorre que, em princípio, algumas espécies de eucalipto estiveram vulneráveis ao acometimento de doenças, o que fez com que a empresa procurasse alternativas fora do país. Foi quando ela promoveu uma expedição até a Papua-Nova Guiné e Austrália, introduzindo novas espécies no Brasil e submetendo-as experimentos de clonagem, que obtiveram um tipo de eucalipto capaz de render até 55 m<sup>3</sup> de uma madeira mais densa e ainda ocupando menos espaço.

A pesquisa mostrou que assim como a cobiça pelas terras, a destruição da mata atlântica também preocupava bastante, especialmente os indígenas naquele contexto de final da década de 1990. Apesar de tudo, as lutas pela retomada das terras parecem ter dado resultados. Em 1998, com a mobilização dos indígenas, as comunidades passaram a ter de volta, ainda que em quantidades insuficientes, parte das terras subtraídas pela Aracruz. No entanto, isso não significou a continuidade dos modos de trabalho e sobrevivência que os indígenas tinham antes

dos eucaliptos. Na realidade, eles puderam voltar a fazer algumas roças, mas a permanência dos desertos verdes alimentava as esperanças de parte desses sujeitos de poderem voltar a trabalhar na empresa. Até 2002, as comunidades, em razão da necessidade, foram induzidas a aderirem a uma nova modalidade de trabalho em busca do sustento: o carvão feito a partir de restos de madeira de eucalipto (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2005).

Em princípio essa era uma atividade, que poderíamos classificar como tolerada pela Aracruz, até que esta convocou as comunidades indígenas para a assinatura de um acordo que previa que essas famílias teriam de volta os empregos que exerciam anteriormente junto à companhia. Isso amenizou por um certo tempo, as tensões que se estabeleciam entre os indígenas e a empresa, já que a retirada de resíduos florestais dos monocultivos de eucaliptos nunca tinha sido plenamente autorizada. Em 2004 a empresa estabeleceu que ficava proibido qualquer retirada de material em suas propriedades por parte das comunidades circunvizinhas. A Aracruz tinha encontrado uma maneira de obter retorno financeiro a partir do uso dos resíduos florestais e queria impedir que houvesse concorrência com as populações locais no acesso a esses itens. A trituração desses materiais era uma saída considerada mais econômica para a empresa que gastava muito com a adubação das florestas. A proibição resultou em protestos que incluíam a mobilização de homens e mulheres indígenas em favor da derrubada de árvores de eucalipto da empresa.

É possível observar que além de trazer o problema da expulsão de trabalhadores da terra, a ação da empresa provoca alterações de ordem econômica nas organizações sociais que são varridas para as margens dos monocultivos de eucalipto. Se antes esses sujeitos contavam com a disponibilidade de terras, mata nativa, rios preservados, controle e autonomia sobre suas atividades junto a natureza, a partir de então o eucalipto passa a fazer da realidade deles, não só do ponto de vista da presença constante do monocultivos, mas no sentido de que essas comunidades começam a elaborar estratégias de sobrevivência que incluem a utilização de pelo menos de parte do processo que envolve a silvicultura. A chegada compulsória das monoculturas molda novas relações de trabalho, sobrevivência e convivência, bem como obriga a estruturação dessa espécie de simbiose que envolve os trabalhadores rurais e a frente pioneira de desenvolvimento, fazendo referência ao conceito sociológico elaborado por José de Souza Martins (1997).

A atuação dos movimentos sociais e de organizações de defesa do trabalhador do campo contribuem para o reconhecimento da situação e para o fortalecimento da luta dos sujeitos envolvidos. Em 2006 o jornal O Estado de São Paulo noticiava que militantes do Movimento Sem Terra - MST invadia as instalações de uma fazenda pertencente à Aracruz Celulose. A



ação se tratava de uma nova incursão a uma área que já havia sido anteriormente ocupada pelo MST, mas que terminou após uma ordem de reintegração de posse autorizada pela justiça. Tendo em vista que a atuação do MST se dá em situações onde são identificadas terras de caráter improdutivo, a empresa se defendeu dizendo que cerca de 80% daquela propriedade eram classificadas como área de proteção ambiental. O Movimento, no entanto, dizia que dos quase 9.000 hectares de terras, apenas 3 700 hectares eram regularizados junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e que a medida servia para pressionar o órgão a tomar uma atitude em relação a esse caso. Esse fato alimenta a tese de que esse processo de arregimentação de terras nem sempre se dá necessariamente seguindo todos os devidos processos legais de regularização da posse. É mais um indício que fortalece a cultura da violência do sistema capitalista no campo, que funciona à base da grilagem de terras e que antes de levar o trabalhador rural à morte, seja por arma de fogo, seja pela interferência nos seus modos de vida, explora e escraviza sua força e seus recursos de sobrevivência.

Há também registros da atuação da Via Campesina em defesa principalmente das trabalhadoras no norte do Espírito Santo. De acordo com o Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil<sup>6</sup>, em 2009 a Aracruz Celulose era maior empresa exercendo atividade de exploração do eucalipto no país, dispondo para isso, de uma área que correspondiam a 300 mil hectares distribuídas pelos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Os pesquisadores do Mapa atribuíam à consolidação da silvicultura na região, que começou com a implantação da Aracruz, seguida pela chegada da Votorantim Celulose e Papel, da Veracel, da Stora Enso, culminando na construção de um porto, a total desestruturação das relações sociais e de trabalho, além de ações que se utilizavam da violência para fazer com que esses trabalhadores fossem expulsos do campo. A pesquisa acrescenta que as estreitas relações que os dirigentes dessas empresas mantinham com o poder público, além de vantagens recebidas em investimentos por partes dos bancos oficiais, fortaleciam a parceria entre o Estado e o agronegócio, ao passo em que minavam medidas que favoreciam a proteção aos sujeitos atingidos por esse avanço de forças catastróficas, levando a um sentimento de insegurança e revolta.

É nesse contexto que cerca de 1.300 mulheres da Via Campesina agiram em 08 de março de 2009 no sentido de levar a baixo toda a estrutura do porto de responsabilidade da Aracruz,

---

<sup>6</sup> Projeto ligado à Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e que elabora estatísticas sobre situações envolvendo ações do Estado e de empresas contra grupos sociais vulneráveis, caracterizando assim, injustiça ambiental, 2009. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-via-campesina-e-movimento-das-mulheres-camponesas-em-luta-direta-contra-a-monocultura-do-eucalipto/#fontes>.

de onde saía toda a produção de celulose retirada das terras capixabas e que partiam em direção ao mercado externo. Ação coordenada das mulheres tinha como principal bandeira, a “defesa da luta pela terra, pela reforma agrária e pela soberania e segurança alimentar”. (Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2009, p. 03) O ato político teve como principal alvo, toda a infraestrutura do porto, expressão máxima do progresso técnico capitalista e que agride os modos de vida do trabalhador rural.

Não foi a primeira vez que ações como essas foram executadas em pleno dia Internacional das Mulheres. Em 2003 e 2008 centenas de mulheres tomaram iniciativa e avançaram sobre monoculturas de eucalipto no Rio Grande do Sul. O propósito da data serve para chamar atenção e reivindicar as demandas e o espaço das mulheres nos movimentos organizados em prol da luta pela terra. Ainda que os protestos tenham ocorrido em momento que faziam alusão e inspiravam comemorações às conquistas e direitos das mulheres na sociedade, a mídia não se conteve e não economizou em palavras que evidenciavam pura e simplesmente o caráter violento, chegando a até mesmo criminalizar as atitudes das mulheres da Via Campesina.

O jornal Estado de São Paulo deu voz à indignação do superintendente do Porto, Gilberto Marques:

Nosso porto foi usado como instrumento para protesto contra o agronegócio e o sistema econômico. É uma agressão que não tem justificativa, que busca atingir as exportações do País, justamente num setor em que o Brasil é altamente competitivo. A empresa espera que fatos como este não permaneçam impunes. (MARQUES *apud* ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, p. 1)

Enquanto isso a revista Veja (2009) classificou a ação como terrorismo – *TERRORISMO: Via Campesina danifica 2 mil toneladas de celulose em protesto*. Ainda de acordo com o “Estadão”, as mulheres agiram por volta das cinco horas da manhã e permaneceram no local por pelo menos uma hora, utilizando instrumentos como tinta, querosene e cupins. A empresa subestimava o potencial do protesto atribuindo números à massa de mulheres em algo menos de 500 trabalhadoras, o que é contestado pela Via Campesina e inclusive pelo MST, que estimava que até duas mil mulheres participaram do protesto. A Aracruz também informou que as perdas resultantes da ação chegavam a duas mil toneladas de celulose e que o porto, que tinha capacidade para atender uma demanda de exportação de até 4,5 milhões toneladas de celulose por ano, funcionava até aquele momento, a pleno vapor, congregando todos os seus componentes, dentre barcaças, navios e caminhões carregados de madeira. O efeito do movimento teve repercussão na produção de outras empresas, inclusive da Suzano Papel e Celulose.

Já em relação ao sul da Bahia, os conflitos pela terra são encabeçados por camponeses e camponesas, posseiros, pequenos proprietários, indígenas e quilombolas que começaram a travar uma batalha contra as monoculturas de eucalipto da Veracel Celulose.

A Veracel Celulose é uma joint-venture, fruto da parceria entre as empresas Aracruz Celulose S.A (brasileira) e Stora Enso (sueco-finlandesa). Em 2009, a Votorantim Celulose e Papel S/A (subsidiária da Votorantim Industrial S/A), sendo já detentora de 56% das ações da Aracruz, acabou de incorporar a empresa ao seu grupo. Em uma ação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o mercado de capitais, foi criada a empresa Fibria, que passa a substituir a Aracruz na associação com a Stora Enso, na gestão da Veracel Celulose. A Veracel está instalada no município de Eunápolis, no sul da Bahia, e sua atuação tem sido alvo de contestações por parte de entidades ligadas aos movimentos ambientalista, indígena e de pequenos produtores rurais. Apesar da localização da fábrica em Eunápolis, as consequências ambientais e sociais da monocultura de eucalipto (para produção de celulose branqueada) estende-se por outros municípios vizinhos, principalmente Santa Cruz Cabralia, Belmonte e Porto Seguro. (Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2014, p. 03)

O problema da concentração de terras figura entre as principais causas que mobilizam as revoltas na região. Isso porque, além da limitação das áreas destinadas a agricultura familiar e outras atividades agrícolas que contrariam a lógica da produção em larga escala, essa situação leva a outras questões como a intensificação do êxodo rural, que por sua vez, pressiona a infraestrutura cambaleante das pequenas cidades. Durante todo o processo de conquista do espaço articulado pela empresa, as populações assistiram a transformação da região, antes conhecida pelo potencial turístico, em um grande deserto verde.

Na Bahia, além da Suzano, outras 9 empresas atuam ou se beneficiam da exploração do eucalipto, seja na indústria do papel, da celulose ou na conversão da celulose. Além de Eunápolis e Mucuri, elas estão espalhadas entre os municípios de Camaçari, Feira de Santana, Cachoeira e Santo Amaro. Alguns municípios chegam a abrigar mais de uma empresa, como é o caso de Feira de Santana, onde estão localizadas as OL Indústria de Papéis Ltda<sup>7</sup>, a KLABIN S.A. e a PENHA EMBALAGENS Feira de Santana Ltda<sup>8</sup> e a Fábrica de Papel da Bahia S.A. – SAPELBA<sup>9</sup> (ABCTP/PÖYRY, 2014).

Alguns dados ajudam a entender como o crescimento dos espaços destinados ao negócio de florestas plantadas no extremo sul da Bahia está diretamente ligado ao processo de concentração fundiária que prejudica a agricultura de pequeno porte e coloca em risco a manutenção das condições de sobrevivência de populações locais.

---

<sup>7</sup> Indústria de papel.

<sup>8</sup> ligadas à conversão.

<sup>9</sup> atua na indústria de papel e conversão.

**Quadro 1:** Utilização de terras no Extremo Sul da Bahia (1970-1996)

Utilização das terras	1970		1975		1980		1985		1995/1996	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	54.605	3,58	56.146	3,73	80.110	5,67	111.468	6,65	59.809	6,46
Lavouras temporárias	47.465	3,11	66.053	4,38	60.285	4,27	76.078	4,54	35.339	3,82
Pastagens naturais	258.217	16,93	380.620	25,25	297.131	21,04	348.920	20,82	160.487	17,34
Pastagens plantadas	377.262	24,73	448.007	29,72	381.332	27,01	512.742	30,59	390.380	42,19
Matas e florestas naturais	459.470	30,12	347.999	23,09	300.866	21,31	321.833	19,20	141.078	15,25
Matas e florestas plantadas	1,679	0,11	8.542	0,57	30.748	2,18	53.275	3,18	62.704	6,78
Terras em descanso e produtivas não utilizadas	185.790	12,18	118.123	7,84	172.700	12,23	181.212	10,81	43.950	4,75
Terras inaproveitáveis	141.059	9,25	81.757	5,42	88.875	6,29	70.454	4,20	31.549	3,41
Total	1.525.547	100	1.507.247	100	1.412.047	100	1.675.982	100	925.296	100

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE *apud* OLIVEIRA (2008)

É oportuno examinar esses dados a partir de vários pontos de vistas. Em primeiro lugar, o ponto de partida é a década de 1970, que é quando o Brasil está implementando medidas no sentido de atrair e aplicar investimentos financeiros no setor da silvicultura. Um exemplo disso é [...] o “II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado pelo governo Geisel em 1974 e que tinha por metas a ampliação do consumo interno e da exportação da celulose e do papel.” (FERREIRA, 2002, p. 93) O segundo ponto é que o período entre 1970 a 1996 atravessa quase todo o momento da Ditadura Civil-Militar brasileira, época em que notadamente, nunca se investiu tanto em infraestrutura e desenvolvimento, sobretudo em direção à Amazônia, às custas de muita destruição, violação de direitos sociais e ambientais.

Nesse período também crescem os casos de grilagem e apropriação indevida de terras devolutas, invasão de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental, tudo em nome do progresso tão recorrentemente propalado pelos governos ditatoriais. O terceiro ponto é que temos a impressão de que a medida em que uma das categorias avança em número, alguma

outra diminuiu. É o caso das florestas artificiais que nesse período adquiriu um crescimento constante, ao passo em que as terras antes ocupadas por florestas nativas chegam ao final do século passado no extremo Sul da Bahia com pouco mais de 15% da Mata Atlântica, metade do percentual afixado no início dos anos 1970, contrastando também com o aumento das pastagens plantadas, ou seja, locais antes destinados à pecuária, sendo “recuperados” com matas de espécies exóticas. Uma outra conclusão é que a extensão de terras destinadas às lavouras temporárias, ou seja, à agricultura praticada pelo trabalhador rural, diminuiu, enquanto as lavouras em larga escala só cresceram. Mais um sinal claro da perda de território por parte das populações tradicionais.

Outros dados do IBGE referente a esse mesmo recorte temporal, demonstram que grandes extensões de terras passaram a ser utilizadas por sujeitos na condição de proprietário, enquanto a figura do arrendatário e do “parceiro” foi perdendo espaço. Por outro lado, as terras em caráter de ocupação correspondiam a 4,3% em 1995. Apesar de ter sido menor que os 6,9% registrados em 1970, ainda assim se manteve numa situação confortável, indicando que os movimentos sociais não perderam o vigor e se conservaram fortes na luta pelo direito a terra. Esse panorama todo ajudou a consolidar a fixação das monoculturas de eucalipto nessa região nos primeiros anos do século XXI.

Os indígenas Pataxó são os que mais mobilizaram ações contrárias à Veracel na região, sendo suas lutas divulgadas por meio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA<sup>10</sup>. Além disso, se articularam para a criação da Frente de Resistência e Luta Pataxó, no intuito de combater a ofensiva da empresa em tentar aliciar os indígenas a fazer a parte de seu projeto, numa clara tentativa de minar a união e autonomia dos Pataxó. Em 2009 o Mapa estimava que cerca de 8 000 deles viviam na região do extremo sul da Bahia. Desde o início da década de 1980 eles dispunham de mais de 8 000 hectares em demarcação de terras, o que foi aumentado em mais de 11 000 no final dos anos 1990. No entanto:

Em 2008, a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou uma área maior, de quase 53 mil hectares, nas proximidades também do Monte Pascoal, como terra tradicionalmente ocupada pelos Pataxó. A demarcação foi publicada no Diário Oficial da União em 29/02/2008. A etnia reivindica, entretanto, com base em levantamento da antropóloga Maria do Rosário, um território de 120 mil hectares. (Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2009, p. 06/07)

---

<sup>10</sup> Grupo que atua desde 2002 no campo político em defesa da justiça ambiental em parceria com mais de 100 movimentos sociais, entidades ambientalistas, organizações, associações de moradores, órgão de ensino e pesquisadores universitários. (FASE, 2022)

Acontece que a área em que a FUNAI faria essa recolocação territorial dos Pataxó foi antes de tudo ocupada pelas monoculturas de eucalipto da Veracel. Cerca de 1 700 hectares já haviam sido tomados, sendo que o plano estabelecia que 30 000 hectares seriam reflorestados pelos desertos verdes. O grupo étnico atribui os efeitos dessas monoculturas à redução da mata nativa, além do desequilíbrio ecológico gerado pela intoxicação dos solos e das águas, causados pelos produtos químicos usados para proteger as árvores exóticas das pragas, que em decorrência disso, se refugiam e atacam as plantações de pequeno porte.

O drama dos Pataxó ganhou destaque e repercussão após a publicação do documentário *Desertos Verdes: plantações de eucalipto, agrotóxicos e água*, produzido pelo CEPEDDES, tratando de questões como a tomada de terras, violação dos recursos hídricos, uso indiscriminado de agrotóxicos, irregularidades trabalhistas e violência contra os modos de vida e trabalho das populações locais. O documentário ouviu integrantes das etnias Pataxó e Guaramirim, representantes de comunidades quilombolas e de movimentos sociais, camponeses, trabalhadores da empresa e cientistas que analisaram o caráter devastador do eucalipto, especialmente do ponto de vista fisiológico. Além disso, os pesquisadores obtiveram depoimentos de pessoas de várias partes do sul da Bahia, de cidades como Eunápolis, Mucuri e Porto Seguro, onde os moradores faziam críticas à atuação da Veracel e da Suzano Papel e Celulose.

O documentário corresponde a quase 25 minutos de um trabalho minucioso, sensível e comprometido com a luta dos sujeitos atingidos pelos efeitos da silvicultura na região. Esses sujeitos conversam sobre a situação a partir dos locais onde o drama acontece, o que sugere que a equipe de pesquisadores se mobilizou para ir até às comunidades. Além das pessoas, as filmagens mostram rios degradados, aviões despejando agrotóxicos, árvores tombadas e a imponência dos monocultivos de eucalipto, sem contar a indignação das pessoas. A produção dispõe de áudio em português, com legenda em inglês, o que revela a possibilidade ou a intenção de chamar a atenção do público internacional. O material demonstra todos os requisitos e cumpre o papel de uma excelente fonte histórica, revelando detalhes da vida social dos homens e mulheres investigados, uma vez que entre as vantagens das produções independentes para o trabalho historiador, atribui-se o fato de estar “ligada aos movimentos sociais urbanos e rurais que procuram registrar suas ações políticas e institucionais, constituindo-se num importante material de memória de lutas sociais e políticas [...]” (NAPOLITANO, 2008, p. 253).

O que se percebe é que a chegada da silvicultura no estado do Maranhão está ligada a restrições na expansão desse tipo agronegócio no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e na Bahia. Limitações essas, impostas pelas reações sociais e ambientais. Mas para além disso, essa

retenção também tem relação com um projeto de iniciativa política e empresarial direcionado ao Cerrado. Entenderemos isso melhor na próxima seção, que trata da criação da MATOPIBA.

## **2.2. “MATOPIBA: a nova fronteira agrícola do Brasil”**

A nomenclatura MATOPIBA refere-se ao projeto de fronteira agrícola cuja área é “formada pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde ocorreu forte expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980 especialmente no cultivo de grãos” (EMBRAPA, 2019). Essa região tem visto crescer cada vez mais o avanço do agronegócio e em particular da empresa Suzano na região, que se interessa principalmente pelas áreas de fronteira agrícola do Cerrado e regiões de extrema pobreza e abundância em recursos hídricos e florestais. Segundo dados de uma organização não-governamental, que acompanha de perto e vê com preocupação a instalação dessa e de outras empresas do tipo na região. A Suzano Papel & Celulose conseguiu através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, um montante de pouco mais de dois e meio bilhões de reais para investir na instalação de uma fábrica no Maranhão no final de 2010 (REPÓRTER BRASIL, 2011). Transação financeira noticiada com entusiasmo pelo jornal Folha de São Paulo (2010).

De acordo com a Nota Técnica N° 1 da EMBRAPA/GITE (2014), a distribuição espacial da MATOPIBA no Cerrado brasileiro, se estende por 31 microrregiões classificadas pelo IBGE, aglomerando 337 municípios, os quais abrigam mais de 320 mil estabelecimentos agrícolas. O percentual de participação territorial de cada um dos quatro estados envolvidos no projeto, confere ao Tocantins a maior fatia da exploração do bioma. Com 100% da área do estado, ele responde por 38% de todo o perímetro delimitado, o que equivale a 8 microrregiões, 139 municípios e mais de 25.000.000 hectares. Em seguida vem o Maranhão contribuindo com 33% da área total e integrando 15 microrregiões, 135 municípios e cerca de 20.000.000 hectares. Em terceiro lugar, com 18% de participação, 4 microrregiões, 30 municípios e pouco mais de 13.000.000 hectares, o oeste da Bahia aparece com uma dinâmica influente no negócio de florestadas plantadas. Já o Piauí integra o grupo com apenas 11% de participação, 4 microrregiões, 13 municípios e 8.204.588 hectares.

Segundo a Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais – AATR (2021) a ocupação dos Cerrados enquanto espaço de aproveitamento da terra para fins de produção de grãos em larga escala, foi possível graças à implantação de projetos de colonização como o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. Iniciando pelo estado de Minas Gerais ainda na década de 1970, o projeto foi executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e financiado pela Agência de

Cooperação Internacional do Japão - JICA, transformando o bioma em um lugar de aproveitamento da soja, abrindo possibilidades a outras dinâmicas de produção exploratória, além da ampliação da presença de técnicas e equipamentos agrícolas avançados sobre a região.

Em meio a tudo isso emerge a fronteira configurada pela MATOPIBA<sup>11</sup>, a ser discutida mais à frente, e que serve de instrumento para que produtores e mão de obra rural sejam atraídos para a região dos Cerrados com o objetivo de exploração da riqueza natural e a força de trabalho. Ainda de acordo com a AATR, o projeto foi criado a partir da mobilização e cooperação técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA com a EMBRAPA e com o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – GITE. A delimitação do espaço foi oficializada em 2015 pelo Decreto Nº 8.447 que criava o Plano de Desenvolvimento Agrário – PDA do MATOPIBA. Apesar de ter sido revogada no ano seguinte, o regimento do Plano foi regulamentado por meio do Projeto de Lei Complementar Nº 279/2016, dando origem à Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA, compreendendo cerca de 73 milhões de hectares de área ocupada (vide página 46).

Aspectos históricos, geográficos e sociais dos estados diretamente envolvidos e/ou afetados pelo processo de exploração da MATOBIPA são indicadores que acendem o alerta da comunidade científica sobre os estragos sociais e ambientais que o sistema capitalista pode estar ajudando a aprofundar. A AATR considera que:

A formação territorial do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia remonta aos processos de escravidão negra e indígena, alinhada ao saqueamento de terras e recursos naturais desde o período colonial. Estruturando ações privadas, públicas e institucionais o PDA Matopiba, como proposta, é a reafirmação do projeto político e econômico cunhado historicamente para esta região. Os aspectos físicos (relevo, clima, hidrografia), sociais e econômicos do Cerrado, associados ao falso pressuposto de que este território se constitui como vazio demográfico e socioeconômico, espaço propício para conformação de uma “nova” fronteira agrícola (AATR, 2021, p. 6).

Um dos principais argumentos que justificam a implantação de projetos como esse, é a compreensão equivocada que o setor empresarial tem das dimensões produtivas do Brasil. Segundo essa interpretação, tudo aquilo que não traz retorno financeiro imediato ou em proporções extensivamente lucrativas, é alvo de campanhas de deslegitimação, de modo a garantir que o sistema capitalista seja privilegiado. Além disso, a forte ligação entre integrantes dos Poderes Judiciário e Legislativo com representantes do agronegócio favorece o

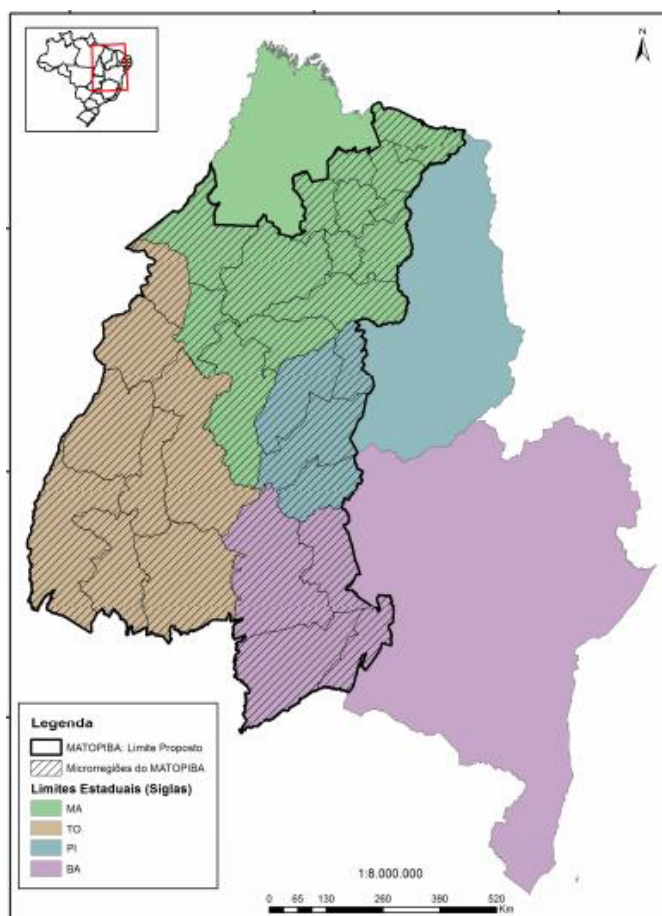
---

<sup>11</sup> Acrônimo formado pelos quatro estados brasileiros (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), cujo território perpassa o perímetro do Cerrado brasileiro e que de acordo com estudos da EMBRAPA demonstraram alto potencial produtivo para a implementação de um projeto de fronteira agrícola, dada a disponibilidade de terras, clima adequado e recursos hídricos.



destravamento de autorizações, mudanças no regramento e legislação ambiental, liberação de agrotóxicos e fraudes na compra de terras públicas. O que por sua vez resulta em uma situação que pressiona os diferentes grupos populacionais que habitam áreas rurais a viverem em circunstâncias de dependência da “benevolência” do empresariado, responsável por toda a articulação que lhes expropriaram a terra e o emprego.

**Figura 2:** Área de ocupação da MATOPIBA

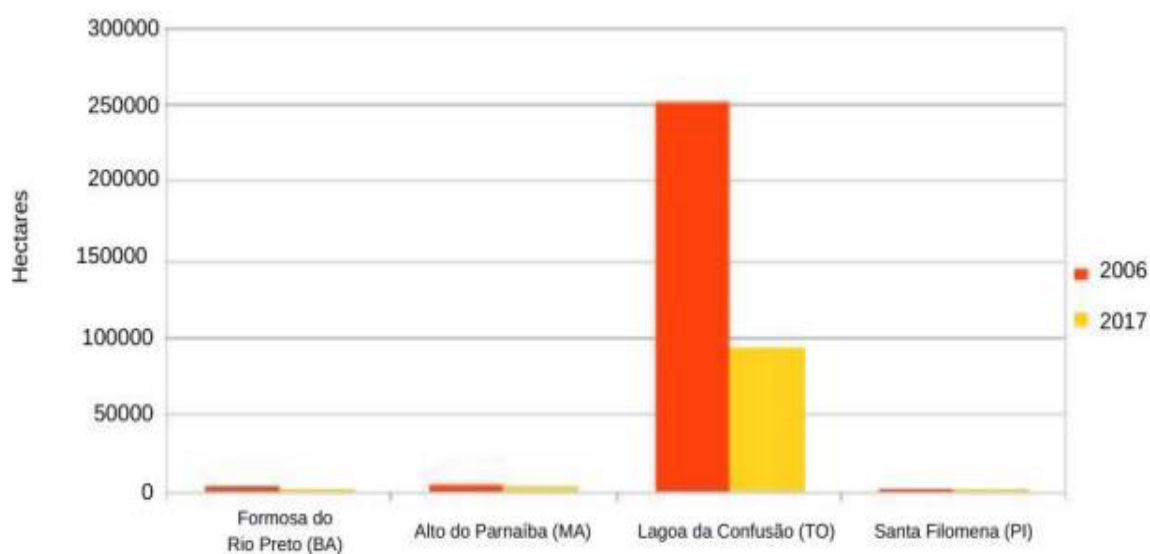


**Fonte:** EMBRAPA, 2014

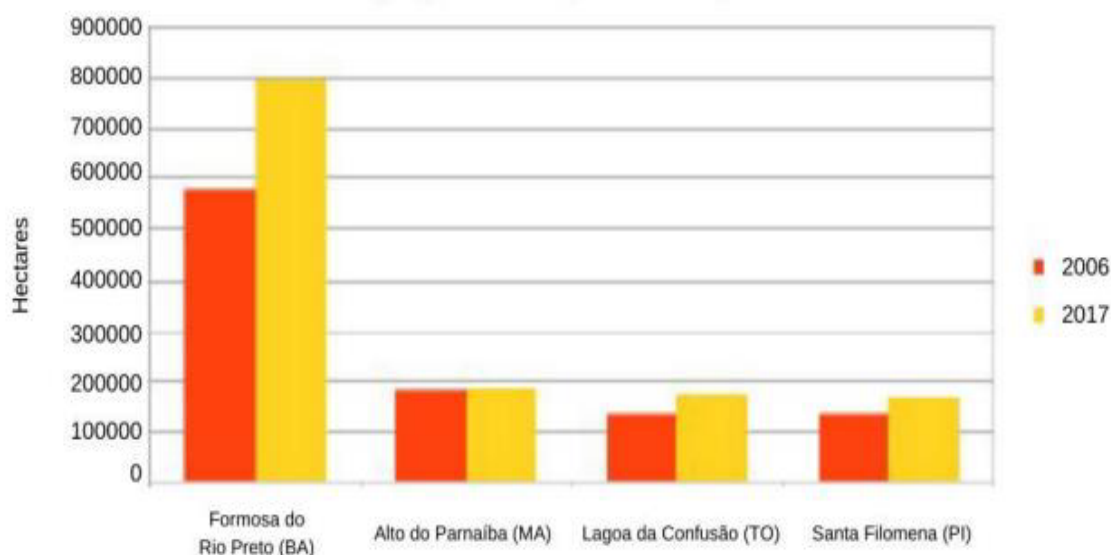
Após a fase inicial em que incorporava o estado de Minas Gerais num projeto de aproveitamento dos recursos naturais do Cerrado, o PRODECER e o JICA passaram a avançar sobre as terras da Bahia em meados da década de 1980 e dez anos depois já anexava os estados do Maranhão e Tocantins. A transformação do cenário em um lugar de produção extensivamente voltado para o negócio da *commodities* só veio pouco tempo depois, com o início dos anos 2000, quando a região foi tomada pela iniciativa do agronegócio. É importante lembrar que a área de delimitação da MATOPIBA só é oficializada e regulamentada após o ano de 2015 e a partir de então as áreas de pastoreio e de produção de gêneros alimentícios orgânicos são rapidamente transformadas em lavouras de grãos geneticamente modificados (AATR, 2021).

Entre 2006 e 2017, um balanço realizado pela AATR (2021) mostrou que muitos lotes desse perímetro antes ocupados sob o regime de posses para fins de uso na agricultura tradicional foram convertidos em propriedades privadas com o objetivo de alimentar a produção extensiva de itens destinados ao mercado internacional. Os gráficos a seguir ajudam a entender melhor a situação a partir de municípios de cada um dos quatro estados da MATOPIBA:

**Figura 3:** Hectares em regime de posse na MATOPIBA entre 2006 e 2017



**Figura 4:** Hectares em regime de propriedade na MATOPIBA entre 2006 e 2017

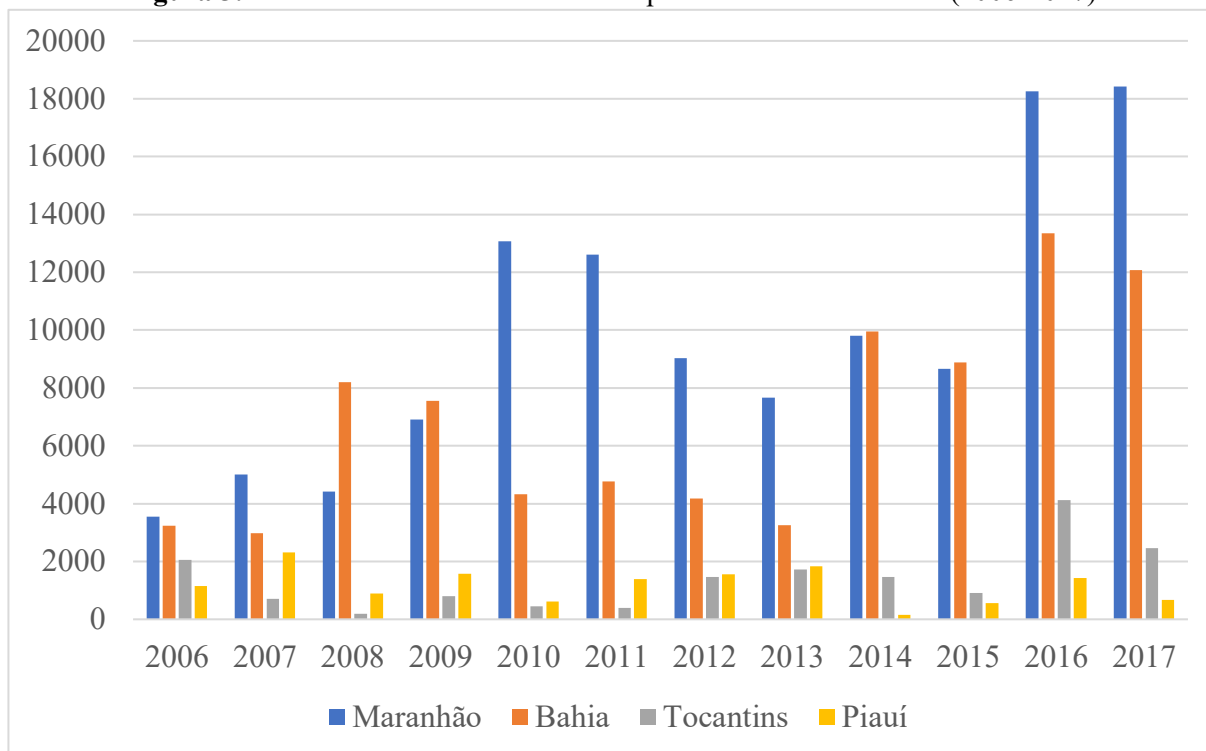


**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário) *apud* AATR (2021)/Elaborado por Joice Bonfim

Comparando esses dados com os números de famílias envolvidas em situação de conflitos pela terra nesses quatro estados, levantados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, foi possível perceber que o aumento nas ocorrências de conflitos acompanhou a

escalada do processo de apropriação de terras demonstrado nos gráficos anteriores. Tivemos o cuidado de utilizar o mesmo recorte temporal aplicado no balanço preparado pela AATR para ter uma noção mais precisa a respeito dos reflexos da apropriação de terra compulsória dentro do universo espacial da MATOPIBA:

**Figura 5:** Famílias envolvidas em conflitos por terra na MATOPIBA (2006-2017)



**Fonte:** Comissão Pastoral da Terra – CPT (2017)/Produção nossa

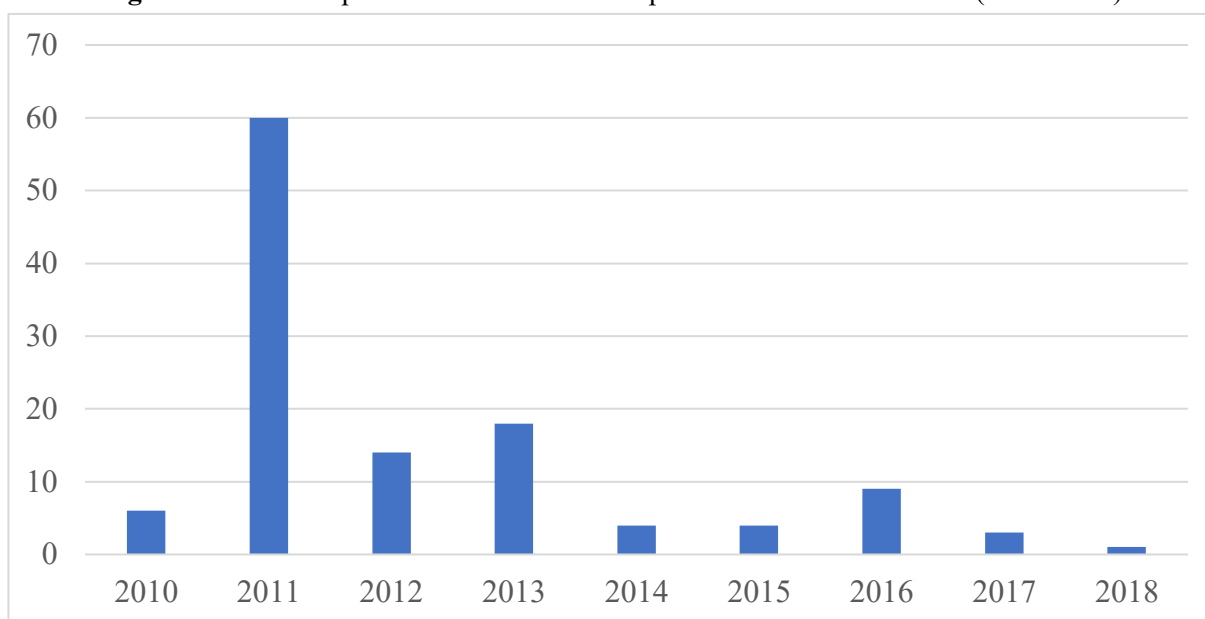
Ainda que a amostragem trazida pela AATR evidencie a situação em pontos específicos de cada estado, ao passo que no nosso levantamento é considerada a cobertura de cada Unidade Federativa por completa, a associação mantém a sua credibilidade por também apresentar um comportamento de crescimento expressivo e constante, apesar de algumas quedas. Além disso, quando se observa os dados de outros estados que não fazem parte da MATOPIBA, os números mostram caminhos diferentes.

Ainda olhando para os números é possível ver que Piauí e Tocantins apresentam índices bem abaixo das estatísticas de seus vizinhos na fronteira agrícola, apesar de que, como já foi lembrado, todo o território tocantinense está envolvido no projeto. Quanto ao Piauí, que tem o menor percentual de participação na MATOPIBA, os dados sobre conflitos por terra relativamente inferiores indicam que a conquista do agronegócio e da silvicultura na região acontece de forma tardia. No entanto, essas baixas são compensadas pela situação preocupante que recai sobre a Bahia e especialmente o Maranhão, cujos números revelam uma alta nos casos de conflitos, superior a todos os outros três estados, alcançando em 2017 a marca de 18.415

famílias em luta constante pela terra. O problema se acentua nesses dois estados após 2015, quando é aprovada a legislação que regulamenta a delimitação territorial da MATOPIBA.

É do Maranhão e da Bahia de onde também mais emergem as ocorrências de conflitos pela terra envolvendo necessariamente empresas de exploração do eucalipto. No caso das terras maranhenses, entre 2010 e 2018 foram mais de 100 casos, sendo que destes, só em 2011 foram 60, segundo dados levantados pela CPT refletidos no gráfico abaixo:

**Figura 6:** Conflitos por terra envolvendo a empresa Suzano no Maranhão (2010-2018)



**Fonte:** Comissão Pastoral da Terra – CPT (2018)/Produção nossa

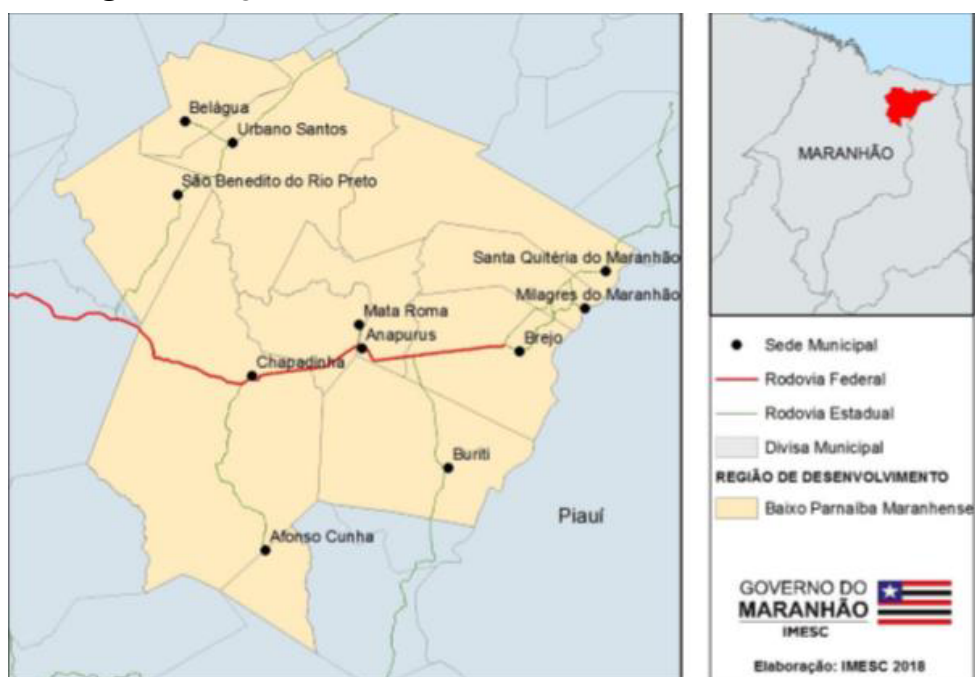
O ano de 2011 foi sem dúvidas um período particularmente desafiador para as famílias maranhenses do Cerrado. Todos os registros de querelas entre camponeses e empresários da silvicultura se concentraram nesse estado naquele ano. Dessas 60 ocorrências, 56 caracterizavam situação jurídica de litígio, 3 delas tratavam de grilagem, 1 permanecia em fase de reconhecimento, além de 51 ações de pistolagem e 740 ameaças ou tentativas de expulsão. As estatísticas somam mais de 3000 famílias afetadas, distribuídas pela área de atuação da MATOPIBA no Maranhão, sendo que os municípios mais atingidos foram Urbano Santos e Santa Quitéria do Maranhão, ambos localizados na região do Baixo Parnaíba Maranhense, onde segundo a Repórter Brasil, no mesmo ano, explodiram denúncias de escassez de água provocada pela insurgência das monoculturas de eucalipto próximo a áreas de riachos e igarapés. Ainda de acordo com a reportagem:

Formados por descendentes de quilombolas e de camponeses que habitam a região há diversas gerações, alguns desses povoados se transformaram em verdadeiras “ilhas” cercadas pelas árvores exóticas. O isolamento também vem prejudicando outra valiosa fonte de recursos para essas comunidades: o

extrativismo de espécies nativas do cerrado, como o pequi e o bacuri. “Essa produção vem caindo vertiginosamente, pois a vegetação nativa, rica em bacurizeiros, vem sendo desmatada para dar lugar ao deserto verde de eucaliptos”, explica Igor Almeida, advogado da SMDH (REPÓRTER BRASIL, 2011, p. 17).

O trabalho investigativo da Repórter Brasil somado aos esforços do Ministério Público Federal do Maranhão, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH e do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense ajudou a elucidar os efeitos danosos da chegada das monoculturas de eucalipto na região.

**Figura 7:** Região de Desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense



**Fonte:** IMESC (2018)

Além de comprometer o direito a terra e o direito aos recursos hídricos aos mais pobres, a situação ainda põe em risco a manutenção do extrativismo, uma marca cultural presente no cotidiano das famílias do Cerrado. O que torna o problema ainda mais grave é o fato de que além de estar sendo dizimada, em outros casos a vegetação nativa do bioma pode estar também sendo cercada, impedindo o acesso aos trabalhadores, condição semelhante ao que ocorria com as quebradeiras de coco babaçu após a chegada de um projeto de plantação de eucalipto no oeste maranhense na década de 1990.

Apesar das denúncias da Repórter Brasil, a CPT não registrou nenhum caso de conflito pela água envolvendo empresas de exploração do eucalipto em 2011 no Maranhão. No entanto, foram documentadas duas notificações referente às cidades de Brejo e Buriti, municípios que fazem parte da região de desenvolvimento do Baixo Parnaíba Maranhense, de acordo com o

planejamento realizado em 2018 pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos – IMESC. As duas ocorrências registram uma situação de “diminuição do acesso à água” e outra de “destruição e/ou poluição” em março e junho de 2011 respectivamente. Em ambas, os grupos atingidos foram duas comunidades quilombolas, deixando um total de 60 famílias prejudicadas (CPT/2011).

A Bahia registrou no mesmo período (2010-2018) um total de 8 casos de conflitos pela terra, sendo a maioria na cidade de Eunápolis em 2010 envolvendo a empresa Veracel Celulose. O caso mais grave aconteceu no município de Mucuri, onde uma ação a serviço da empresa Fibria Celulose resultou no assassinato de um homem de 24 anos, filho de um trabalhador rural de 53 anos que também teve o braço esquerdo quebrado em dois lugares. Em nota o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST declarou o seguinte:

Através desta nota, queremos demonstrar nossa imensa revolta com a morte de Henrique de Souza Pereira, 24 anos, ocorrida no último dia 17 de março, quando uma equipe da GARRA, empresa privada de ‘segurança’ da Fibria (ex-Aracruz Celulose e sócia da Stora Enso na Veracel Celulose), atirou nele, alegando que estava furtando madeira e ‘agindo com agressividade’ quando foi solicitado a deixar uma área de eucalipto, segundo uma nota da própria empresa Fibria. Mas segundo declaração feita durante entrevista a um jornal local pelo pai de Henrique, Osvaldo Pereira Bezerra, que estava junto com o filho no momento da ação, eles estavam indo para casa numa motocicleta. Durante a ação, os milicianos quebraram o braço do pai de Henrique (2010, p. 1).

A organização Acervo Combate Racismo Ambiental<sup>12</sup> (2010) acrescenta que é comum na região as empresas de exploração de celulose, inclusive a Suzano, impedirem categoricamente que trabalhadores adentrem as áreas de florestas de eucalipto com o objetivo de coletar gravetos para a produção de carvão. Apesar dos diversos pedidos para a realização de acordos entre esses camponeses e as companhias, elas se recusam a permitir que os trabalhadores tenham acesso a resíduos sem mais nenhuma utilidade no negócio da celulose. Dessa forma, esses coletores são embargados de adquirirem uma renda ou manter seu sustento e de cumprir um papel importantíssimo na preservação ambiental. A organização conclui afirmando que a perseguição e a violência são bastante frequentes na região de Mucuri - BA e que as empresas são diariamente acusadas de aprofundar os problemas sociais e ambientais que acabam encaminhando a população rural para os centros urbanos.

Sobre a questão da “criminalização” ao furto de madeira em propriedades privadas, passível de perseguições, Karl Marx ainda jovem, na primeira metade do século XIX,

---

<sup>12</sup> Grupo criado em 2009 pela historiadora da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Tania Pacheco, cujo trabalho é marcado pela atuação junto aos órgãos de combate às injustiças sociais e ambientais por todo o Brasil.

expressava o seu incômodo por meio de artigos que hoje compõem o livro *Os Despossuídos*. Em um dos escritos Marx analisa a instauração da lei que ficou conhecida como Dieta Renana, a qual considerava a prática, aceita até então enquanto direito consuetudinário, um crime que poderia ser punido com o encarceramento e pagamento de indenização. Para ele essa lei se traduz no esforço de uma burguesia intelectual renana que tentava acompanhar as reformas jurídicas centradas na propriedade privada, conquistadas a partir da Revolução Francesa. Apesar das resistências do Estado prussiano, as normatizações entraram em vigor, colocando o governo central a serviço dos proprietários florestais. No artigo *O jovem Marx e o debate sobre a “Lei do Furto de Madeira”*, o autor analisa que o contexto é interpretado por Marx sob o ponto de vista de que os direitos consuetudinários da nobreza se apunham a um direito ligado aos costumes dos camponeses, uma vez que aqueles correspondem a resquícios do período medieval, compreendido como um período em que há ausência do direito. Ele chega à conclusão de que “as legislações modernas, produzidas pela ação do ‘entendimento’, caracterizam-se pela unilateralidade pela qual trataram os institutos do direito que o precedeu” (CASTRO, 2017, p. 173).

O bom e velho Marx já ensinava que; “O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo e tem que manter com ela um diálogo ininterrupto se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, porque o homem é parte dela.” (MARX *In* FOSTER 1999 p. 165) Historicamente, neste sentido, há uma certeza constituída – ao matar a natureza, o homem mata a si mesmo.

Ainda a respeito do período delimitado entre 2010 e 2018, Tocantins e Piauí não registraram nenhum caso de violência contra camponeses em razão da chegada dos monocultivos de eucalipto. As terras tocantinenses, tiveram a exploração da silvicultura de forma tardia, enquanto o Piauí começou a receber a Suzano a partir de 2010, que na época passou a ter direito a 37.025 hectares de terras. Diferentemente do Maranhão e da Bahia, o estado manteve um ritmo decrescente de ocupação, tendo a empresa chegado em 2013 com pouco mais de 28.000 hectares (Indústria Brasileira de Árvores, 2014, p. 50).

Em território maranhense, além da Suzano Papel & Celulose, cuja sede é a indústria situada em Imperatriz, no oeste do estado, o negócio da celulose é também conduzido pela CEPEL Celulose e Papéis Ltda, situada em São Luís. Até 2014 outras duas empresas se encontravam com as atividades paralisadas no Maranhão: a ALPES Celulose e Papéis Ltda, também com sede na capital e a ITAPAGÉ S.A. Celulose, Papel e Artefatos, com sede em Coelho Neto, na divisa com o Piauí, há mais de 350 quilômetros de São Luís (ABTCP, 2014).

No Piauí o projeto de implantação de uma fábrica da Suzano no município de Palmeirais foi suspenso após o Ministério Público do Estado do Piauí e o Ministério Público Federal protocolarem juntos em 2011, uma Ação Civil Pública contra o estado do Piauí, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a empresa por motivos de irregularidades na concessão do licenciamento ambiental<sup>13</sup>.

Ao desistir do empreendimento no Piauí, a Suzano enterrava de vez o sonho da geração de emprego e desenvolvimento para os piauienses deixando para trás o lastro de degradação ambiental provocado pelos monocultivos de eucalipto: “o sonho de empregos acabou. Trabalhadores rurais de Curralinhos e Palmeirais perderam a esperança de ver a Suzano Papel e Celulose gerando empregos no Piauí. A empresa deixou florestas de eucaliptos no Estado, mas montou sua fábrica em Imperatriz – MA” (Movimento Alerta Contra os Desertos Verdes<sup>14</sup>, 2021, p. 1).

Apesar das promessas de geração de emprego e desenvolvimento para a região, o projeto do MATOPIBA na realidade só tem agravado um quadro de pobreza que na história recente, cerca especialmente o Nordeste do Brasil, atravessando a negligência dos governos militares e a insensibilidade das políticas neoliberais dos anos 1990. As estatísticas do IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD a respeito do IDH<sup>15</sup> evidenciam de forma muito clara os resultados de pelo menos os primeiros 10 anos de implantação dessa nova fronteira agrícola no país<sup>16</sup>:

**Quadro 2:** IDH (Maranhão, Piauí e Bahia)

Estado	1991	2000	2010	Posição nacional (2010)
Bahia	0,386	0,512	0,660	22º
Piauí	0,362	0,484	0,646	24º
Maranhão	0,357	0,476	0,639	26º

**Fonte:** PNUD *apud* IBGE (2010)

<sup>13</sup> Esse assunto será tratado com mais detalhes no próximo tópico.

<sup>14</sup> Organização que conta com colaboração de militantes ambientalistas, entidades de classe, sindicatos, pastorais e estudantes em favor da luta contra as práticas territoriais estimuladas, principalmente pelas monoculturas de eucalipto.

<sup>15</sup> O IDH, diferentemente do PIB que dimensiona a evolução da sociedade com base apenas na agenda econômica, calcula o desenvolvimento humano considerando três fatores básicos: renda, educação e saúde (PNUD BRASIL, 2022).

<sup>16</sup> Decidiu-se por não incluir no Tocantins nessa comparação tendo em vista que o estado é o único da MATOPIBA que não enfrenta problemas com a questão das monoculturas de eucalipto.



Por mais que o índice apresente uma curva de crescimento, ele é lento, irregular e mantém posições historicamente consolidadas. Em comparação com outros estados onde a atuação do agronegócio também é intensa, a evolução esperada para a MATOPIBA ainda permanece muito aquém do IDH de Mato Grosso do Sul e Goiás, por exemplo. No Ceará, por outro lado, onde a expansão do agro ainda é relativamente tímida, o crescimento nesses quase 30 anos foi de pouco mais de 40%. O Maranhão, que nas três amostragens aparece alternando entre a última e penúltima colocação no *ranking* nacional, apresenta a situação mais crítica. Nesse mesmo período a população urbana do estado mais que dobrou, enquanto o número de pessoas vivendo na zona rural caiu quase 18% (IBGE, 2010), reflexo da quebra de expectativas diante do efeito reverso a respeito de melhorias nas condições de vida anunciadas pelas técnicas de modernização agrícola.

### **2.3. Avanço do eucalipto sobre o Maranhão: disputas pela terra**

A Comissão Pastoral da Terra – CPT define conflitos pela terra como sendo:

Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc (2006, p. 10).

A entidade também acrescenta que essas disputas podem se manifestar através de pelos menos 7 maneiras distintas: em ocupações, acampamentos, por meio de conflitos trabalhistas, conflitos pela água, ações envolvendo sindicatos, confrontos em época de seca e atrito em área de garimpo. Foi sob a bandeira do movimento Via Campesina em 2008 que mais de 500 mulheres invadiram uma fazenda de exploração de eucalipto em Rosário do Sul, sudoeste do Rio Grande do Sul para protestar contra os efeitos perversos do agronegócio na região. A ação foi fortemente reprimida pela atuação da Polícia Militar do Estado que deixou cerca de 50 trabalhadoras feridas. Além das mulheres, cerca de 250 crianças também participaram da manifestação, que ocorreu às vésperas do Dia Internacional da Mulher e intensificava a luta em favor da Soberania Alimentar e contra o agronegócio. A fazenda de 2.075 hectares pertencia à finlandesa Stora Enso e cerca de 40% dela era destinada à plantação de eucalipto (Folha de São Paulo, 2008).

A empresa tinha planos para a construção de uma indústria de celulose no município, mas os eventos do ano de 2007 parecem ter sido mais do que suficiente para que a população gaúcha atingida por esse tipo de empreendimento entendesse que o que estava em jogo era bem mais do que oferta de empregos, melhorias estruturais e o dinamismo da economia local. A

CPT (2007) registrou nesse ano, 10 ocorrências de disputas no campo envolvendo empresas de exploração do eucalipto no Rio Grande do Sul. A maioria dessas notificações apontam para a realização de manifestações, marchas e protestos em ruas e rodovias e em outras, há registros de ocupações em áreas privadas. Somados aos outros 4 casos catalogados no ano seguinte, ainda assim é um número pequeno perto da explosão de denúncias que tomou conta do Estado do Maranhão três anos depois, mas de certa forma representou uma guinada nas áreas de interesse do negócio da celulose.

O fato é que ainda em 2007 um jornal gaúcho anunciava com expectativa que a empresa só decidiria a respeito da definitiva implantação da fábrica na região em um prazo de até cinco anos. O responsável pela Stora Enso na América Latina chegou a afirmar em audiência no palácio do governo estadual que, apesar do processo de aquisição de terras ter estado a pleno vapor, o investimento na indústria ainda não poderia ser confirmado (Página Rural, 2007). Sete anos depois, uma coluna do Jornal do Comércio (2014) demonstrava frustração com a decisão da empresa de levar o projeto da fábrica para o Uruguai:

Criaram tantos problemas aqui, inclusive passeatas contra, que os US\$ 2 bilhões foram levados para o Uruguai, e a Montes del Plata (Stora Enso + Arauco) está começando a produzir celulose em Punta Pereyra, no Departamento de Colônia, onde construiu a mais moderna fábrica do mundo, inclusive com porto para recebimento de matéria-prima e exportação (Jornal do Comércio, 2014, p. 1).

O projeto de implantação da fábrica na cidade de Rosário do Sul, ao que tudo indica, parece ter se tornado apenas uma promessa, uma vez que ela também não entrou para o radar da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel de 2014. Mas os estragos provocados pelos anos de exploração das monoculturas de eucalipto permaneceram. Esse cenário corrobora com a noção de que o epicentro<sup>17</sup> da produção da celulose no Brasil, até então o complexo Sul-Sudeste do país possa ter sido transferido para o Norte-Nordeste, mais especificamente para a MATOPIBA, onde os governos ofereciam incentivos, onde existia uma dinâmica atrativa, facilidades de acesso à terra, sem contar a riqueza natural, farta especialmente em recursos hídricos, além da mão de obra fácil e barata. A partir de 2010 o Sul e o Sudeste já não registram mais nenhum caso conflito no campo envolvendo camponeses e produtores de celulose (CPT, 2010).

As disputas pela terra, assumem assim um papel muito importante na consolidação da silvicultura em regiões do Sul global. Já é possível afirmar que o *modus operandi* dessa

---

<sup>17</sup> Em 2007 São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo também registravam ações de conflito relacionados ao negócio da eucaliptocultura (CPT, 2007).

dinâmica de produção leva o sistema capitalista agrário, a um novo patamar evolutivo, compreendendo as vantagens oferecidas pela globalização. O que temos agora é um “aprofundamento na concepção da terra como mercadoria, que agora não é de domínio somente nacional e sim internacional, comandado por corporações multinacionais que definem e planejam o modo de apropriação da natureza.” (ANDRADE, 2015, p. 28)

Esse conflito envolvendo diferentes modos de observar e aproveitar os recursos da natureza, especialmente o solo, não só no sentido de ser o lugar onde se cultiva plantas com propósitos igualmente opostos, está assentado em um conceito criado por Vandana Shiva. Ela defende que o apagamento de estratégias tradicionais de sobrevivência, sobretudo aquelas envolvendo relações mais íntimas e profundas do ser humano com a natureza, faz parte de um mecanismo de dominação que procura se firmar a pretexto de estar a serviço do conhecimento científico. Essa homogeneização do pensamento age também com objetivo de deslegitimar ou então de ignorar que entre esses mesmos modos tradicionais de sobrevivência, se desenvolvem outras alternativas epistemológicas. Assim a autora nos diz:

La “silvicultura científica” fue la falsa universalización de una tradición local de la silvicultura, surgió de estrechos intereses comerciales que veían al bosque sólo en términos de madera valiosa para el comercio. Primero redujo el valor de la diversidad de la vida en el bosque al valor de unas pocas especies valiosas y luego redujo el valor de esas especies al valor de su producto muerto: la madera. El reduccionismo del paradigma silvícola científico, creado por intereses industriales y comerciales, viola la integridad de los bosques y la integridad de los pueblos que los habitan y necesitan de su diversidad para satisfacer sus necesidades de fibras, alimento y abrigo. (SHIVA, 2008, p. 26)

Em *Los Monocultivos de la Mente*, Vandana Shiva argumenta que assim como a silvicultura, que para se consolidar enquanto estrutura dominante, compromete todo tipo de diversidade ambiental, no aspecto cultural, a sociedade também sofre as investidas do capital à medida em que se cria estratégias que garantam a sobrevivência de um único e homogêneo modelo de produção suficientemente capaz de sufocar outras possibilidades. Para ela, não basta dispor de todo o preparo tecnológico bem como de recursos humanos, naturais e financeiros, é preciso convencer a todos de que sacrificar a diversidade em favor de uma única espécie, é a única saída possível. Tais iniciativas vem, obviamente acompanhadas de interesses, que visam o retorno financeiro, ou seja, são ações articuladas e coordenadas pelas elites empresariais, não despidas de apoio do Estado, diríamos.

Já em 2007 o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão - FETAEMA, Chico Sales em entrevista acerca da consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, demonstrava aflição

com a aproximação acelerada do agronegócio à região, quando perguntado a respeito de como avaliava a questão dos conflitos agrários no Estado: “a expansão dos agronegócios da soja, cana de açúcar e eucalipto tem causado danos irreparáveis ao meio ambiente e problemas sociais como a expulsão de agricultores familiares e a extinção de comunidades rurais tradicionais (CONTAG, 2007, p. 2)<sup>18</sup>. Ele conclui se comprometendo a cobrar do então governo Jackson Lago a implementação de ações para que o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA inicie a retomada de terras em situação de grilagem e regularize terras devolutas em favor de posseiros e sem-terras.

De acordo com o Mapa de Conflitos a respeito de Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, produzido por historiadores e antropólogos da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, no final da década de 1990, o Estado do Maranhão assegurara terras de domínio da União para a criação do projeto de assentamento denominado Vila Cajueiro. No entanto, por meio do decreto Nº 27.291 de 05 de abril de 2011, o governo estadual conduzido pela oligarquia Sarney determinou a desapropriação das famílias para fins de construção de um terminal portuário de responsabilidade do grupo Suzano. Quatro anos depois, após a mobilização das famílias afetadas, com o apoio de outras comunidades locais, a secretaria estadual de meio ambiente suspendeu a licença para a estruturação do porto, o que foi considerado uma vitória pelas comunidades tradicionais envolvidas na disputa (2012).

É importante lembrar que um ano antes, a Repórter Brasil acompanhava o drama de moradores de cidades do Baixo Parnaíba Maranhense que condenavam a presença dos monocultivos de eucalipto, alegando que eles estavam diretamente ligados ao prolongamento dos períodos de estiagem na região. Isso não significa que a situação tenha passado despercebida pela CPT. Na realidade o surto de casos de 2011 é um indício relevante de que algo muito grave estava acontecendo na região. O método utilizado pela entidade classifica todos como conflitos por terra, o que naturalmente pode implicar na territorialização de áreas consideradas importantes para o abastecimento de água. Além disso, por meio do Mapa de Conflitos da Fiocruz também é possível observar que entre os impactos desses empreendimentos está o assoreamento e poluição dos recursos hídricos. Em treze anos de amostragem (2005-2018), a CPT detectou apenas 1 caso de conflito por água<sup>19</sup> em todo o

---

<sup>18</sup> CONFEDERAÇÃO nacional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares. Presidente da FETAEMA fala sobre o PADRSS, 2007. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=598&mt=1&nw=1>. Acesso em: 19 maio 2021.

<sup>19</sup> Também apoiamos-nos no princípio elaborado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, segundo o qual o identifica como mobilizações em favor da preservação de rios, açudes, nascentes e outros locais de importância

perímetro da MATOPIBA, cuja motivação estava relacionada ao negócio da celulose. Tratava-se de uma notificação registrada em 2012 na qual 180 famílias de um assentamento no município de São Luís – MA, acusavam a Suzano e a termelétrica MPX pela destruição e poluição dos recursos hídricos da região.

No entanto, em meio ao número exorbitante de mais de meia centena de notificações de conflito no campo em 2011 relacionadas à eucaliptocultura no Maranhão, houve registros em que duas comunidades quilombolas do Médio Parnaíba Maranhense<sup>20</sup> precisaram acionar a justiça para conter o avanço da Suzano sobre suas áreas de convivência. Na ação conjunta disponibilizada em novembro daquele ano no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão, dezenas de pessoas pediam que fosse:

“reconhecida a posse sobre área de terras representadas pelos Povoados Tanque da Rodagem e São João, encravados na Fazenda Castiça, Zona Rural do Município de Matões/MA<sup>21</sup>, cuja fazenda pertence à empresa ré SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A uma vez que esta adquiriu da pessoa jurídica CALUMBI AGROINDUSTRIAL LTDA” (Tribunal de Justiça do Maranhão, 2011, p. 373).

Sobre o caráter de unidade dado a essa manifestação registrada no âmbito da Justiça, James Scott afirma que “as relações de poder geradas no seio dos grupos subordinados são muitas vezes a única força capaz de contrabalancear a determinação da conduta a partir de cima” (SCOTT, 2013, p. 59). Ele acrescenta que a experiência histórica demonstra que em certas ocasiões esse sentimento de unitarismo constrói-se à base do temor de sanções e do ostracismo promovido pelo próprio grupo enquanto organismo social. Explica ainda que em uma aldeia da Malásia em que visitou, era terminantemente proibido um rezeiro oferecer ao proprietário da terra um resultado financeiro superior ao dos outros trabalhadores, sob pena de ser ridicularizado e isolado dos momentos de recreação em sociedade. Na Andaluzia, aqueles que se submetessem a trabalhar por menos de um salário mínimo também teriam o mesmo destino, assim como na Irlanda oitocentista, onde o trabalhador que fosse pego furando um boicote ficava sujeito a ter animais de criação danificados, o que obrigava o transgressor a abatê-lo. O autor conclui afirmando que esse clima de tensão e medo do perigo iminente é fundamental para garantir a coesão das atitudes que buscam alcançar resultados mais robustos para a vida em sociedade. (SCOTT, 2013)

---

aquífera. As lutas também envolvem a defesa de ribeirinhos, pescadores, além das demais categorias atingidas por empreendimentos de grande porte e apropriação indevida dos recursos hídricos (2012).

<sup>20</sup> Ver mapa 4.

<sup>21</sup> O município fica a mais de 450 quilômetros de São Luís e dista apenas 85 de Teresina, que em razão da proximidade, possui uma forte dinâmica de atração para o setor agroindustrial.

A Comissão Pastoral da Terra confirma a situação de litígio na região e que, um mês antes, cerca de 38 famílias sofreram ameaça de despejo por parte da empresa. Em 2020 o jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil trouxe depoimentos de pessoas convivendo diariamente com a ameaça à posse de terra, aos recursos hídricos e às manifestações de cunho sagrado no Cerrado brasileiro, como é o caso de Fran Braga da Comunidade Tanque da Rodagem que afirma que o desmatamento constante tem colocado em risco a existência de locais importantes para a religiosidade de seu povo, marcada por relação de intimidade tão forte com a natureza que as ações de preservação ambiental acabam sendo também um dever moral. “Lá no quilombo uma das áreas que está sendo afetada é um local sagrado da comunidade, que é na ‘Cruz do Negro’, local sagrado e preservado pela comunidade”. (Braga *apud* Le Monde Diplomatique, 2020, p. 8)

Nos anos seguintes as disputas na região passam a ser recorrentes, de modo que em 2013, as duas comunidades reiteram sua insatisfação diante da situação junto à CPT, sendo que nesse ano o número de famílias afetadas sobe para 140. Os registros de reivindicações se mantêm até pelo menos o ano de 2018.

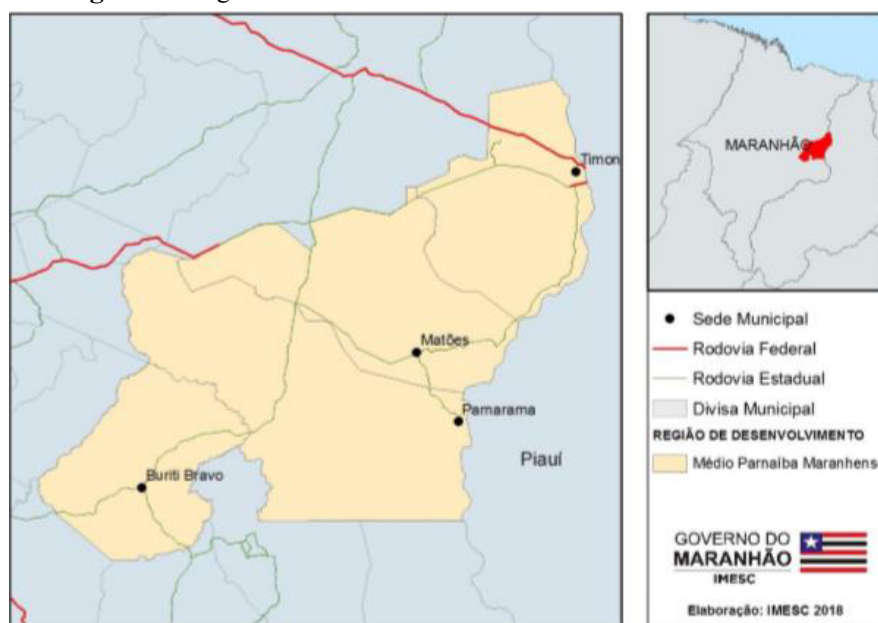
No município de Parnarama - MA, a CPT em 2015 chegou a registrar ameaça de morte em uma comunidade quilombola do Povoado Guerreiro, próximo a uma fazenda do Povoado Cana Brava. Setenta e duas famílias enfrentavam situação de litígio pela terra envolvendo a Suzano, cuja disputa é herdada de um outro empreendimento, que já travava uma batalha com a comunidade desde pelo menos o ano de 2007. Onze anos depois é registrado a última ocorrência de conflito com a produtora de celulose, mas já no ano seguinte os moradores passam a disputar os 10.771 hectares com empresários do ramo madeireiro. Mas é de uma comunidade quilombola vizinha que vem o seguinte relato dado ao *Le Monde* em 2020. Em depoimento, Leandro Santos diz que:

Para plantar eucalipto, a Fazenda Canabrava da Suzano Papel e Celulose, que fica entre o Quilombo Cocalinho e o Quilombo Guerreiro, derrubou frutas nativas do Cerrado, como a Macaúba, Cajuzinho, Mangaba, Tucu, Jatobá, Sapucaia, além de árvores como o Cedro, a Sapucaí, o Pau D’Arco e várias outras. Além disso, a fazenda faz as leiras para colocar fogo, e essa fumaça dos brotos causam impacto na saúde da comunidade. A juventude fica sendo escravos para carregar toras de eucalipto em caminhão de pau de arara para ganhar 40 reais e ainda ter que comer bóias fria, trazendo comida de sua casa. Algumas fontes das nascentes da Lúcia de Cocalinho, onde ainda temos pouquíssima água para usar na lavagem de roupas, saciar a sede dos animais, banhar e pescar... (Santos *apud* Le Monde Diplomatique Brasil, 2020, p. 8/9)

Alguns pontos importantes sobressaem-se por meio do testemunho de Leandro, do Quilombo Cocalinho. O primeiro deles é o conhecimento da vegetação nativa do Cerrado, que

só alguém como muita experiência de sobrevivência com os recursos do bioma poderia ter. O segundo é a associação feita entre monocultivos de eucalipto e escassez de água, já reiterada por estudos científicos<sup>22</sup> e que se combina às experiências de camponeses do Baixo Parnaíba Maranhense. O terceiro e mais surpreendente é o reconhecimento da condição de trabalho escravo e da degradação da dignidade humana as quais está sujeita a juventude de sua comunidade. Dessa forma, é possível ter uma ligeira noção de que o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo também acabou pegando carona com a expansão de fazendas de eucalipto no Cerrado.

**Figura 8:** Região de Desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense



**Fonte:** IMESC (2018)

Tivemos a oportunidade de visitar o quilombo Tanque da Rodagem, que fica às margens da rodovia MA-262, a dez quilômetros da sede do município de Matões. Chegamos lá por volta das 10h, uma manhã de feriado de carnaval e encontramos Dona Otacília preparando o almoço, se dividindo entre tarefas domésticas no giral, o cuidado com as panelas em um fogareiro, ambos localizados do lado de fora da casa, e o entra-e-sai do casebre na busca pelos temperos e condimentos que ajudavam a aprontar a comida. A habitação, feita de taipa e coberta de palha, por dentro tinha apenas dois cômodos. Uma grande sala dividida por uma parede ao meio. No chão batido estavam legumes colhidos da roça, como abóboras e maxixes. Ao redor, à direita, árvores jovens cresciam quase na altura da moradia, abrindo espaço apenas para uma vereda, a

<sup>22</sup> Ver VITAL, Marcos Henrique Figueiredo. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, 2007 e SILVA, Ramon Felipe Bicudo da *et al.* Monocultivos de eucalipto, reflexividade e arena: diálogos interdisciplinares em ambiente e sociedade. **Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 32-50, 2012.

qual se imaginava que levava ao roçado. Plantas ornamentais não eram vistas, muito menos o beligerante eucalipto. Um pouco mais perto, uma vegetação rasteira diminuía o espaço delimitado pelo quintal, por onde circulavam porcos, galinhas e patos. Tudo isso a uma distância de alguns poucos metros do asfalto da rodovia, à esquerda.

Ela gentilmente nos recebeu e se dispôs a conversar conosco sobre os conflitos da comunidade com a Suzano, mas ressaltou que havia alguém no local que seria mais capaz de fornecer melhores informações sobre o assunto. Alguém que esteve sempre a frente nos momentos de maior tensão, sobretudo em relação aos enfrentamentos aos efeitos da silvicultura na região. Mesmo assim, insistimos primeiramente em uma entrevista com ela e quando questionada sobre a presença do marido ela respondera que estava na lida com as atribuições da lavoura, mas que voltaria para o almoço antes do meio-dia. O feriado parece não ter sido motivo suficiente para justificar a perda de um dia de trabalho, pelo menos não tanto quanto um “dia santo”. E isso diz muito sobre ritmo e lógica de tempo, que variam em função do trabalho e da relação com a natureza, uma vez que por ser uma data em que comumente os demais setores da sociedade ficariam ociosos, esperávamos encontrar esses testemunhos inteiramente à disposição da entrevista, conforme combinado anteriormente.

No decorrer da sua fala, chama bastante atenção a maneira como ela se refere ao episódio que aconteceu em setembro de 2022, marcado por enfrentamento a tratores e bloqueio da rodovia. Ao que tudo indica, uma repetição do que ocorrera em 2021. Em todas as oportunidades, Dona Otacília, sem nenhum estímulo, chama o momento de *revolução*, demonstrando uma articulação discursiva construída no interior da comunidade. O apego a esse conceito fica evidente pela primeira vez na seguinte passagem, quando ela está narrando, inicialmente quase em sussurros, indicando certo receio, a respeito de como um ex-morador da comunidade teria sucumbido aos assédios da Suzano e deixado o local em troca de R\$ 5000,00:

[...] essa tapera bem aí era do Zé Gonçalo... eu nunca perguntei, nem ele nunca chegou e disse... só o comentário que ele saiu ganhando R\$ 5000. Francamente que ele criou a família aqui, que quando nós pegamos trabalhar, a família dele era pequena. Aí quando ele saiu já estava todo mundo em seus lugares, da família dele. Aí dizem que ele ganhou 5000, mas que ele nunca falou para mim nem eu nunca perguntei. Porque você sabe que a gente... nem toda coisa pode... aí daí para cá vem vindo. Aí ano passa... no ano passado que foi o tempo da *revolução*, ninguém fez roça... porque, porque quando a juíza veio, lá pelo o mês de novembro, que ela veio, aí ela disse que ninguém saía, todo mundo podia ficar e fazer suas roças. Mas já era tarde para brocar, aí ninguém fez. Ainda roçou um pedacinho de capoeira para plantar feijão. Até que a gente



teve muito feijão mesmo. Agora esse ano tem muita roça, muita roça e tem muita roça boa. (OTACÍLIA, 2023)<sup>23</sup>

A narrativa fornece indícios de que mesmo após sair da comunidade, o personagem Zé Gonçalo manteve contato com a população do local, embora a depoente tenha dito explicitamente que os moradores passaram a se opor à sua tentativa de voltar a conviverem juntos, em resposta ao fato de ele ter aceitado dinheiro para abandonar seus companheiros de luta. Um gesto de resistência e unidade. E assim o termo *revolução* parece ter sido empregado exatamente para definir um novo rumo das disputas. Seu otimismo em relação ao futuro das lavouras indicava a crença de que era possível viver ali sem a ameaça do despejo e da destruição voluntária das roças. Além de exaltar a conquista do reconhecimento enquanto quilombola, que deu a seu marido o direito a uma carteirinha emitida pela Movimento Quilombola do Maranhão - MOQUIBOM, Dona Otacília demonstrava ter conhecimento e envolvimento nas questões que desenrolava em âmbito jurídico. Relatou que após o episódio, a comunidade recebeu a presença de entidades como o IBAMA, INCRA, Polícia Federal, e estava sempre a par de tudo o que o advogado das famílias fazia nas audiências sobre o caso em São Luís. Mas ao mesmo ela se mostrava capaz de aceitar que uma decisão judicial lhe tirasse o direito de permanecer.

**Figura 9:** carteirinha de associado quilombola do marido de Dona Otacília



**Fonte:** acervo pessoal

Na realidade, o que acontece é que a Suzano não só vendeu essas terras para produtores de soja, como também lhes transferiu os problemas que já se arrastavam há anos. Após 2018 as comunidades São João e Tanque da Rodagem continuam aparecendo nas estatísticas da CPT só que a luta passa a ser então, contra grileiros. Setembro de 2021 foi marcado por uma série de protestos e manifestações, inclusive com bloqueio de rodovia, após as comunidades terem casas destruídas por jagunços a mando desses empresários. (G1 MARANHÃO, 2021)

<sup>23</sup> Entrevista realizada com Dona Otacília na comunidade quilombola Tanque da Rodagem em 21 de fevereiro de 2023.

Ela enfatiza que nesse momento de maior tensão, a comunidade contou com o apoio e solidariedade de outros grupos quilombolas, vindos principalmente da Baixada Maranhense, que chegaram a permanecer por meses em Tanque da Rodagem. Ainda segundo o relato, isso serviu para aproximar ainda mais as famílias, que passaram a manter contato cotidianamente mesmo à distância, por meio de recursos de comunicação digital. O grupo promoveu ações que melhoraram sua autoestima, alimentando a afirmação de sua própria identidade, ao adquirir a experiência de também estar presente e lutar contra situações em que ameaças de violências eram previstas em territórios com os quais passaram a criar vínculos de unidade.

Em seguida, partimos em direção ao local o qual ela nos havia recomendado, justamente para encontrar uma das mulheres que efetivamente se colocaram na frente dos tratores que, durante a *revolução* estavam a serviço daqueles que tinham interesse no afastamento dos moradores da terra e por isso, pretendiam derrubar as casas abandonadas daqueles que já tinham desistido do conflito em razão das pressões. Antes de sairmos, fomos convidados a voltar antes do meio-dia para que pudéssemos encontrar o senhor João do Paulo, esposo da nossa primeira entrevistada, e também para que nos juntássemos a eles no almoço. Cumprimos o combinado. Na hora marcada retornamos e a alguns metros do local o encontramos na casa de farinha manuseando uma máquina de costura e, a pedido de um companheiro da comunidade, buscava transformar pequenos sacos de fibras usados em silos, em uma grande lona que seria reaproveitada como instrumento de proteção da colheita da roça contra as condições meteorológicas, no caso de não armazenamento em local seguro e mais próximo de casa. Além, é claro, de outras funções que a imaginação e a criatividade permitissem aplicar. Registramos o momento em uma fotografia.

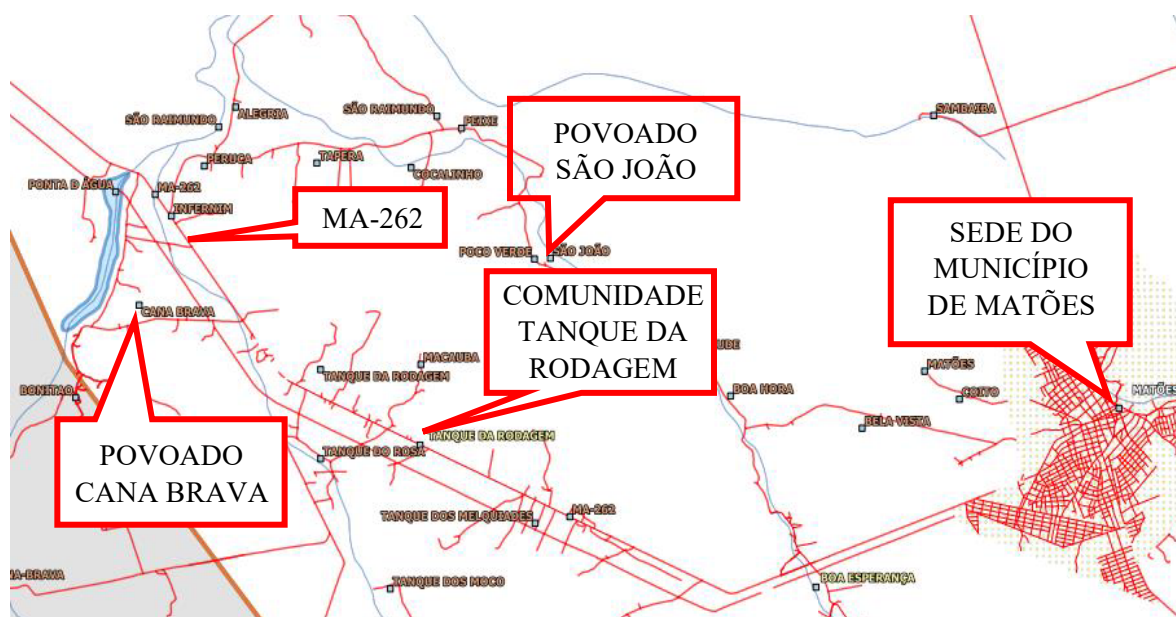
**Figura 10:** Senhor João costurando sacos de fibras em uma casa de farinha do quilombo Tanque da Rodagem



**Fonte:** Acervo pessoal

De acordo com a organização Rede Cerrado<sup>24</sup>, as primeiras ocupações ao que posteriormente ficou conhecido como quilombo Tanque da Rodagem aconteceram já na década de 1970 às margens da rodovia MA-262. Entre as primeiras ações do grupo estava a adoção de uma agricultura de subsistência (2021). Segundo o Observatório Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, 84% de todos os 1779 processos de regularização fundiária para comunidades remanescentes de quilombos<sup>25</sup>, aguardavam identificação por parte do INCRA. Nessas estatísticas o Maranhão entra com 58 comunidades, entre terras regularizadas e parcialmente tituladas somadas a outras 399 em processo aberto ou sem identificação (2021). Nos dados da Fundação Cultural Palmares, a comunidade Tanque da Rodagem aparece certificada desde 2013 sob número de registro 01420.014123/2013-72 e já no ano seguinte é publicada em edição do Diário Oficial da União - DOU por meio da portaria Nº 112/2014. A Fundação não oferecia dados sobre o andamento da titularização da terra no INCRA (2022).

**Figura 11:** Mapa do perímetro urbano e rural do município de Matões



Fonte: IBGE (2021/complementação nossa)

<sup>24</sup> Tem como principais integrantes, lideranças de entidades como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB e do Movimento das Organizações e Povos Indígenas do Cerrado – MOPIC e cujo conselho fiscal é formado por, entre outros, membros do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN e da Associação de Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA (REDE CERRADO, 2021).

<sup>25</sup> A FCP define essa categoria através do artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, no qual “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (BRASIL *apud* FCP, 2022, p. 1)

Mas de acordo com o depoimento de Francisca<sup>26</sup>, a ocupação ao território remonta tempos bem mais remotos. Por meio de uma fala carregada de apelos emocionais, clareza, coerência e consciência histórica ela tenta justificar a permanência das famílias no local, alegando que é onde suas raízes seculares estão fincadas:

[...] chamam Tanque... eu não sei bem explicar, porque eu tenho pouca leitura, mas é que os Tanques que chamam aqui, Comunidade Tanque... aqui se formou por... por... como é que se diz? Por os nossos ancestrais, né... ééé... aqui os negros fugiam de uma fazenda aqui depois de Matões. Eles fugiam de lá, que lá tinha... com é que se diz? É onde os fazendeiros ficavam com os negros presos, né... as senzalas, né... eles fugiam de lá aí vinham fazendo os Tanques. Tanque é onde eles se formavam, né... se escondiam dentro da mata, né... eee... iam se formando fugindo de lá, né... e juntando aqui até formar um Tanque, né... aí chamavam... chamam Tanque. Aqui tem o Tanque da Rodagem, Tanque do Melquides, Tanque do Zé João... tem muitos Tanques, né. Essa palavra Tanque... isso aí já é do tempo dos fugitivos, dos negros que fugiam, né... dos seus senhores, para morar num lugar livre, né, aí se chama o Tanque é por isso, né... não foi qualquer pessoa botou... foi... as nossas raízes estão aqui, né. (FRANCISCA, 2023)

Enquanto Dona Otacília utiliza bastante o termo *revolução*, Francisca, até dá mais detalhes sobre os eventos de setembro de 2021 e setembro de 2022, mas o que ela escolhe pôr em maior evidência, são termos que dão uma melhor dimensão da situação de calamidade sobre as quais a população vivia. Expressões como *a gente não vive, a gente sobrevive aqui; a nossa história, é uma história de sofrimento e as nossas raízes estão aqui, se a gente sair daqui a gente morre*. Frases que sintetizam o problema das hostilidades no campo, da ameaça de expropriação e do conflito pela terra com um todo, mas sem deixar de serem atravessadas pela sensação de que são também um convite ao envolvimento afetivo na luta em favor dos moradores locais. Ela afirma que nasceu na comunidade vizinha – a São João – e resgata através da memória, fragmentos de sua vivência, em que crescia transitando entre os dois territórios. Ela também questiona a pretensão da Suzano sobre a terra explicando que o local é uma área de propriedade do Estado e levanta a suspeita de que o documento que provaria que o espaço, é na verdade um bem privado, teria sido produto de origem ilícita. Segundo o relato, o registro de compra da terra foi emitido em um cartório da cidade de Matões, na época, o único da região.

---

<sup>26</sup> A entrevistada tomou a iniciativa de pedir para não ser identificada e sugeriu usar o pseudônimo Francisca. Por ser uma das principais lideranças das Comunidades Tanque da Rodagem e São João e também por ser uma pessoa muito atuante nos embates diretos envolvendo os sujeitos da região e as forças encarregadas pelas agressões aplicadas por aqueles que reivindicavam a soberania sobre as terras em nome da Suzano – segundo dito por ela mesma em entrevista –, ela optou por não revelar sua verdadeira identidade, com receio de que a partir disso houve algum tipo de retaliação contra ela ou pessoas próximas, praticadas pelos mesmos agentes da violência cotidiana. E isso também é exposto durante vários momentos do diálogo. Mas ela considerou válida a oportunidade de conversar com a gente por confiar que seria mais uma maneira de apresentar os dramas das famílias que vivem nos locais.

Ao citar nominalmente o então dono do estabelecimento, enquanto uma figura bastante conhecida pela população em geral, ela parece ter deixado nas entrelinhas indícios sobre a existência de um possível acordo entre autoridades do município em favor de um caso de grilagem. O que reforça essa tese são as críticas que ela faz principalmente ao então prefeito por não só agir contra a comunidade, enviando as forças policiais que combateram a *revolução*, como também por conhecer sua origem rural e cobrar dele uma postura mais condizente com no mínimo um gesto de solidariedade. Em nome da coletividade, ela diz se sentir sozinha, sem ninguém com quem contar, a não ser os demais representantes de quilombos de outras partes do Maranhão, da Igreja Católica e da CPT.

Francisca narra episódios de violência constante e estratégias de resistência e sobrevivência, mesmo diante de ações planejadas no sentido de desarticular o engajamento das comunidades. Como uma das audiências em que ela acusa a Suzano de ter oferecido vantagens ao advogado que representava os interesses das famílias quilombolas, para em troca deixar de comunicar a elas, informações importantes sobre o andamento da ação, o que acabou resultando em causa ganha para a empresa, uma vez que, sem conhecimento da data da sessão no tribunal, ninguém da comunidade pôde estar presente. Nesse caso, ela diz também que o juiz foi convencido de que na realidade os sujeitos estavam dispostos a aceitar um acordo e receber uma indenização em dinheiro para assim deixar a terra, o que evidentemente a depoente nega. Esse é um tipo de violência simbólica muito comum principalmente em regiões da Amazônia e em áreas de conflitos agrários.

Ela confirma que o caso em questão, trata-se da ação conjunta em que as 38 famílias das duas comunidades partiram para o enfrentamento na justiça em defesa das terras e contra as estratégias de apropriação indevida da Suzano, conforme abordamos anteriormente através de parte da documentação dos autos do processo, também identificado pela CPT. Seu relato claro e lúcido, mais uma vez revela bem mais do fora perguntado:

É foi essa ação aí que o advogado, né éé... nos traiu né. Foi a ação da Suzano né. E ela está aqui dentro também, está assim né, ela que está nos perseguindo, só que ela está usando outras pessoas né. Ela não está mais mostrando Suzano, ela bota é é é o Eliberto Stein, outras pessoas, ela está mostrando que saiu fora mas é ela que está por trás de tudo, né. E essa ação aí é que a gente estava, né foi... tem até ação do 38, chama é 38 aqui. Porque eram 38 a famílias, né que botaram na justiça que ela estava atirando e muitas pessoas morreram, né por causa disso, né muitos ééé idoso e estava doente, acabou morrendo. Aí essa ação aí a gente lutou, mas como eu estava dizendo, né como nós... eu estava dizendo, ééé... foi por isso que a gente continuou aqui, né lutando, porque... ela... fez muita gente morrer, né ameaçando... Ooo advogado da gente foi comprado, né por eles, aí acabou nos traindo, né. Aí quando ele nos traiu aí ele... a Suzano, né principalmente aqui em Matões, eles passaram na justiça

para tirar todo mundo, né debaixo do trator. Aí muita gente saiu... chorando, mas saiu nesse... já... um bocado de gente. Aqui era cheio de gente. Aí a gente, o que aconteceu, pois essa traição do nosso advogado, ééé... a gente pegou e voltou o povo de volta, né só que voltou mais gente por causa que não é gente de fora, eram os parentes mesmo de quem estavam morando aqui, né. Porque teve muitos que morreu, essas pessoas que morreu a gente trouxe o parente de volta para cá. Porque ela ameaçava mesmo e como tem muito dinheiro, né usou advogado... advogado daí de Matões, ele comprou o nosso advogado e ele nos enganou, ele nos traiu, que ele... nós não sabia da, da, da audiência que ia ter em São Luís, quando a gente soube ele já tinha resolvido tudo por nós, resolvido assim, da mão dele e... ele até diz que estava vendendo a gente aqui, recebeu um bom dinheiro da parte da Suzano, vendendo nossas cabeças com cabeça de boi, né. Ele recebeu um bocado de dinheiro por isso, né dizendo que ia tirar nós. Aí a Suzano chegou aqui com tudo, já... ameaçando, falando que... usando a polícia mesmo de Matões para tentar nos tirar daqui. Tirou alguns, mas outros voltamos de novo, porque nós temos que viver é aqui, vai viver aonde, né. Essa Suzano, ela está... eu tenho também irmão... meu irmão ele mora em Tocantins e... lá no Tocantins ela está também. Ela também já atacou também lá, porque ele mora também numa comunidade. Atacou lá, mas eles fizeram como a gente, assim né, a gente... eles usaram, não foi o fogo, mas foi outras coisas, aí... e foi pior lá porque lá teve morte, né. Eles usaram os caras armados atirando, chegando perguntando por nome do, dos líderes, né da, da comunidade, quem estava de frente, e saiu matando [...] (FRANCISCA, 2023)

Ameaças realizadas pelo empresário paranaense Eliberto Stein contra as populações de Tanque da Rodagem e São João, conforme citado na entrevista, foram registradas pela organização Campanha em Defesa do Cerrado em dezembro de 2022, que apresentou denúncia à CPT que por sua vez se comprometeu em fazer uma representação contra o empresário junto ao Ministério Público, sob acusação de ter agido com violência armada para coagir uma idosa a deixar o território. Na fala de Francisca esse movimento de abandono do local parece realmente ter ocorrido em algum momento, uma narrativa que a deixava profundamente triste. Mas a alegria retornava logo em seguida ao afirmar com satisfação que o número de parentes que retornavam àquele espaço era bem maior do que o que havia saído e isso fortalecia ainda mais a luta da comunidade. Outra marca desse relato é o compartilhamento familiar do sofrimento. Ao lembrar do irmão em situação semelhante no Tocantins, a entrevistada esboça um gesto de unidade e esperança e evidencia que a luta contra a silvicultura se amplia acompanhando as dimensões atribuídas à MATOPIBA. A fala fora interrompida pelo marido de Francisca que fez questão de lembrar e deixar registrado que a apreensão em torno do problema lhe gerou complicações no quadro de saúde estando nas dependências do fórum de justiça de Matões, ocasião em que e outras pessoas da comunidade foram levadas na condição de réus por terem executado o bloqueio da rodovia – a *revolução* – no ano anterior.

Ela conta que sua casa já tinha sido incendiada duas vezes, após intimidações e avisos para sair do território de forma pacífica. Como as ameaças não surtiram efeitos, a família

enfrentou o drama de acordar no meio da madrugada com a moradia em chamas. Em nenhuma das vezes ninguém se feriu. Ela diz preferir não se prologar muito nesse assunto por se tratar de uma memória traumática, mas demonstra um certo alívio em ter superado o ataque. “Onde ele ateava fogo, nós lutava para... botava telha, para... dar mais trabalho, né, para eles também, né.” [risos]. FRANCISCA, 2023) E essa resistência impediu por muito tempo, que a Suzano plantasse eucalipto próximo dos locais de convívio das comunidades. Mas Francisca afirma que a estratégia da empresa mudou. Como não obteve êxito na tomada das terras e procurando descolar sua imagem do cenário da selvageria do conflito, ela acredita que a produtora de celulose passou a deixar essa reivindicação a cargo de um terceiro, cujo termo atribuído em referência é “testa de ferro”, indicando que a silvicultura permanece sendo a grande responsável pelos horrores do conflito.

Nesse sentido, esses novos produtores rurais, usaram parte das terras para plantar soja que assim como o eucalipto, ela conclui que provocou deficiências na capacidade regeneração dos cursos d’água da região, sobretudo aqueles que fornecem água potável, como os dois poços artesianos que cada vez mais precisam ter a profundidade aumentada em razão da diminuição do abastecimento. A temporada de lançamentos aéreos de agrotóxicos é outro problema levantado. Ela diz que as aeronaves passavam a uma distância muito próxima das casas, acarretando em situações de desconforto na saúde dos moradores, bem como em impactos na produção das roças e na sobrevivência dos peixes em função do despejo de veneno. Foi então que o marido de Francisca interveio para dizer que havia muito tempo, não conseguia mais colher melancias e narrou episódios em que já precisou remover jácás<sup>27</sup> cheios de peixes mortos do principal açude da comunidade. Nesse momento percebemos que nossa entrevistada dava mais uma demonstração de força e resistência feminina. Uma vez no local, a encontramos administrando seu bar, no qual ela divide as tarefas com o marido a fim de complementar a renda. Ao ser comunicada sobre o nosso pedido para entrevista-la, ela não só ignora a pretensa autoridade que normalmente o homem teria em situações como essas, como também assume um papel de destaque, o qual geralmente não é confiado às mulheres, especialmente em espaços não urbanos. A ele restou a posição de coadjuvante no que diz respeito a compreensão da vida social no quilombo. Quando questionamos a ela o que sentiu ao decidir entrar na frente dos tratores durante a *revolução*, a resposta foi: “eu senti, assim, que ou eu entraria em frente o trator com a minha família ou nós morria. Ou ele matava nós com o trator ou então a gente sobrevivia ali para ter o nosso local de viver.” (FRANCISCA, 2023)

---

<sup>27</sup> Balaios feitos manualmente a partir de taquara, conhecida popularmente na região como taboca.

Nêgo Bispo, liderança quilombola do Piauí no livro *Colonização, Quilombos: modos e significados* classifica os dois lados desse tipo de conflito, caracterizando as disputas como uma relação de colonização contemporânea em que nela atuam agentes colonizadores e agentes contra colonizadores, sendo que o primeiro tem como marca a invasão, expropriação e substituição de uma cultura por outra em determinado território. Enquanto as ações contra coloniais, se baseiam na resistência, luta em defesa dos povos contra a opressão colonialista e contra alterações nos símbolos e significações dadas aos modos de vida das comunidades. (SANTOS, 2015) E assim o diálogo finaliza com um grito de determinação transmitido por uma das frases mais poéticas ditas pela entrevistada: “ninguém nos tira aqui, só Deus e morto. Mas até para mor... para enterrar tem que ser enterrado aqui.” (FRANCISCA, 2023, p. 4) Tão sublime que lembra a melancolia de quando as famílias passaram a ser proibidas de enterrarem seus mortos no cemitério da Viração em *Torto Arado*. “Aquele foi o último enterro realizado na Viração por muito tempo. Não que não houvesse morrido mais gente, mas porque a fazenda foi vendida meses depois da morte de meu pai.” (VIEIRA JÚNIOR, 2019, p. 176)

Antes de concluir, questionamos Dona Otacília acerca do que ela pensava sobre o eucalipto e mais uma vez ela nos entregou uma resposta que indicava que o grupo enquanto sociedade, previamente já havia discutido bastante sobre o tema. “[...] que aí o povo tem aquela conversa que diz que o eucalipto e soja, aquilo onde tem, onde a terra fica seca, porque chupa... a água.” (OTACÍLIA, 2023). Uma afirmação que ao passo em que expressa dúvida por parte do próprio falante sobre aquilo que está dizendo, também transmite a natureza de um saber adquirido pela experiência.



### 3. A ÁGUA QUE O EUCALIPTO CONSOME

Uma vez cortada a floresta virgem, tudo muda. É bem verdade que é possível plantar eucaliptos, essa raça sem-vergonha que cresce depressa, para substituir as velhas árvores seculares que ninguém viu nascer nem plantou. Para certos gostos, fica até mais bonito: todos enfileirados, em permanente posição de sentido, preparados para o corte. E para o lucro. Acima de tudo, vão-se os mistérios, as sombras não penetradas e desconhecidas, os silêncios, os lugares ainda não visitados. O espaço se racionaliza sob a exigência da organização. Os ventos não mais serão cavalgados por espíritos misteriosos, porque todos eles só falarão de cifras, financiamentos e negócios. (ALVES, 1980, p. 12)

Este capítulo inicia com um protesto. Um protesto contra a racionalização do espaço controlada pela rigidez do eucalipto e daqueles que se empenham em fazê-lo instrumento de transformação da paisagem. É bem verdade que o trecho acima, extraído do livro *Conversas com quem gosta de Ensinar* de Rubem Alves, ficaria mais adequadamente colocado como epígrafe para o que foi discutido no capítulo anterior. O descontentamento do autor em relação à vilania e sutileza do eucalipto, durante o texto, fica mais evidente nessa parte. É o ponto alto do capítulo *Sobre Jequitibás e Eucaliptos – amar*. Mas aqui ele também serve de inspiração para o que propomos discutir acerca do consumo de água pelo eucalipto, essa planta exótica que desde que chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX<sup>28</sup>, não só se adaptou bem às condições ambientais, como também se fez útil às determinações do capital.

Alves (1980) menciona alguns elementos naturais diretamente afetados pelas interferências do eucalipto – as árvores, as florestas, os ventos, a sombra. Acrescentemos outros: os animais, o solo e sobretudo a água, como expressou Dona Otacília. Depois das florestas e dos solos, as águas são seguramente os recursos mais ameaçados pela presença da silvicultura. Assim, este capítulo se caracteriza por trazer um olhar mais cuidadoso para a problemática da água associada à exploração do eucalipto no cerrado brasileiro, especialmente no Maranhão. Algumas questões ajudam a construir essa discussão, a exemplo de como o agronegócio brasileiro tem transformado a água em mercadoria e como isso se reflete no ciclo da natureza, nas relações sociais, em nível regional e nas alterações climáticas a nível global. A relação desse tipo de negócio com a água implica uma atenção especial pelo fato de que um dos maiores conglomerados empresariais do ramo da exploração do eucalipto no mundo, se utiliza dos recursos hídricos do cerrado brasileiro, conhecido pela sua grande reserva de água potável nos lençóis freáticos, para dar sentido aos incentivos financeiros no setor.

---

<sup>28</sup> A expansão do eucalipto está em sintonia com o conceito de Neoeuropas cuja definição, inscrita em *Imperialismo ecológico*, reúne um conjunto de características sociais e ambientais homogêneas que “geograficamente [...] estão espalhadas, mas todas se situam em latitudes similares. Pelo menos dois terços delas, se não sua totalidade, encontram-se nas zonas temperadas dos hemisférios norte e sul [...]” CROSBY, 2011, p. 17)

De acordo com a cartilha *O que você precisa saber sobre a empresa Suzano Papel e Celulose*, produzida pelo Movimento Sem Terra – MST, em 2021, as 11 fábricas de papel e celulose da Suzano absorveram quase 280 bilhões de litros de água potável que foram despejados em plantios de eucalipto. Ainda segundo o documento, toda essa quantidade é retirada de reservas subterrâneas e superficiais, localizadas em comunidades que geralmente ficam próximas às áreas das plantações; água que poderia atender a uma metrópole de mais de 6 milhões de habitantes, cada indivíduo consumindo diariamente cerca de 125 litros. Outro problema apontado, é o fato de que todo esse consumo de água afeta e inviabiliza a renovação dos ciclos naturais de rios, córregos, brejos e igarapés. Só no entorno de uma plantação de 61 mil hectares de eucalipto em Conceição da Barra no Espírito Santo, mais de 150 cursos de água desapareceram, semelhante ao que vem ocorrendo no perímetro em torno de Brasília.

Segundo Mora e Garcia (2000), o eucalipto é uma espécie endêmica da Austrália, abrigando mais de 600 espécies, sendo que de todo o conjunto, apenas duas não tem origem australiana: o *E. urophylla* e o *E. deglupta*. Em média as florestas de eucalipto atingem entre 10 e 50 metros de altura, no caso das que se caracterizam por vegetações abertas, porém cerca de 40 espécies são do tipo arbustivo. A dispersão do eucalipto pelo mundo se deve a um criterioso processo de adaptação a diferentes condições de solo e clima. Em grande parte da Oceania, a superfície é pobre em um elemento fundamental para o crescimento das plantas – o fósforo -, o que mostra os desafios enfrentados pelo eucalipto para se desenvolver em um ambiente tão inóspito ao longo do processo evolutivo.

Desde a chegada dos europeus, a Austrália perdeu cerca de 38% de suas florestas nativas. Do total de mais de 43 milhões de árvores ainda em pé, quase 26 milhões são de vegetação de eucaliptos, o que equivale a 60%. As técnicas de manejo adotadas em razão de sua capacidade produtiva, permitiram o desenvolvimento de variedades e diversidades em relação às florestas de eucaliptos de outros países. Para além da cobertura nativa, o país já reflorestou 100 mil hectares e apontando para uma expansão da disponibilidade de madeiras coníferas<sup>29</sup>, investiu também na plantação de pinus. (MORA; GARCIA, 2000)

---

<sup>29</sup> Segundo Foelkel e Barrichelo (1975), com a invenção do papel, diversas foram as matérias-primas buscadas para obtenção deste que se tornou um instrumento fundamental para o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Com sua crescente demanda, algumas reservas de fibras de celulose foram sendo esgotadas, tendo sido necessário enveredar por fontes alternativas. Entre 90 e 95% de todo o papel fabricado na indústria passou a ser extraído de madeiras, de forma que dois tipos básicos reuniam as propriedades exigidas para este fim: as coníferas (*Gymnospermae*) e as folhosas (*Angiospermae*, *Dicotylendoneae*). Inicialmente o uso das árvores do tipo *folhosas* foi por muito renegado em benefício das do tipo *conífera*, porque se entendia que as primeiras absorviam água com muita facilidade, o que inclusive impedia o transporte fluvial, além terem menor tamanho das fibras, considerado um requisito importante durante muito tempo. Só a partir dos anos 1960 é que, com a descoberta de que outras características influenciavam na qualidade do papel, a indústria cedeu às pressões por matérias-primas mais baratas e ignorou a voracidade que esse tipo tinha por água e assim o gênero *Eucalyptus* passou a fazer

Ainda segundo os pesquisadores, o transporte de sementes de eucalipto para regiões como a América do Sul começou na primeira metade do século XIX, quando o Chile, em 1823 foi o primeiro país da região a receber esta que passou a ser compreendida como uma espécie exótica, já que não pertencia à vegetação nativa. Pouco tempo depois ele alcança a Argentina e o Uruguai. No Brasil reconhece-se que as primeiras mudas chegaram ao Rio Grande do Sul em 1868 e logo se espalho, de modo que no mesmo ano já havia espécies plantadas na Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro.

Na primeira década do século XX, as atividades econômicas realizadas à base dessa planta, agora também estranha à flora brasileira, além de movimentar pesquisas que buscavam viabilidade técnica para seu uso, incentivava também o seu plantio em larga escala.

Após concluir o curso de Agronomia em Portugal, Edmundo Navarro de Andrade<sup>30</sup>, considerada a maior referência em eucaliptocultura no Brasil, retorna ao país com sementes de diferentes espécies de eucalipto. Em suas pesquisas ele procurou compará-lo com árvores nativas como o jequitibá e o jacarandá. Os resultados demonstraram sinais que levaram a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a plantar eucalipto em larga escala, principalmente para fins de produção de lenha que geravam combustíveis para locomotivas, postes para fiação elétrica e até mesmo na construção de estações. Em um de seus escritos datado do final dos anos 1930 ele diz que: “Até princípio do século atual [...], o eucalipto foi plantado como árvore decorativa, pelo seu extraordinário desenvolvimento, como quebra-vento ou pelas suas supostas propriedades sanitárias.” (ANDRADE, 1939, p. 11)

Warren Dean (1996) reforça esse entendimento estabelecendo que a capacidade de absorção da água por parte do eucalipto era fundamental para a questão sanitária e contribui para afastar qualquer interpretação errônea que possa ser dada à atuação de Navarro, quando diz que:

Esses plantios iniciais, contudo, destinavam-se a fins sanitários e medicinais. O eucalipto absorve água em grande quantidade; tinha a capacidade, portanto, de absorver água parada, reduzindo, assim, as populações de mosquitos. Seus óleos aromáticos também eram dotados de qualidades desinfetantes e curativas. Os objetivos de Navarro eram diferentes e sua metodologia muito mais dirigida e científica que a de seus predecessores. (DEAN, 1996, p. 251)

---

sucesso em países do Mediterrâneo, latino-americanos e Austrália. Já a vegetação do tipo *conífera* resulta em madeiras extremamente uniformes e estruturadas, representado principalmente pelos pinus.

<sup>30</sup> Ao contrário do que se possa imaginar, Warren Dean considerava Navarro um grande defensor da causa ambiental e não alguém que lucrava às custas da natureza, como fica evidente na seguinte passagem de *A ferro e fogo*: “Navarro foi o único conservacionista bem-sucedido de sua geração. Quase todas as outras personalidades destacadas desse grupo foram eclipsadas ou destruídas por suas experiências.” (DEAN, 1996, p. 252)

Ao tratar das exigências acerca das categorias de solo, Andrade (1939) conclui que o eucalipto é tão resistente que sobrevive em áreas onde a maioria das plantas morreria por inanição. Mas que a árvore tem preferência por terras onde é possível explorar grandes profundidades e que aos cinco anos, ela já possui raízes com mais de dois metros de comprimento. Apesar disso, ele explica também que terrenos pantanosos não são a melhor escolha para as plantações, nem tampouco superfícies rochosas, pois a permeabilidade do solo é fundamental para o desenvolvimento da planta. Ademais, Navarro frequentemente ouvia queixas de produtores insatisfeitos com os plantios de eucalipto por terem lhes reservado regiões de charques e brejos, sendo que estudiosos como ele sempre recomendavam o contrário, a não ser quando quisessem resultados de enxugo das terras. Ele menciona a experiência de países do hemisfério Norte que costumavam cultivar eucalipto em pântanos, secando-os em pouco tempo. Assim, ele reconhece, essas plantas precisam de grande quantidade de água, até mesmo para reparar as perdas sofridas pela evaporação das folhas e manter o equilíbrio fisiológico. “Diminuindo esse grão de humidade, as plantas não morrem, porque é grande o seu poder de acomodação; mas diminue, conseqüentemente, a formação de substancia organica.” (ANDRADE, 1939, p. 18) E é provavelmente por essa razão que sempre observamos o aspecto murcho e tristonho dessas monoculturas, como se fosse uma planta caseira que está há algum tempo sem ser regada.

Por fim, comparações entre o clima brasileiro e o europeu talvez expliquem porque mais uma vez, do ponto de vista agroindustrial, segundo o autor, o bioma Cerrado detém as qualidades ideais para a reprodução da eucaliptocultura no país. No velho continente o inverno mantém a situação sob controle, uma vez que por estarem em época de repouso, as árvores se beneficiam do regime pluviométrico. Contudo, o verão e a seca as obrigam a percorrer o solo cada vez mais fundo em busca de água. No Brasil, com invernos marcados pela falta d’água e verões que fornecem aguaceiros até em excesso para os eucaliptos, acaba sendo um grande desafio manter cultivos em lugares em que as raízes da planta não avançam muito além da superficialidade, a exemplo do solo paulista, onde as árvores podem ser facilmente arrancadas pelo vento.

Estudos posteriores empreenderam um esforço em fixar o discurso de que a relação entre água e eucalipto não resulta em ressecamento e desabastecimento. A Agronomia particularmente se debruçou bastante no tema se dedicando a apontar que as vozes que lançam o alerta da incompatibilidade dessa combinação considerada desastrosa, são portadoras de meras crendices, mitos ou inverdades. O curioso é que essas vozes são justamente emitidas por aquelas pessoas que são diretamente afetadas pelos efeitos das monoculturas de eucalipto e no

Maranhão elas são representadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, de proteção às águas e ao extrativismo, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Embora seja precipitado dizer que esses estudos são severamente orientados por um alinhamento ideológico ou que sirvam a determinada visão econômica, muita coisa ainda precisa ser discutida porque o problema é bem mais complexo e tem muito a ver com evolução da ocupação geográfica da eucaliptocultura no Brasil.

A eficiência ou ineficiência no consumo de água pelo eucalipto varia muito em função da espécie. E de acordo com Lima (1990) *apud* Vital (2007) em plantações com o *Eucalyptus globulus* a retenção de líquido de um indivíduo chegou a 750 milímetros por ano, cujo resultado foi obtido por um método que observou o índice pluviométrico da região somado à água extraída por evapotranspiração. Na prática isso significa que se em uma determinada área, durante um ano, choveu algo em torno de 1200 mm e destes, 200 mm foram lançados à atmosfera, porém mesmo assim, a quantidade de água encontrada nas reservas subterrâneas foi de apenas 600 mm, então aqueles 400 mm foram utilizados pelo eucalipto para se manter sobrevivendo. Assim, o regime natural de chuvas é um fator importante a ser avaliado já que em lugares onde as condições pluviais ficam abaixo de “400 mm/ano, o eucalipto pode acarretar ressecamento do solo – ao utilizar as reservas de água nele contidas (podendo, nesse caso, prejudicar também o crescimento de outras espécies – fruto da denominada ‘alelopatia’” (VITAL, 2007, p. 242)

Dados de geoprocessamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE obtidos por meio de imagens de satélites mostraram que as condições climáticas do Maranhão não estavam exatamente de acordo com o que determinavam as pesquisas sobre consumo de água pelo eucalipto. Em 2010, ano em que as negociações se firmaram para a implantação do negócio da exploração da silvicultura no estado, em média, algumas regiões as chuvas que caíam não chegaram a registrar 100 milímetros. É o caso de Matões que apesar de em seu mês mais chuvoso ter atingido quase 300 mm, ao final do período a média foi de apenas 93 mm. As pesquisas indicam que abril foi sempre o mês que mais choveu em todo o Maranhão, porém mesmo assim, naquele ano a média pluviométrica mais alta foi a de Turiaçu, na Baixada Maranhense<sup>31</sup>, portanto, fora da órbita de influência da indústria e plantações de eucalipto. Em Imperatriz, na região tocantina e São Bernardo, no Baixo Parnaíba, locais que abrigam a fábrica e monoculturas, os índices foram respectivamente de 123 e 107 milímetros. (INPE, 2010)

---

<sup>31</sup> MARANHÃO (2020)

Além disso, ainda de acordo com o INPE (2010) no período compreendido entre 2000 e 2017, o índice pluviométrico do Maranhão esteve em queda desde pelo menos o ano de 2012. Decréscimo que foi notado principalmente nas regiões de Matões, São Bernardo e Imperatriz, apesar de que nesta última, em anos anteriores as chuvas foram sempre acima da média. Os anos 2015 e 2016<sup>32</sup>, logo após a consolidação da agroindústria no Maranhão, foram os mais difíceis, registrando algo entre 500 e 1200 milímetros<sup>33</sup>.

Por sua vez, a Suzano adotou uma estratégia de sustentabilidade<sup>34</sup> em que se compromete a cumprir 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU. Entre eles, dois se referem ao sexto Objetivo, que trata da garantia da água potável e saneamento básico. As metas ambicionam aumentar as reservas de águas que abastecem bacias hidrográficas em situação de escassez e diminuir em 15% a água retida dos rios e riachos até pelo menos o ano de 2030. No entanto, só no relatório anual de 2016, o primeiro em que a fábrica de Imperatriz aparece, o rio Tocantins, com uma vazão de 8.000 metros cúbicos de água por segundo, figura como seriamente afetado pelo descarte de 25 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos sem nenhum plano ou contrato terceirizado para reutilização. Ainda de acordo com o relatório, em um ano a indústria de celulose retirou cerca de 344 bilhões de metros cúbicos de água, o que equivale a 0,01% do total que corre por esse rio. Bem abaixo do consumo das indústrias que extraem águas dos rios Mucuri, na Bahia (5,87%) e Piracicaba, em São Paulo (0,56%), o que nos dá uma noção do vigor hídrico que esteve sob ameaça na divisa entre o Maranhão e o Tocantins. Por dia, quase 37 milhões de m<sup>3</sup> de águas são obtidos do rio Tocantins e pouco mais de 4 milhões são reutilizados. (SUZANO, 2016)

Portanto, as pesquisas sobre consumo eficiente de água pelas monoculturas de eucalipto não acompanharam as mudanças na geografia da expansão da indústria de celulose. Entre o final dos anos 2000 e início dos anos 2010 os empreendimentos foram fortemente atraídos pelas vantagens oferecidas pela fronteira agrícola da MATOPIBA, cuja dimensão territorial abrange grande parte da extensão do Cerrado. Este, por sua vez, possui características, de solo, clima e

---

<sup>32</sup> Ressalvadas as influências do fenômeno climático *El Niño* que atuava sobre o Brasil nessa época e é causado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico e provoca chuvas intensas no Sul e seca no Norte e Nordeste do país. (ZANDONADI, 2020)

<sup>33</sup> É preciso destacar que o cálculo usado para se chegar aos dados que refletem o período entre 2000 e 2017, difere daquele usado para mostrar as estatísticas anuais, como as de 2010. Enquanto neste a média é resultado da soma em milímetros da quantidade de chuva recebida mensalmente e dividida pela quantidade de meses que compõem um ano, naquele, somam-se as cifras pluviométricas reais de cada ano, que ao final são divididas pelo resultado da diferença entre o último e primeiro ano do período de amostragem.

<sup>34</sup> SUZANO [entre 2004 e 2023]

abastecimento de água muito distintas das condições naturais do Sul e Sudeste do Brasil e que são profundamente contempladas pelas pesquisas.

Para Porto-Gonçalves (2006) desde os anos 1970, plantações de eucalipto e indústrias de celulose extraíram grandes quantidades de água do Sul global, sob as bençãos de uma lógica desenvolvimentista apoiada e financiada por organismos como o Fundo Monetário Internacional – FMI, a Organização Mundial do Comércio – OMC e o Banco Mundial. Assim, ele acredita na necessidade de um esforço global e interdisciplinar no enfrentamento dessa crise ambiental que do ponto de vista da água, é um sinal de colapso no funcionamento da sociedade:

Deste modo, a água não pode ser tratada de modo isolado, como a racionalidade instrumental predominante em nossa comunidade científica vem tratando, como se fosse um problema de especialistas. A água tem que ser pensada enquanto território, isto é, enquanto inscrição da sociedade na natureza [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 419)

Para além de um problema de ordem social e ambiental, o aumento no poder da gestão das águas por parte de empresas privadas, reforça uma dependência econômica que transfere do chamado Terceiro Mundo a energia de insumos como o milho, a soja e a celulose produzidos sob altos custos de exploração da água para os países ricos. E isso faz dela também uma *commoditie*, ou seja, mais um instrumento de troca comercial no mercado internacional. E finalmente, esse movimento que destituiu os governos de países em desenvolvimento de suas próprias competências em decidir sobre o futuro e proteção de suas águas, reforça a velha estrutura colonial que marcou séculos de história na região. (PORTO-GONÇALVES, 2006)

No Maranhão, a Ação Civil Pública – ACP ajuizada em 2011 contra o estado do Piauí, o IBAMA e à empresa Suzano, que mencionamos no capítulo anterior, procurava proteger os recursos hídricos que abastecem a população do município de Parnarama, que fica no limite e faz divisa com o município piauiense de Palmeirais. O rio Parnaíba, que separa os dois estados seria o principal afetado pelas atividades de exploração do eucalipto desenvolvidas pela Suzano. A Ação teve como base os estudos de impactos ambientais administrados pela empresa, que previam a retirada de quase 170 mil metros cúbicos de água por dia do rio, uma vez que o empreendimento ficaria a uma distância de aproximadamente três quilômetros do rio, no lado piauiense, em Palmeirais.

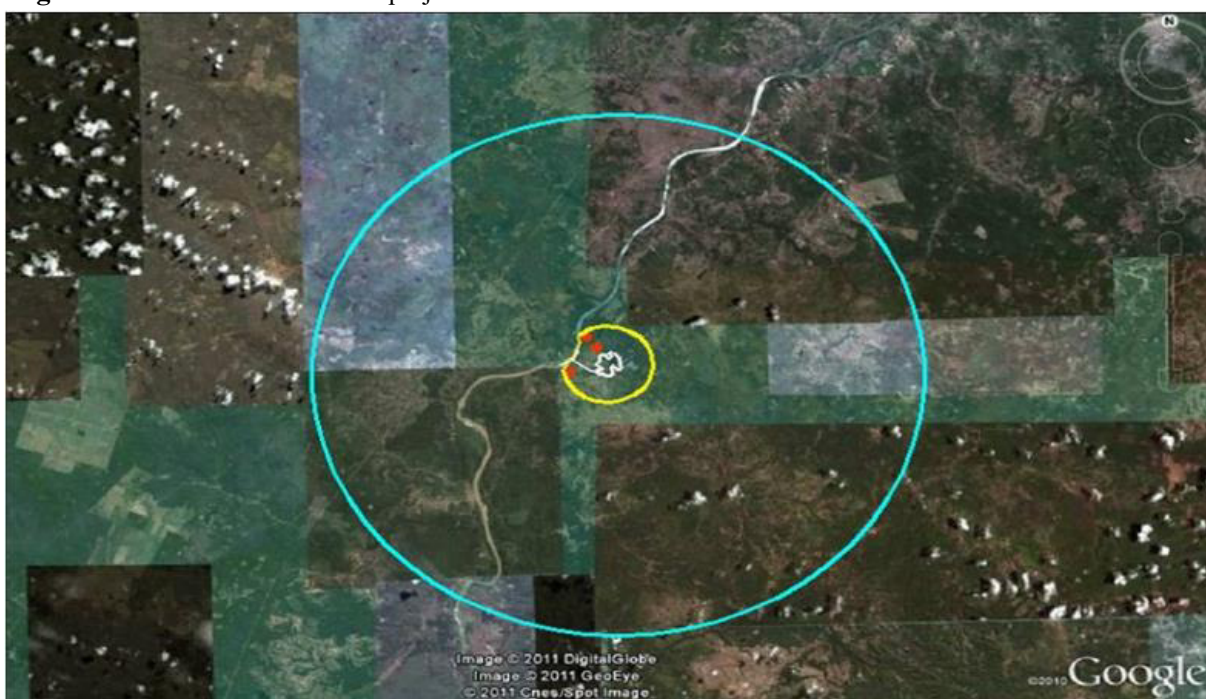
Para que tenhamos em mente uma melhor definição da dimensão do problema, é preciso que recorramos à imagem de satélite anexada à ACP, extraída do Estudo de Impacto Ambiental - EIA contratado pela Suzano no processo de implantação do empreendimento<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Ver figura 12

É possível notar que o Rio Parnaíba, representado pela linha sinuosa que está tangenciando o círculo amarelo incompleto e cujo diâmetro é de mais ou menos seis quilômetros de distância, é tido também como referência para calcular até que ponto qualquer atividade empresarial de grande porte seria capaz de representar prejuízos às suas águas. É aí que olhamos para o outro lado da situação. Seria essa a área de influência a qual, em caso de desastre ambiental, determinaria a extensão e o alcance das populações afetadas? É preciso dizer que a delimitação da tal circunferência abrange não só os municípios de Parnarama e Palmeirais, mas pelo menos outras três cidades, se aproximando inclusive da capital do Piauí, Teresina.

**Figura 12:** áreas de influência do projeto de fábrica de celulose na divisa entre os estados do Maranhão e Piauí



**Fonte:** Ministério Público do Estado do Piauí e Ministério Público Federal (2011)

No Maranhão, além de Parnarama, a cidade de Matões é outro município que têm relação direta e de certa depende do pleno funcionamento do Rio. Enquanto a primeira, cuja sede localiza-se às margens do Parnaíba, depende especialmente da pesca e da travessia por balsa para o estado vizinho, a segunda guarda um recuo de aproximadamente 25 quilômetros, o que faz com que as populações rurais sejam as principais beneficiárias das águas, que além da pesca, é aproveitada também a fertilidade do entorno, aplicada à agricultura familiar. Além disso, a construção civil na região retira e distribui areia do leito do rio através do comércio local de materiais de construção, o que aliás, evidencia outra forma de agressão ao meio ambiente.

Dessa forma, Arruda (2008) nos diz que:



Os rios são territórios em disputa. Os territórios são resultados de relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam, transformam e “imaginam” a natureza; são produtos, portanto, de populações. Os movimentos populacionais impulsionam a construção e a reconstrução de territórios, sejam eles suportes para os estados-nação modernos, secundados pelas suas unidades menores, a província/estado, para os regionalismo ou para nações territoriais de outras populações, como os grupos indígenas. (ARRUDA, 2008, p. 11/12).

Nesse caso, por mais que eventualmente também cometam delitos contra o Rio ou contra qualquer outro recurso natural, as populações locais não devem ser levadas em pé de igualdade com empresas de grande porte, para efeito de culpabilização. E isso não se justifica em razão de maior ou menor grau de agressividade e sim porque tais atividades compõem a dinâmica cultural e territorial da região, o que, portanto, a coloca na posição de vítima da ação de empreendimentos externos, incompatíveis com o ritmo de exploração até então observado.

Sendo assim, Worster (2008) nos diz que apesar de toda a tecnologia envolvida nos processos de produção do agro na contemporaneidade, a ideia que se tem em mente quando se imagina os grandes campos abertos das fazendas, é basicamente o verde das plantas, a promessa de obter alimentos, além da terra que dá suporte às raízes. Ou seja, apesar de todo o aparato técnico, agricultura continua sendo plantas se desenvolvendo em determinado ambiente. E considerando que a agricultura é a invenção humana que proporcionou a garantia da sobrevivência e dispersão da espécie, além da vivência em sociedade, é justo que nós enquanto seres humanos comecemos a pensar em como essa grande invenção pode estar ameaçada. Basta lembrarmos que não se faz agricultura somente com terra, sementes e adubos e defensivos agrícolas. A água é um item fundamental e tem presença marcante nesse processo de busca pela sobrevivência, o que para o autor, significa que estamos diretamente ligados ao ciclo natural da água no planeta.

Seriam, portanto, a água e os solos os recursos naturais mais importantes para a garantia da sobrevivência humana? Worster faz algumas comparações envolvendo os dois itens. A água é um elemento que, por mais que comumente se pense o contrário, é volátil e incerto, o que quer dizer que é limitado, e possui uma natureza própria, está sempre em movimento, seja nas nuvens, nas reservas subterrâneas ou nas correntezas, o que a torna difícil de controlar. Já a terra é mais fácil de manejar e só se perde em razão da falta de habilidade com os usos corretos, seja na proteção contra a erosão ou contra a exaustão, seja na incapacidade de se manter áreas florestadas. O apelo do autor é para que os esforços empreendidos no cultivo de campos e pastagens sejam os mesmos usados para garantir o pleno ordenamento dos rios e especialmente das águas que por eles correm.

Para efeito de compreensão, examinemos alguns dados sobre a disponibilidade de água no planeta. De acordo com Marques (2016), 97,5% da nossa água está presente nos oceanos e a não ser que futuramente tenhamos tecnologia para dessalinizá-la de forma eficiente, ela é, portanto, imprópria para o consumo. Os outros 2,5% são o que temos de água doce, porém a grande maioria, cerca de 70% fica retida nas geleiras, que por sinal, estão em risco iminente em razão do aquecimento global, o que levaria ao aumento do nível dos oceanos. Com base em apontamentos estabelecidos pelo Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, o autor complementa que a quantidade de água necessária para atender aos ecossistemas e aos seres humanos é de cerca de 200 mil quilômetros cúbicos, o que equivale a menos 1% do total. O que preocupa é o crescimento da necessidade humana, especialmente no que diz respeito àquilo que se destina ao agronegócio. O quadro a seguir nos ajuda a ter uma noção das disparidades no consumo de água pelo mundo.

**Quadro 3:** Consumo de água em litros *per capita* por dia no Brasil em diferentes países

Estados Unidos	575
Noruega	301
Suécia	195
Brasil	150 (2011)
Rio de Janeiro	189 (2011)
Mato Grosso	168 (2011)
São Paulo	177 (2011)
Reino Unido	149
China	86
Nigéria	36
Etiópia	15
Moçambique	4

**Fonte:** MARQUES FILHO (2016)

O fato de o estado de Mato Grosso ter um consumo *per capita* de água maior que a média nacional talvez surpreenderia se ali não fosse uma das regiões que mais atraem empreendimento do agronegócio no Brasil, e que, portanto, demanda uma utilização mais elevada de água. Mais o que explica São Paulo e Rio de Janeiro terem números ainda mais altos? Marques também aponta que a explosão demográfica tem sua parcela de contribuição para tal situação, de maneira que desde o início do século passado, o número de indivíduos no

planeta foi multiplicado por 3,6, chegando a 6 bilhões de pessoas no ano 2000, enquanto o consumo de água foi multiplicado por oito, o que demonstra um grave descompasso na lógica da sobrevivência. O maior contingente populacional do Brasil de fato concentra-se na região sudeste, porém outro detalhe subverte essa explicação: o registro que demonstra que China, até então, país mais populoso do mundo, consome bem mais água que o Reino Unido, por habitante.

É preciso que voltemos então, para o argumento, segundo o qual, de acordo com Marques Filho (2016), a preponderância da agricultura, sobretudo a que necessita de irrigação, se sobrepõe ao fator crescimento populacional, no que diz respeito ao consumo de água de maneira insustentável. Basta olharmos, portanto, para o número atribuído aos Estados Unidos, país que se destaca em uma posição elevada do *ranking* e no qual a estrutura capitalista tem uma maior consolidação e cuja produção agrícola é também uma das maiores do mundo.

No caso do Brasil, é possível incluir nessa conta, os empreendimentos ligados à exploração de eucalipto e produção de celulose, um braço do agro ainda mais perverso do que outras modalidades de cultivo, porque além de exigir um maior consumo de água, não gera um retorno que atenda a carência alimentar do país e que acima de tudo, grande parte da produção é direcionada para o exterior. Como vimos no capítulo anterior, o projeto de instalação da indústria de exploração de celulose da Suzano não foi para frente no Piauí, muito por conta da pressão exercida pelo Ministério Público do estado e do Ministério Público Federal. A alternativa encontrada foi aquela que garantiu a edificação em Imperatriz, no Maranhão. Segundo Nóbrega (2015), durante o processo de abertura do empreendimento do estado, a companhia reconhecia, através do Plano Básico Ambiental, realizado por uma empresa contratada pela Suzano, que os impactos ambientais mais severos seriam sentidos pelos solos, subsolos e águas superficiais do entorno da área delimitada para as diligências.

O projeto da Suzano se consolidou no oeste maranhense após um processo de disputa violento, no qual as famílias afetadas passaram a sofrer ainda mais, conforme dito por Araújo (2015):

Pressionadas, de um lado, pelas negociações propostas pela Suzano, as famílias se veem limitadas no acesso aos recursos naturais necessários à sua existência, já não conseguem praticar as atividades econômicas, como agricultura, pecuária de pequeno porte e extrativismo, e têm a saúde ameaçada com os constantes lançamentos de agrotóxicos por avião e que atingem os brejos e igarapés, utilizados para o lazer, banho e alimento. (ARAÚJO, 2015, p. 43)

Como se percebe, o problema da exploração do eucalipto vai bem além das altas quantidades de água, que aliás provoca o esgotamento em duas frentes. Se por um lado a

natureza da planta lhe confere essa voracidade por água, “chupa a água”, que lhe atribui também a capacidade de buscar e ressecar por isso mesmo, o que há de vestígio hídrico por perto, isso parece ser insuficiente aos olhos das empresas, que também fazem a transposição de água de lugares distantes, para garantir a atividade de irrigação, potencializando ainda mais a escassez. Mas além disso tudo, o lançamento irresponsável de agrotóxicos garante a contaminação das poucas reservas de águas que sobram e compromete a saúde e a alimentação das famílias que convivem com a situação.

Portanto, necessário se faz compreender o papel da água no processo de exploração do eucalipto no Maranhão enquanto fator de destaque na criação da fronteira agrícola do MATOPIBA, que avança sobre as terras do Cerrado desde os anos 1980, tendo em conta que esse bioma atrai olhares do empresariado de grande porte no Brasil, em razão da sua riqueza vegetal e hídrica. Além disso, analisamos quais riscos esse avanço representa para as reservas e cursos de água, tanto do ponto de vista da retirada indiscriminada com objetivos de irrigação, quanto da deflorestação que desprotege as nascentes e da distribuição de defensivos agrícolas e rejeitos industriais que de alguma forma chegam e contaminam as águas.

Partimos do princípio indiscutível de que a água é um elemento de fundamental importância para a regulação do meio ambiente, manutenção da economia, da vida em sociedade e sobretudo do indivíduo, enquanto ser que precisa suprir as carências do corpo humano. E como se pode ver, estamos diante de uma situação na qual a água se tornou objeto de disputa e que apesar de toda a resistência, não necessariamente são garantidas igualdade de condições às partes envolvidas, gerando a guerra das águas, como coloca Vandana Shiva (2002) e que tem sido um fenômeno observado em várias partes do planeta, podendo ser aplicado no caso do Cerrado no Maranhão, como já percebido. Em suas pesquisas, ela também destaca o papel da silvicultura nessa questão.

### **3.1. A água como mobilizadora da fronteira**

A noção de fronteira através da qual nos debruçaremos e que deve orientar o debate que aqui propomos, é a de Martins (1996), cujo o entendimento é o de que:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceitua-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. (MARTINS, 1996, p. 27)

Dessa forma, dois termos – conflito social e alteridade - sintetizam de forma bastante clara como pretendemos aplicar o conceito de fronteira na discussão que analisa como a silvicultura responde pelo processo de esgotamento dos recursos hídricos no cerrado maranhense. A questão do conflito social pode ser observada em razão da disputa pela água que, ao mesmo tempo em que determina as bases para a reprodução do capital, é também elemento que garante a sobrevivência. E nesse caso, é isso que impõe a situação de fronteira ao território, na qual a frente de expansão, a indústria da eucaliptocultura, esbarra na frente pioneira, que engloba as diferentes sociedades locais: indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, entre outras. Além da disputa pelo controle do território, o que está em jogo é também um embate constituído por diferentes de visões de mundo, que eleva o debate ao que podemos compreender como a dominação de graus de civilização sobre outros.

Dessa forma, para além de uma resistência para garantir condições mínimas de sobrevivência, as populações, especialmente de ambientes rurais, alcançadas por grandes empreendimentos também lutam pela soberania de suas próprias identidades e narrativas. Assim, a discussão sobre civilização, pelo menos, nesse caso especificamente, tem a ver com aquilo que é considerado adequado ou não do ponto de vista de nível tecnológico ou de técnicas de produção, no sentido de obter maior eficiência e principalmente rendimento. Uma outra característica do conflito social em situação de fronteira, é o encontro de temporalidades históricas distintas. Grupos sociais que apesar de estarem cronologicamente no mesmo *timing*, não compartilham dos mesmos saberes, das mesmas garantias e de uma mesma cosmovisão e por mais que se pretenda utilizar isso como argumento para justificar o ordenamento muitas vezes violento no sentido de se consolidar uma abordagem singular que envolva a relação do homem com a natureza, são as tradições ancestrais que ao longo da história, demonstraram o verdadeiro significado da expressão *desenvolvimento sustentável*.

Sendo assim, essas sociedades lutam não só pela sobrevivência e conservação dos recursos naturais, elas também trabalham pela proteção e aplicação de técnicas e saberes que potencializam uma relação mais respeitosa e menos agressiva entre o ser humano e o meio ambiente.

A alteridade é o que dá a sensação de estranhamento e de falta de reconhecimento no outro. A partir dessa ótica, ela faz da fronteira “a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro” (MARTINS, 1996, p. 27). Descoberta porque põe frente a frente histórias e projetos de desenvolvimento opostos, quando se julgava haver somente um sentido a ser dado ao destino do território, considerado completo e coerente. E o desencontro é justamente por conta de que por mais que as forças que se deparam afirmem a sua autoridade e sejam capazes

de sintetizar alianças justas e eficientes, nenhum dos lados está disposto a estabelecer algum tipo de diálogo que se encaminhe para essa direção. Pelo contrário, o que já aconteceu bastante, inclusive no caso da expansão da silvicultura no Maranhão, é o predomínio de um modelo pensamento em desfavor de outro, quase sempre os projetos apresentados pelos ditos civilizados se sobressaem em relação à noção de mundo que se origina do conhecimento da natureza.

E foi essa indiferença em relação à figura do outro, que guiou o encaminhamento dos projetos de desenvolvimento em direção do norte e nordeste do Brasil nos tempos em que o esvaziamento da democracia era preenchido pela ganância e por uma política de crescimento que ignorava completamente as necessidades e individualidades dos diversos grupos sociais que compõem a nossa sociedade. Sobre o processo de expansão da fronteira rumo à Amazônia brasileira, que inclui o Maranhão ocidental, Martins (1997) nos diz:

A rápida expansão da frente pioneira em direção à Amazônia deu-se num contexto bem diverso do das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debate do tema, como os Estados Unidos: em vez de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política. Sobretudo, num contexto de anticomunismo em que, justamente, as classes trabalhadoras, na cidade e no campo se tornavam automaticamente suspeitas de subversão da ordem política sempre que reagiam às más condições de vida que o regime lhes impusera. (MARTINS, 1997, p. 88)

Ainda de acordo com o autor, esse período de avanço da fronteira foi muito desafiador para as sociedades rurais atingidas, apesar de todas as estruturas montadas com objetivos de empreender a resistência. Mas uma outra característica desse período que causava grande apreensão era a associação entre integrantes do poder político e grandes proprietários de terras, que se beneficiaram bastante com as reformas que visavam abrir caminho para a iniciativa privada investir em áreas rurais, particularmente no Maranhão com a chamada Lei Sarney de Terras. O cenário de violência chegou ao ponto em que ao assumir as atribuições políticas de um Estado fragilizado, fazendeiros arbitravam sobre a vida ou morte de seus desafetos.

Estudos demonstram, portanto, que a consolidação da fronteira agrícola da MATOPIBA, que atinge especialmente o estado do Maranhão, é fruto de uma combinação de fatores que congregam a coerência com o ritmo de aceleração do capitalismo internacional, política de incentivos, pressão pela ratificação de um processo que já caminhava, embora sem a total anuência do Estado e particularmente a busca por recursos como terras e águas. De acordo com um parecer da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (2017), os efeitos do colapso financeiro de 2008 foram fundamentais para lançar as bases de uma maior expansão

do capitalismo, que procurava novos espaços a fim de tornar seu território muito mais abrangente. Essa corrida que tinha como principal ponto de chegada o Brasil, chegou a ter, inclusive, recomendação do Banco Mundial, de forma que um relatório da instituição anterior a isso, já exaltava as qualidades hídricas do país.

A ilustração a abaixo, remete a uma visão da geografia, das potencialidades produtivas a serem implantadas, da diversidade socioeconômica já existente e da abundância em reservas aquíferas que o cerrado, delimitado pela MATOPIBA, tinha a oferecer:

**Figura 13:** ilustração da região geoeconômica da MATOPIBA



**Fonte:** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (2017)

A imagem traz um destaque para o Maranhão, onde a Lei Sarney de Terra já se adiantara à formalização da MATOPIBA e criava um espaço onde a produção de *commodities* alcançava uma proeminência na economia regional, sobretudo através dos investimentos na agricultura de grãos. A conclusão das pesquisas conduzidas pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz – EPSJV/Fiocruz, é de que a institucionalização da MATOPIBA foi uma resposta do Estado brasileiro aos anseios do grande capital. Na prática, toda a estrutura já estava montada em razão da implantação de medidas semelhantes às da política de terras da era Sarney no Maranhão, nas regiões que viriam a ser a *Última Fronteira Agrícola do Brasil* e dessa forma o governo federal agiu para garantir lucro e participação no empreendimento, principalmente no que diz respeito ao afrouxamento de normas de proteção do cerrado.

A pesquisa dá detalhes de como a agricultura mecanizada impacta o regime de águas no cerrado, interrompendo um ciclo que abastece todas as regiões do Brasil. “A compactação do solo [...] dificulta a penetração da água para o subterrâneo. A baixa no volume causa o desaparecimento de rios, riachos e brejos.” (EPSJV/FIOCRUZ, 2017, p. 11). A natureza do

cerrado lhe transfere a capacidade de funcionar como uma esponja, que em razão de ter um solo geologicamente antigo, absorve toda a água que recebe. É também no cerrado que estão localizados os grandes aquíferos do Brasil, Guarani, Urucuia e Bambuí, além do Gurguéia, reservas subterrâneas de águas que são distribuídas pelas maiores bacias hidrográficas do país, como a do Parnaíba, São Francisco, Araguaia-Tocantins, Paraguai e até o Pantanal.

Em 2012 o trabalho de um conjunto de entidades e organizações não governamentais<sup>36</sup> que atuavam contra projetos potencialmente prejudiciais ao meio ambiente e sociedades não urbanas, denunciava como a instalação da indústria da Suzano em Imperatriz – MA incorporaria ao processo produtivo, os benefícios trazidos pelas condições naturais da região. A expectativa era que em dois anos as obras estariam concluídas e a empresa passaria a “produzir celulose tipo exportação aproveitando as condições de logística (hidrovia) [...] ambientais (abundância de águas: riachos e rio Tocantins) para [...] o processo mais poluente da produção de papel.” (ECODEBATE, 2012, p. 1). A publicação também criticava o fato de que a produção de celulose poderia ser comparada às guserias, que são usadas para a fabricação de ferro, gerando assim, danos graves à conservação do ar e das águas.

Os responsáveis pela nota também acusavam o governo estadual, que através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão teria agido para garantir à Suzano, acesso aos riachos Barra Grande e Cinzeiro para abastecerem a produção da fábrica por meio da coleta de dados para a elaboração do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Logo no início, antes mesmo da consolidação do projeto, é relatado que a percepção da comunidade era de que a proximidade com os plantios do eucalipto causava a perda de perenidade e diminuição nos volumes dos dois riachos, além da escassez do pescado, que antes fora abundante e se afirmava com uma das principais fontes de renda e alimentação das populações locais.

A cartilha produzida e publicada pela Repórter Brasil em 2011, a qual mencionamos no capítulo anterior, também fazia sérias predições à iminente formalização e fortalecimento da MATOPIBA, especialmente na questão envolvendo a relação entre a eucaliptocultura e seu impacto no abastecimento de água:

Uma das questões mais controversas envolvendo o setor diz respeito aos impactos ambientais gerados pelos plantios de eucalipto e pinus, sobretudo, às avaliações de que essas árvores exóticas consomem muita água e contribuem para a diminuição do fluxo de rios e córregos – e até para a seca completa. O setor empresarial defende a atividade de “florestas plantadas” como ambientalmente correta e enumera pontos positivos, como a alta taxa de

---

<sup>36</sup> A publicação reuniu a colaboração de representantes de instituições como o EcoDebate, Fórum Carajás, Programa Territórios Livres do Baixo Parnaíba (Fórum Carajás, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos)



sequestro de gás carbônico (um dos vilões do aquecimento global) e a restauração de áreas degradadas, principalmente, por pastagens. Também considera um verdadeiro mito as acusações de que o eucalipto consome muita água e contribui para a degradação das fontes hídricas. (REPÓRTER BRASIL, 2011, p. 7)

Ressaltamos na seção 2.2. do primeiro capítulo – “*MATOPIBA: a nova fronteira agrícola do Brasil*” – que na prática, a escassez de água no Maranhão em razão da silvicultura começou a ser sentida particularmente na região do Baixo Parnaíba, onde famílias narravam as dificuldades de acesso após o secamento de riachos e igarapés, além de alterações no regime de chuvas, aumentando os períodos de estiagens. Essa situação desmonta com facilidade o discurso de que plantios de eucalipto não põem em risco a disponibilidade de águas, ao contrário, eles “chupam a água”. Mas a elaboração e propagação dos discursos são partes importantes do processo de implantação de empreendimentos como esses, já que é preciso convencer a sociedade de sua viabilidade do ponto de vista técnico, econômico e sobretudo ambiental. Nesse caso, além de negar o alto consumo de água enquanto característica inerente de plantas exóticas como o pinus e o eucalipto, atribui-se ainda aos *desertos verdes* a capacidade de auxiliar na captura de emissões de carbono da atmosfera, tarefa realizada de maneira muito mais eficiente pelas florestas nativas.

Uma clara manobra para tornar as florestas de eucalipto uma alternativa para o problema do desmatamento e da degradação da natureza. É preciso dizer que a silvicultura tenta emplacar esse discurso desde pelo menos a época da implantação do Projeto CELMAR no Maranhão, o verdadeiro princípio da exploração do eucalipto no estado. Nos anos 1990, a partir das pressões estabelecidas pela Cúpula da Eco-92, o Brasil se dedicou em apresentar medidas de combate à degradação de florestas e as plantações de eucalipto se mostravam como grandes aliadas. Ainda de acordo com a cartilha, a Repórter Brasil reforçava que a posição de ambientalistas, apoiados nos conhecimentos de comunidades tradicionais e pequenos agricultores, era a de que esses alinhamentos de plantas exóticas deveriam ser enquadrados na categoria de monoculturas, que diferentemente de vegetação nativa, reproduzem biodiversidade em escala muito inferior.

Ao longo do processo de expansão da MATOPIBA, legislação que protege os recursos hídricos no Maranhão foi sofrendo uma série de alterações, apontando para um claro sinal de que houve interesse do estado em se mostrar atraente e um facilitador na relação com o agronegócio. Um levantamento do Observatório do Cerrado avalia que inicialmente, de acordo com a Constituição Estadual as águas superficiais e subterrânea devem ser consideradas bens e recursos maranhenses a serem conservados. A Política Nacional de Recursos Hídricos foi complementada no Maranhão pela Lei Nº 7.052 no final dos anos 1990, que tinha o mesmo

princípio do dispositivo nacional, embora carecesse de um olhar mais apurado para a questão das grandes obras de hidrelétricas.

Em razão disso, é promulgada em junho de 2004 uma lei mais abrangente que, além de revogar o texto da anterior, representava uma série de avanços na política de proteção às águas no estado. A Lei Nº 8.149 estabelecia novos instrumentos para fortalecer a gestão da política, como programas de capacitação, campanhas educativas, cadastro de usuários, a instituição do fundo estadual de recursos hídricos, além da aplicação de punições contra delitos praticados contra os reservatórios e cursos de água. (Observatório Matopiba, 2021) Entre as infrações previstas no artigo 39 está a do parágrafo II, apresentando como delito, na falta de autorização prévia, “iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime quantidade dos mesmos”. (MARANHÃO, 2004, p. 20). E em caso de descumprimento ao regramento previsto na lei, o sujeito ou empreendimento fica obrigado a, por exemplo, de acordo com o artigo 40, parágrafo II, pagar “multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, sendo o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)”. (Idem).

Dessa forma, isso significa que durante o processo de implantação, a Suzano em princípio precisou se submeter a essa legislação, já que necessitava da autorização de outorga de uso das águas para cumprir corretamente as etapas do licenciamento ambiental, uma vez que a natureza de suas atividades tem relação direta com esse elemento. Considerando que toda essa estrutura burocrática é, conforme a própria lei, subordinada ao poder executivo estadual, por intermédio da autoridade administrativa responsável pela gestão do meio ambiente, não é difícil concluir que houve participação governamental em tornar a promessa de desenvolvimento da empresa, uma realidade no Maranhão, de maneira que a atenção ao texto da regra pode não ser sido seguido com o devido rigor que se esperava.

Em janeiro de 2010 a imprensa local louvava a presença do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Congresso Nacional e também ex-governador do Maranhão, José Sarney, o também ex-governador e então senador pelo Maranhão e ministro de Minas e Energias, Edison Lobão, a ministra da Casa Civil e futura presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, entre outras autoridades, além da governadora do estado, Roseana Sarney durante a inauguração das obras que dariam início à Refinaria Premium de Bacabeira, na região metropolitana de São Luís<sup>37</sup>. Avaliado em aproximadamente R\$ 40,00 bilhões e com a

---

<sup>37</sup> MARANHÃO (2020)

promessa de gerar até 150 mil empregos diretos e indiretos, o projeto seria instalado no município cuja a localização fica entre os rios Itapecuru e Mearim e próximo ao alto rio Perdizes. Ainda de acordo com o jornal O Estado do Maranhão, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, ficaria responsável pelo fornecimento de água que atenderia às necessidades do empreendimento.

Durante os discursos, a governadora aproveitou para celebrar a parceria com o governo federal afirmando que o estado estava preparado para receber o que podia ser a maior refinaria da América Latina e quinta maior do mundo. Acrescentou que o Maranhão mostrava ao restante do país que era capaz de desenvolver um projeto de tamanha grandeza e que poderia ser visto como um lugar propício a realização de investimentos desse porte, um claro aceno à iniciativa privada do eixo Sul-Sudeste do Brasil. O jornal também dedicou algumas linhas para fazer uma avaliação da situação, e sem mencionar os potenciais custos sociais e ambientais, apontou que o gesto representava a “consolidação de uma verdade: o projeto [...] estaria muito longe do Maranhão se o estado não reunisse, de fato, as condições geográficas e estratégicas para tornar-se um empório de peso nas relações econômicas do Brasil com o resto do mundo. (O Estado do Maranhão, 2010, p. 3)

No segundo semestre daquele ano, O Estado do Maranhão revelou que o então governador do estado entre 2007 e 2009, antagonista do clã Sarney, agiu para dificultar a implantação da refinaria. Um ofício encaminhado pelo Secretário de Planejamento ao Secretário de Indústria e Comércio, proibia a liberação da água para que o empreendimento cumprisse as etapas da regulação ambiental. Além disso, Lago inicialmente também não atendia às demandas apresentadas pela Suzano para concretizar a fábrica de celulose em Imperatriz. Os estados do Pará e Tocantins já eram considerados alternativa, quando o governador e o vice foram cassados em março de 2009 e ao assumir o poder, Roseana Sarney reabriu as negociações com a empresa.

### **3.2. As guerras da água no Brasil**

No início de novembro de 2017 a imprensa local anunciava que uma fazenda da empresa Igarashi, localizada no oeste da Bahia, havia sido invadida, depredada, incendiada e destruída por ribeirinhos sob a acusação de que o empreendimento representava um perigo para a preservação das águas do rio Arrojado. De acordo com o Jornal do Correio da Bahia, nove dias depois, milhares de pessoas vindas de vários municípios no entorno de Correntina – BA, marcharam pelas ruas da cidade em protesto pela defesa da Bacia do Rio Corrente, que é composta por quinze rios, riachos e córregos, incluindo o Arrojado. A companhia que é do ramo

da produção de alimentos e *commodities* como batata, cebola, alho, tomate, cenoura, feijão, soja, milho e trigo, utilizava sistemas de irrigação que captavam do rio, cerca de 180 mil metros cúbicos de água por dia. Esses sistemas eram compostos por 32 pivôs que abasteciam mais de 2500 hectares de plantações. Durante a ação do começo do mês, os pivôs foram destruídos, além de caminhões, máquinas colheitadeiras, tratores e todo o sistema elétrico.

A reportagem não confirmava se a empresa tinha a outorga da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA para fazer a retirada da água. Dois anos depois a Igarashi entrou em recuperação judicial e no plano apresentado à justiça, foi revelado que inicialmente os cereais eram produzidos em regiões que não exigiam sistemas de irrigação, até mesmo para baratear os custos das plantações. E que em razão da concorrência e da necessidade de aumento da produção, a empresa lançou mão de um programa de expansão que consistia em comprar empresas, especialmente do Nordeste que já tinham outorgas de uso da água e com toda a estrutura de captação hídrica adequada, como a Bagisa, Agrícola Yume, Hortus, entre outras, todas sediadas na Bahia.

Uma entrevista concedida por uma moradora de Correntina e também militante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB ao Fórum Alternativo Mundial da água em 2018, que aconteceu em Brasília classificou a ação como “um processo histórico de roubo de água” (NEIVA, 2018 *apud* EPSJV, 2018). Na entrevista que foi veiculada pela EPSJV da Fiocruz, Andreia Neiva disse ainda que:

O que acontece em Correntina não é isolado do que acontece em outras regiões. [...] e o que acontece em outros territórios do mundo. Em cada região tem um rosto diferente: se apresenta como mineração, como barragem, como agronegócio. Mas o pano de fundo é a apropriação privada da água, a tentativa de transformar água em mercadoria. Isso a gente não vai aceitar. A água é um bem comum, é do povo. (NEIVA, 2018, *apud* EPSJV, 2018)

Duas coisas chamam a atenção na fala da entrevistada. O primeiro é o reconhecimento de que esse momento de disputa por água já deixa a sua marca na História. E o segundo é a sabedoria de observá-lo não como um acontecimento fruto de uma insatisfação imediatista e sim como parte de um processo que ganhava força em todo o mundo e que pode ser aplicado para compreender, inclusive o fortalecimento da indústria de celulose no Maranhão, traduzido também na preocupação de Dona Otacília a respeito do caráter predatório do eucalipto sobre o abastecimento de água. O jurista Eduardo Coral Viegas (2017), logo após o ocorrido na fazenda da Igarashi, emitiu uma publicação em que reforça a tese de que o episódio representou o que pode ser considerado um dos primeiros indícios de guerras por água no Brasil. Para ele, as guerras mundiais do século XX tiveram como fim também a busca pelo controle do petróleo,

em vista da dependência de alguns países em relação a essa fonte de energia. No entanto, o cenário de disputas pela água reforça a noção de que os operadores do capitalismo irracionalmente trabalham para torná-la o novo “ouro negro” em escala global. Ele considera que uma das primeiras ações a serem vistas como guerra por água na América do Sul foi o episódio de Cochamba, na Bolívia dos anos 2000, quando o país, em razão das medidas neoliberais exigidas pelo Banco Mundial, em troca de empréstimos, privatizou o serviço de fornecimento de água portátil da região.

Ainda em 2018 a plataforma de jornalismo independente, Outras Mídias, veiculou uma publicação da Articulação do Semiárido, afirmando que a privatização do rio Arrojado, representava a chegada das *Guerras pela Água* no Brasil e que as consequências dos acontecimentos no oeste baiano tinham relação direta com o contexto da MATOPIBA, o que coloca o Maranhão diante de grandes desafios. Para Vandana Shiva (2002), uma das maiores referências na discussão da ideia de guerras da água, os recursos hídricos são o princípio da vida e origem das culturas, além de terem sido fundamentais para o progresso material das sociedades. No livro *Las guerras del agua* ela diz que:

Se estima que un país se enfrenta a una crisis hídrica cuando el volumen de agua disponible por habitante es inferior a 1.000 metros cúbicos al año. Por debajo de este nivel la salud y el desarrollo económico de una nación pueden verse seriamente comprometidos. Un descenso de la disponibilidad de agua a menos de 500 metros cúbicos anuales por habitante amenaza la supervivencia misma de las personas. (SHIVA, 2002, p. 17/18)

Shiva é indiana e conhece bem a realidade do acesso a água nos países do chamado Terceiro Mundo, particularmente os casos de injustiça ambientais diante das consequências trazidas por grandes empreendimentos agrícolas. Ela observou a média de disponibilidade de água por indivíduo de seu país cair de pouco mais de 3400 metros cúbicos em 1950, para 1250 no final dos anos 1990. Além disso, desde a década de 1970, a escassez mundial de água chegou a 33%, o que ela não atribui somente à questão do aumento populacional, justificando que isso é também responsabilidade de outros agentes e que durante o século XX o consumo de água cresceu duas vezes mais que a população.

A experiência de ver como em algumas regiões da Índia a situação se transformava da abundância à escassez, fez com que ela ingressasse na luta contra iniciativas agroindustriais, com destaque para os monocultivos de eucalipto, que exploravam a capacidade dos aquíferos, esgotavam rios e reservas de águas até então permanentes. Ela também explica que as tecnologias democratizadas pela Revolução Verde também foram importantes para a aceleração da diminuição hídrica e aumento das áreas de aridez. A expansão de plantações de eucalipto e

a indústria papelreira tornou-se, portanto, sinônimo de risco para os regimes hídricos de países do Sul global. Fora de seu ambiente natural – a Austrália – esta planta compromete seriamente áreas em que a disponibilidade de água já é baixa, além de não se desenvolver adequadamente. Um estudo confirmando por diversos outros informes demonstrou que em anos de estiagem na Austrália, com precipitações abaixo de 1.000 milímetros, o eucalipto amplia o déficit de umidade nos solos e dificulta a recuperação dos aquíferos. (SHIVA, 2002)

Outras experiências em regiões consideradas subdesenvolvidas mostram que a silvicultura é um grande vetor das *guerras pela água*. A autora registra mobilizações de agricultores na Índia que agiram em defesa da vegetação nativa e das plantações de gêneros alimentícios. Essas pessoas marcharam e derrubaram milhões de árvores de eucaliptos e as substituíram por sementes de tamarindo e manga. Na África do Sul, mulheres articularam a criação de uma campanha que resultou no programa *Working for Water*. A iniciativa só foi possível após os protestos nos quais elas também eliminavam os monocultivos de eucaliptos que acusavam de serem os responsáveis pelo esgotamento dos cursos de água e dos lençóis freáticos. O programa, ligado ao Departamento de Água e Florestas do país, removeu as árvores exóticas que se estendiam por cerca de 10 milhões de hectares, consumindo 3,3 bilhões de metros cúbicos de água a mais que a floresta nativa. Pouco tempo depois os recursos hídricos foram naturalmente renovados, aumentando em até 120%.

Como dissemos no capítulo anterior, o Brasil foi um dos principais países da América Latina onde a Revolução Verde se destacou à medida em que transformou a produção agroindustrial do país. No entanto ela também foi responsável por uma série de reformas que prometiam inviabilizar o ciclo habitual da natureza:

En general no se prestó atención alguna a los costes ecológicos y sociales de esta “revolución” agrícola. El énfasis en la utilización de semillas de alto rendimiento del nuevo modelo desplazó a las variedades locales resistentes a la sequía, sustituyéndolas por cultivos ávidos de agua. Los cultivos de la Revolución Verde requieren grandes cantidades de agua y han esquilado zonas donde este recurso es escasso. (SHIVA, 2002, p. 26)

Isso significa que a “Revolução”, por meio dos projetos de fronteira agrícola, como a MATOPIBA, que já era executado informalmente desde a década de 1980, puseram em risco biomas como o cerrado, com destaque para o Centro-Sul do Maranhão. Além de promover alterações deliberadas e generalizadas de vegetação nativa, que tem características que complementam o funcionamento do bioma em que está inserida, por agriculturas exóticas, as técnicas de irrigação se sobrepuseram aos ensinamentos cuidadosos de origem indígenas, principalmente no que diz respeito à captação de águas subterrâneas. (SHIVA, 2002) Um outro

produto da grande transformação na lógica da produção agrícola iniciada entre os anos 1950 e 1960, é a potencialização do uso de tecnologias e instrumentos de melhoramento dos solos e de proteção contra agentes que naturalmente atacam as plantações. Porém, por mais que os objetivos fossem ampliar a produtividade e evitar os desperdícios, a realidade se mostrou exatamente o contrário, em vista de que, além de emitir substâncias que contribuem para o efeito estufa, muitos fertilizantes também eliminavam microrganismo essenciais para o desenvolvimento das plantas. “De esta maneira, la agricultura basada en productos químicos ha contribuido a la inseguridad alimenticia, la contaminación de la tierra, el agua y la atmósfera (SHIVA, 2008, p. 76)

O dossiê *Vivendo em territórios contaminados* traçou uma visão geral sobre a contaminação das águas do Cerrado por agrotóxicos e sobre a situação de conflito por água na região. Um dos destaques do documento aponta que:

De acordo com os dados organizados pela CPT, no Cerrado ampliado – que envolve o Cerrado contínuo e as zonas de transição entre Cerrado-Amazônia, Cerrado-Caatinga, Cerrado-Mata Atlântica e Cerrado-Zona dos Cocais –, foram identificados, no período de 2003 a 2019, 3.610 conflitos por terra e água. (LOPES, 2023, p. 20)

O estudo atribui esse número ao avanço do agronegócio na região que, por meio da MATOPIBA, endossada pelo Estado, destruiu modos de vida tradicionais cerceou territórios e impediu famílias de terem acesso a terra e a água. Os relatos registrados pelo dossiê dão conta de que as primeiras baixas severas nos cursos de água começaram a ser sentidas a partir do aumento progressivo das monoculturas, particularmente as de eucalipto, levadas pela Suzano Papel & Celulose. Desde 2009 as comunidades começaram a perceber que além de perderem a água para a voracidade do eucalipto, estavam também diante do problema da contaminação por agrotóxicos, em razão de que algumas casas ficavam localizadas a menos de 25 metros dos monocultivos.

A comunidade quilombola Cocalinho, que mencionamos no primeiro capítulo, foi uma das principais organizações sociais atingidas pela violência da silvicultura no Maranhão. Localizado no município de Parnarama, região do Médio Parnaíba, o território abriga 170 famílias em uma área ocupada há pelo menos duzentos anos. A paisagem é marcada pela presença de chapadas e brejos, onde florescem frutos da vegetação nativa, cultivados há séculos como o pequi, cajuí, guabiraba, buriti, juçara, manga entre muitos outros. As práticas sociais da comunidade têm como referência “o festejo de Nossa Senhora de Fátima, a roda de São Benedito, o tambor de crioula, bumba meu boi, tambor de mina, forró de caixa, baião, reisado”. (LOPES, 2023, p. 29). A pecuária de pequeno porte é também uma atividade que movimentava o

cotidiano da comunidade, através da criação de galinhas, suínos e caprinos. Já em relação à agricultura, manter o armazenamento das sementes usadas nas pequenas plantações é uma tarefa importante e geralmente conduzida pelas mulheres.

**Figura 14:** Território Quilombola Cocalinho, Parnarama, Maranhão



**Fonte:** CPT Maranhão *apud* LOPES (2023)

O equilíbrio socioeconômico esteve garantido por meio dos usos racionais da terra e da água no cultivo de pequenas lavouras, produzindo “variedades de milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, maxixe, quiabo, abóbora, melancia, melão, fava, chuchu, pimenta-malagueta, cebolinha, coentro, alface, couve, inhame e batata doce”. (LOPES, 2023, p. 29). Até que, com o avanço da Suzano, que contestava o direito de comunidades sobre terras que ocupavam, as famílias de Cocalinho e Guerreiro, também em Parnarama, passaram a se sentir ameaçadas e uma longa batalha começou a ser travada entre os quilombolas e a companhia. Assim como as comunidades quilombolas São João e Tanque da Rodagem que apresentamos no capítulo anterior, localizadas no município vizinho de Matões, as de Parnarama são reconhecidas apenas pela Fundação Cultural Palmares e não dispõem dos títulos das propriedades.

As disputas chegaram ao Tribunal Permanente dos Povos – TPP<sup>38</sup>, que durante a 49ª Sessão em Defesa dos Territórios do Cerrado, atendeu audiências com temáticas sobre águas

<sup>38</sup> A entidade se define como “um tribunal internacional de opinião ou consciência, criado em 1971 e com sede em Roma. Tem como principais funções, de acordo com seu Estatuto de 2018, ser: um tribunal de visibilidade, do direito à palavra, de afirmação dos direitos dos povos expostos a graves e sistemáticas violações por parte de atores públicos e privados, nacionais e internacionais” (TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS, 2022, p. 4). Além disso, o tribunal assume o papel de identificar e apontar violações do ponto de vista da justiça, recomendando



do Cerrado, soberania alimentar e sociobiodiversidade, além de assuntos sobre terra e território. As audiências ouviram pedidos de justiça ambiental de grupos sociais da maioria dos estados cujos territórios compõem o bioma, mas principalmente daqueles que envolvem a MATOPIBA, como é o caso do Maranhão.

As atividades do Tribunal foram executadas por um grupo de representantes de diversos países. A Sessão foi presidida por um integrante da França enquanto as funções da vice-presidência foram administradas por um italiano, um colombiano, um encarregado da Austrália e do Camboja, além da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e a secretaria geral esteve a cargo de outro italiano. As audiências sobre águas no Cerrado julgaram as acusações apresentadas por comunidades indígenas da Bahia, de Goiás, do Mato Grosso e de Minas Gerais que de diferentes maneiras tiveram os direitos de acesso às fontes de água restringido em razão da ação empresarial ou do poder público. O caso de Cocalinho e Guerreiro foi incluído no julgamento que tratou de soberania alimentar e sociobiodiversidade porque entendeu-se que a maior ameaça em evidência era a contaminação por agrotóxico, atingindo principalmente a saúde e as pequenas lavouras da população. Mas a questão da água também está presente, uma vez que as substâncias químicas, usadas sobretudo nas monoculturas de eucalipto, inviabilizam o consumo de água. Essa divisão da Sessão atendeu também a acusações do acampamento Viva Deus, circunscrita na zona de influência da fábrica de celulose da Suzano em Imperatriz.

De acordo com a reclamação, de toda a pulverização que era feita sobre as plantações de eucalipto, 70% não alcançavam o alvo e destes, 20% ficavam circulando no ar, enquanto os outros 50% agiam sobre o solo, o que gerava problemas também para os recursos hídricos. Já no acampamento no oeste do estado, 110 famílias reivindicavam desde 2003, a permanência na região e após a chegada da Suzano, relataram terem sido cercadas pelas árvores exóticas, além do “envenenamento de plantações, poços, rios e igarapés” (Tribunal Permanente dos Povos, 2022, p. 12), o que pôs as pessoas em situação de insegurança alimentar, causando erosão e diminuição da biodiversidade. O documento destaca que esta área é influenciada pela chamada região do Bico do Papagaio, conhecida pelos trechos de conservação da vegetação nativa e pelo vigor das águas fluviais.

---

medidas de reparação. Todas as instâncias da sociedade podem entrar com uma “ação judicial”, sejam elas órgãos governamentais ou grupos e movimentos sociais. Porém o TPP não tem competência para sentenciar, de forma que a punição determinada tenha que ser obrigatoriamente cumprida ou até mesmo reconhecida pela Justiça enquanto instituição social. Mas exerce pressão sobre as partes acusadas, o que contribui para que a parcela da sociedade mais afetada pelas dificuldades de acesso à formalidade desse serviço, tenham seus direitos assegurados. O tribunal segue o rito comum das audiências formais, garantindo plenos direitos aos réus e acusados.

A história do assentamento Viva Deus aparece também nas audiências de assuntos sobre terra e território. A fazenda pela qual os sujeitos lutavam, 50 anos antes costumava ser um local onde eram realizadas atividades de beneficiamento do coco babaçu. Posteriormente as terras passaram para o controle da siderúrgica Ferro Gusa Carajás, ligada à Vale S/A e à empresa norte-americana Nucor Corporation, e já plantava monoculturas de eucalipto, só que para a produção de carvão destinados aos fornos de manipulação de minério em Açailândia. É com base em um decreto federal de 30 de dezembro de 2014 que a comunidade afirma seu direito sobre a terra, uma vez que o documento a declarava como de interesse social para realização de reforma agrária:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Eldorado, com área registrada de doze mil, duzentos e sessenta e sete hectares, quarenta e um ares e setenta e três centiares, área medida de doze mil, trezentos e quinze hectares e trinta e três ares, e área visada de três mil, duzentos e noventa e sete hectares, e setenta e nove ares, situado nos Municípios de Imperatriz e Cidelândia, Estado do Maranhão, objeto da Matrícula nº 33.658, fls. 188, Livro 2-GT, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão (Processo INCRA/SR-12/nº 54234.000089/204-21). (BRASIL, p. 1, 2014)

Entretanto o decreto perdeu deliberadamente a validade, o que acabou favorecendo a implantação da Suzano nas terras em disputa. As quebradeiras de coco foram as principais afetadas em função da expropriação, grilagem e expansão das terras reivindicadas também pela empresa. A violência foi a principal marca do acirramento desse conflito, que envolveu desmatamento e ameaças por parte de grupos armados. (Tribunal Permanente dos Povos, 2022, p. 19) E isso tudo tem reflexo na disputa por água, pois não há como distanciar a garantia de acesso à terra, ao território e a conservação das matas, da proteção às fontes hídricas e abastecimento de água. Representantes do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, testemunharam nas audiências contra a Suzano, exigindo para que fossem cumpridas as leis dos babaçuais. Vários municípios maranhenses possuem instrumentos jurídicos que protegem as palmeiras, a exemplo de Imperatriz com a lei 1.084/2003 e Cidelândia com a lei 01/2005. (CORDEIRO, 2008 *apud* ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014). Segundo o diretor de uma associação de quebradeiras de coco de São José dos Basílios - MA, essas leis beneficiam também as águas da região (SANTOS, 2014 *apud* ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014).

Portanto, sendo o eucalipto uma planta que teve a sua capacidade de adaptação deliberadamente testada, o produto dessa acomodação, usado em benefício da lucratividade financeira passou a cobrar um preço que têm reflexos na plena regulação dos valores sociais e

dos processos que compõem a natureza. A planta que tem como principal atributo voracidade pela água, faz desta, um elemento precioso que mobiliza fronteiras que garantam a continuidade do modelo de produção que é baseado na sua própria exploração. Apesar da condenação da Suzano no TPP, o controle sobre esse recurso continua viabilizando alianças entre os setores público e privado gerando disputas que tem como fim, antes de tudo, a conquista de territórios, complementada por estratégias de conversão de suas populações em força de trabalho.

#### 4. PROMESSAS DE TRABALHO NOS DESERTOS VERDES

Uma imensa movimentação de tratores soprava, arrogantemente, fumaça preta sobre a selva amazônica. Aviões sobrevoavam o imenso dossel, regozijando-se dos cinco campos de pouso abertos na floresta. Era dia 2 de fevereiro de 1959 e essa grande movimentação ocorria em função da solenidade de inauguração da rodovia Belém-Brasília a se realizar no município de Açailândia, Estado do Maranhão. [...] O fato de a estrada ser completada era tratado como uma epopeia, o que envolvia os participantes em um clima de relevância histórica. (SILVA, 2012, p. 147)

Depois de compreender o lugar da disputa pela terra e da apropriação indevido da água no processo violento de consolidação da silvicultura no Maranhão, abrimos o debate para a questão do trabalho, sobretudo envolvendo ações em que o eucalipto figura como o principal vetor de transformação na vida social dos trabalhadores. Assim, o capítulo inicia com um recorte que narra fatos que dão uma dimensão dos pontos de discussão pelos quais pretendemos transitar: a busca pelo emprego formal incentivada pela ilusão deliberadamente criada para subverter a noção do homem do campo sobre os seus próprios valores do trabalho; a questão do racismo ambiental evidenciada pelo fato de que os sujeitos e as circunstâncias em que aparecem nos fatos remetem a uma ideia que o avanço da eucaliptocultura no Cerrado foi pensada levando em consideração as condições socioambientais da região, tomando-a, principalmente com base na condição étnico-racial da sociedade, como um espaço ser explorado sem nenhum tipo de resistência; E por fim, o que parece ser ainda mais claro, o tema do trabalho escravo contemporâneo, que lança luz sobre as feridas do nosso passado colonial violento ainda não superado, como a situação apresentada a seguir:

Operação do grupo móvel de fiscalização do governo federal resgatou 16 vítimas de trabalho análogo à escravidão em Vianópolis (GO), município que fica a cerca de 100 km da capital Goiânia (GO). O grupo estava sendo submetido a condições degradantes há cerca de um mês. Motivada por uma denúncia, a inspeção se estendeu entre os dias 15 e 17 de setembro. A situação foi encontrada no corte de eucaliptos da Fazenda Santa Rita da Estalagem, que pertence a Welson Albuquerque. O proprietário da área "vendeu a floresta em pé" para que a Goiás Flora Comércio de Madeira Ltda. fizesse a extração da madeira e a "limpeza" do terreno. Para realizar o serviço, a empresa subcontratou, por sua vez, o "gato" (intermediário) Antônio Dias de Souza para arregimentar e manter os trabalhadores – que estavam morando em Luziânia (GO) e Anápolis (GO), mas vieram do Maranhão. (REPÓRTER BRASIL, 2011, p. 1/2)

Apesar de tratar de um caso ocorrido fora do território maranhense, essa passagem ainda assim tem muitos a nos dizer sobre o aspecto social da exploração do eucalipto no estado. Isso mostra uma tendência que já esperávamos encontrar que se traduz no fato de que a silvicultura não necessariamente obedece a fronteiras geográficas determinadas politicamente. Em vez

disso ela está interessada nas potencialidades do Cerrado e em tudo o que esse bioma tão ambientalmente diverso pode oferecer. É importante destacar que em 2010 a Suzano Papel & Celulose, com a compra da Conpacel se tornou a maior produtora de celulose do Brasil e uma das maiores do mundo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). E como apontamos no capítulo anterior, por ser uma *join venture*, essa companhia controla muitas outras empresas pequenas. Ou seja, por mais que haja uma variedade de iniciativas na produção de celulose espalhadas pelo país, é possível que na maioria das vezes e no fim das contas elas respondam à centralidade construída na figura da Suzano.

A violação da empresa sobre o bioma, amparada pela inação do poder político, fica ainda mais clara quando observamos que os trabalhadores resgatados durante a ação de fiscalização, eram todos maranhenses. O que demonstra que esse tipo de empreendimento detém as mesmas qualidades do agronegócio tradicional, absorvendo, acompanhando e reproduzindo técnicas de produção que abusam do meio ambiente, desapropria o homem do campo e explora sua força de trabalho. Reflexo da estrutura política, econômica e social criada pela MATOPIBA, que além de transformar todo o espaço em sinônimo de riqueza material, homogeneiza as relações, impondo uma hierarquia em que a lógica de trabalho e o modelo de desenvolvimento proposto a partir de decisão unilateral são consideradas as únicas a serem seguidas.

A migração imprime uma característica muito peculiar à cultura do maranhense, principalmente quando se trata de famílias pobres das zonas rurais. Nesses lugares é muito comum principalmente homens, ainda jovens, se lançarem a viagens a outros estados, chegando a ficar meses sem retornar às origens. Na maioria dos casos, o destino é o Sudeste do país e não raramente, alguns sujeitos acabam permanecendo onde chegam, atraídos por oportunidades de trabalho, inclusive deixando para trás a família com a qual planejara partida e prometera ajudar. É importante lembrar que a Lei Sarney de Terras arrefeceu talvez a primeira grande chance que o Maranhão teve de fazer uma distribuição de terras justa e que promovesse a justiça social nas áreas rurais do estado. Em vez disso, ela lançou as bases de um processo de privatização de terras públicas, o que acabou tornando as populações refém de recursos para trabalhar por conta própria e tendo que se sujeitar ao estabelecimento do emprego formal dentro ou fora do estado.

As pautas do trabalho, progresso e desenvolvimento fazem parte da história política do Maranhão. Ao longo do tempo, muitas foram as promessas de tornar o estado, uma economia forte, consolidada, capaz de transformar seus recursos naturais em benefício da população do ponto de vista financeiro e do avanço social. Mas é a partir da chamada Era Sarney que esses desejos começam a ser postos em teoria. O discurso de posse do governador recém-eleito do

estado – José Sarney – em 1966, deixa isso muito claro ao falar em criar indústrias e mostrar ao restante do país a capacidade produtiva do Maranhão. Foi um momento marcado pelo forte apelo emocional e “ao fazer referência às terras férteis do estado, a fome e a corrupção em suas repartições públicas ele procurou fazer uma ruptura temporal entre o antigo Maranhão da oligarquia do senador Vitorino Freyre e o *Maranhão Novo*<sup>39</sup> governado por ele.” (AMARAL NETO, 2019, p. 2) Entretanto, é preciso esclarecer que a nova governança não representou de fato, avanços reais na política institucional, social e econômica do Estado. Sarney deu início ao mais longo período de domínio oligárquico no Maranhão, aprofundando as condições de pobreza e desigualdade, de forma que não necessariamente abriu divergência em relação a seu antecessor.

O novo governador não poupou esforços em fazer daquele momento um marco na História política do Maranhão. Além de um discurso memorável e de toda a estrutura pomposa criada para receber e dialogar com os apoiadores na data da posse, o governador também contratou os serviços de um dos artistas mais prestigiados da época, o cineasta Glauber Rocha, para não só documentar o evento, como também para registrar o cenário de pobreza e miséria em que o estado se encontrava até aquele momento. *Maranhão 66* é um curta-documentário de pouco mais de dez minutos cuja trajetória em sua centralidade faz uma mescla do discurso de Sarney com imagens da precariedade social da população maranhense exibidas simultaneamente, como famílias vivendo em casas de taipa, pessoas em hospitais com aspecto esquelético, falta de infraestrutura básicas nos centros urbanos. A retórica somada a todo o aparato imagético é usada para convencer o interlocutor de que a data significava o rompimento a um estado de calamidade causado pela falta de ação política, e o início de uma era de prosperidade propiciada pelo novo mandatário.

O documentário é, portanto, um trabalho emblemático na carreira de Rocha, conhecido por suas produções que desafiavam o poder central ao mostrar um Brasil marcado pela falta de assistência, de política públicas e ausência do Estado. Glauber também se notabilizou pela atuação rígida contra a ditadura civil-militar que até então estava prestes a completar dois anos de instalação no país.

---

<sup>39</sup> Segundo Guilhaon (2007) Maranhão Novo era o *slogan* que fixava a marca do primeiro mandato do governador José Sarney. Além do compromisso em romper os laços com os domínios da oligarquia do ex-governador Vitorino Freire, o político defendia a reconstrução completa do estado baseada na criação de uma nova infraestrutura econômica e social. Esse grande programa de reformas tinha dois princípios fundamentais: o controle do planejamento de um desenvolvimento do estado a longo prazo; e a formação de um corpo técnico-administrativo capaz de executar os projetos.

A influência do cineasta pode ter sido usada como o instrumento político que ajudou o novo governo a consolidar a imagem do *Maranhão Novo* que se propunha a partir dali. Também é possível que Sarney projetasse uma certa credibilidade que justificasse o interesse de Glauber em produzir o documentário, já que o então candidato se elegeu a partir de um discurso que prometia se libertar e livrar o Maranhão da autoridade da oligarquia liderada pelo ex-governador Vitorino Freire. Ao traçar trechos do discurso com recortes da realidade social do estado, “Glauber buscava [...] as disjunções que se percebiam na realidade. [...] escrutinar as relações de paternalismo presentes no gérmen do colonizador no Brasil, na busca de um cinema enquanto arte revolucionária” (BRASIL, 2013, p. 5). Sempre é importante lembrar que Rocha foi o principal representante do Cinema Novo, movimento artístico, revolucionário e de orientação marxista, o que entra em conflito direto com a produção de *Maranhão 66*, apesar do prestígio internacional da obra, uma vez que ela não refletia as reais intenções do autor, de modo que sob Sarney, o Estado continuou burguês, oligárquico, corrupto e em condições de pobreza elevada.

**Figura 15:** frame do documentário *Maranhão 66*



**Fonte:** CINEMATECA BRASILEIRA (1966)

O frame acima que expõe pessoas de aparência frágil, corpos raquíticos e vivendo em condições de moradia precárias, tinha a função de mostrar o quão grave tinham sido os resultados dos anos *Vitorinistas* especialmente para os cuidados com a questão social no Maranhão e apelava para a necessidade de mudança de orientação política. No entanto, o mesmo método de análise poderia ser utilizado quase trinta anos depois, o que demonstraria a mesma inércia em termos de sensibilidade social por parte de governantes do período *Sarneísta*.

Uma evidência bastante concreta disso, são as imagens do documentário *A Caminho* (1990) de Joaquín Chávez Pelayo, que mostram camponeses sobrevivendo às custas de seu próprio esforço, sob auxílio da ação da Igreja Católica e dos sindicatos, que preenchiam os espaços esvaziados pela ausência do Estado.

No entanto, para Brasil (2013), apesar de ter sido um filme encomendado por Sarney, o trabalho não pode ser visto como uma produção que desvirtualiza a carreira de Glauber. Isso porque até mesmo nesse curta é possível observar marcas sutis de uma linguagem e alegoria críticas que mostram uma análise política da realidade maranhense que demonstra interesse em reescrever sua própria história sob a ótica do Cinema Novo. Existe ainda uma aproximação possível que combina elementos do Cinema de Rocha e o conceito de alegoria de Walter Benjamin, explicada na contraposição do discurso do jovem político com o momento político vivido em âmbito nacional em que a Ditadura impôs limites às representações de uma revolução brasileira através das artes.

Todavia, o que se percebe é que José Sarney acompanhou o ritmo da agenda político-econômica autoritária estabelecida a partir de 1964 no Brasil e soube tirar proveito da predisposição do governo central em investir no Maranhão e, portanto, o governador consolidou sua aliança com o sistema capitalista e começou a pôr em prática o que esse modelo de produção determinava:

Sarney incorporou na administração pública estadual, além de um secretariado, uma equipe composta de jovens técnicos, oriundos principalmente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), absorvendo também representantes das tradicionais elites. A dinâmica administrativa se caracterizou por uma tendência centralizadora do processo decisório e insulamento da burocracia, pautando-se na perspectiva do desenvolvimento e da modernização. A programação governamental estava centralizada no Grupo de Trabalho de Assessoria e Planejamento – GTAP – com grande parcela de poder. Em 1967, o GTAP se converteu na SUDEMA (Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão) com as funções de planejamento e programação financeira, além de repasse e controle dos recursos. (GUILHON, 2007, p. 16)

Ainda de acordo com a autora, a Era Sarney só se fortaleceu enquanto instituição informal da política local, por conta da inexpressividade de uma figura de oposição suficientemente capaz de medir forças com a autoridade da nova representação oligárquica do estado. Além disso, o Vitorinismo também enfraquecia, muito em função de mais dissidências que se aglutinavam ao crescente Sarneísmo<sup>40</sup>. E por fim, a pauta modernizadora e

---

<sup>40</sup> Esse agrupamento político-ideológico pode ser compreendido como um produto de fatores internos e externos aos conflitos da política maranhense nos anos 1960. Por um lado, se apresentava como uma alternativa considerada progressista em relação ao aspecto clientelista e mandonista do período vitorinista. Por outro, significava um



desenvolvimentista esteve sempre a frente das orientações passadas aos sucessores e herdeiros políticos de José Sarney. (GUILHON, 2007)

Até aqui o debate sobre a trajetória da política no Maranhão desde o início da segunda metade do século passado tem sido importante para pensar o contexto da implementação de projetos como a silvicultura no estado, sob o ponto de vista histórico. Mas além disso, uma outra reflexão se impõe, que é a necessidade de compreender a atuação conjunta entre política e natureza e não somente como vertentes apostas que de uma forma ou de outra, recaem sobre a vida em sociedade, uma vez que os estímulos às iniciativas modernizadoras e desenvolvimentistas do governo estadual durante esse período, implicaram também em um amplo desgaste aos recursos naturais maranhenses. Nesse sentido, como destaca Latour:

A importância histórica das crises ecológicas não vem a ser mais do que uma nova preocupação com a natureza mas, ao contrário, da impossibilidade de imaginar por mais longo tempo uma política de um lado e uma natureza do outro, que lhe serviria, ao mesmo tempo, de padrão, de cinzel, de reserva, de fonte e de descarga pública. Bruscamente, a filosofia política se encontra face a face com a obrigação de internalizar ambiente que ela, até aqui, considerava como um outro mundo, tão distinto quanto a física sublunar dos Antigos poderia sê-lo, antes de Galileu e sua física celeste. Como a política humana percebe que não possui mais nem reserva e nem descarga, todo o mundo vê claramente, não mais que seja necessário, enfim, ocupar-se seriamente da natureza como tal, mas ao contrário, que não se pode deixar a reunião dos não-humanos cativos sob os auspícios apenas da natureza como tal. (LATOURE, 2004, p. 115/116)

Assim, refletir a ação humana sobre as transformações da natureza em si se constitui um passo importante para o trabalho do historiador. Essas transformações e preocupações emergem em um tempo o qual se convencionou chamar de *modernidade*, apesar de suas contradições, conforme esboçamos no início do primeiro capítulo. Ao considerarmos esse conceito apenas do ponto de vista semântico, pode-se dizer que “a expressão *tempo moderno* - ou história nova - carrega consigo um lastro de conseqüências, resultantes da criação do conceito de Idade Média” (KOSELLECK, 2006, p. 271). Com isso o autor dá pistas de que a denominação inicialmente se apresentava apenas como mera necessidade de rompimento com uma época em que posteriormente passou a ser vista com um olhar pejorativo. Essa mesma *modernidade* também pode ser compreendida como uma desvalorização da experiência histórica em detrimento de um horizonte de expectativas que desde as ideias de progresso surgidas no contexto da Revolução Francesa no século XVIII, vinha ganhando espaço consideravelmente,

---

asseguramento dos interesses da ditadura empresarial-militar no âmbito local, já que Sarney foi eleito pela Aliança Renovadora Nacional – ARENA, no contexto das disputas bipartidaristas autoritariamente impostas pelo Executivo Nacional. Apesar disso, a eleição do governador também refletia apoio popular às propostas de avanço econômico no estado (GUILHON, 2007)

colidindo com a ascensão conservadora do neoliberalismo do século XX (KOSELLECK *apud* FONTES, 2019). Esse cenário de fortalecimento da ideologia neoliberal também coincide com o momento de estruturação do modelo de economia global, onde ficavam de lado os anseios de uma economia isolada dentro dos limites das fronteiras políticas, abrindo espaço para era de maior interdependência entre as economias globais (DINIZ, 2016).

Mas apesar de todo o esforço político-econômico, somado ao fortalecimento do Neoliberalismo na América Latina a partir dos anos 1980 – ou em razão disso – a melhora perseguida em relação aos indicadores sociais e de infraestrutura no Maranhão nunca foram verdadeiramente alcançados. Muito pelo contrário<sup>41</sup>. A política de distribuição agrária que se esperava da Lei Sarney de Terras gerou um movimento de grilagem que beneficiou o empresariado e reforçou uma onda migratória da mão de obra de pequenos proprietários que conforme dito no documentário *A Caminho* (1990), tornou o estado uma “terra boa que cearense descobriu para escapar da seca”, em razão da sua riqueza natural e considerando o contexto da falta de chuvas em outras partes do Nordeste. Segundo dados catalogados a partir de fontes paroquiais sobre a migração para o Maranhão entre 1930 e 1970, “o estado do Ceará aparece como segundo maior estado de naturalidade dos migrantes nordestinos residentes no Médio Mearim, 18,82%, totalizando 561 homens e mulheres.” (FERREIRA, 2015, 73).

O documentário foi produzido pela Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção, de Bacabal – MA e mostra o cotidiano de populações rurais vivendo sob áreas de influência do rio Mearim em condições ainda pouco diferentes quase trinta anos depois do trabalho de Glauber Rocha. Para além disso, essa produção revela a ineficiência da ação governamental em relação às demandas do campesinato, demarcando suas resistências diante dos desafios à sobrevivência e o avanço de seguimentos da Igreja Católica sob a liderança em atividades de enfrentamento ao crescimento do capitalismo no campo, a exemplo da formação de sindicatos rurais. Uma presença que contribuiu para a viabilização de outras iniciativas importantes como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Ação Católica Rural que desempenham funções de amparo aos interesses do trabalhador do campo através de ações efetivas e conservação de documentos.

Dessa forma, pensar a questão do trabalho nos desertos verdes passa primeiramente por um debate sobre o imaginário de progresso e desenvolvimento que influenciam a tomada de decisões dos sujeitos ao se verem sob promessas segundo as quais a recusa ao trabalho braçal

---

<sup>41</sup> Ver dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos estados brasileiros até 2010 no capítulo 1, página 52.

do campo se impõe em relação às vantagens da adesão ao regime do mundo fabril, o que a priori, tensiona os interesses do trabalhador. A mudança radical envolve uma série de questões como reflexões sobre o tempo do relógio e o tempo da natureza, além da disciplina no cumprimento de jornadas de trabalho.

A seguir a discussão transita por uma reflexão a partir do conceito de *Racismo ambiental* combinado aos caminhos que fizeram do Maranhão o espaço onde a silvicultura se consolidou, levando em consideração aspectos como as condições de sobrevivência nos ambientes de convívio e nos locais de trabalho, além das consequências ambientais provocadas pelo eucalipto e cujos efeitos são sentidos principalmente pelas populações pobres e não-brancas.

Torna-se necessário também discutir um tipo de violência que aflige o mundo rural no Brasil e que nesse caso específico se manifesta por meio da escravidão contemporânea em fazendas de eucalipto no Cerrado. Sinal claro de que a silvicultura incorpora aspectos do agronegócio tradicional no Maranhão. É uma estrutura que opera de modo organizado, desde a arregimentação de trabalhadores até às estratégias que garantem a perpetuação do sujeito em situação de cativo, por meio de abusos e fraudes no processo de contratação, deixando uma grande interrogação quanto ao futuro que está à frente.

#### **4.1. O imaginário do mundo fabril**

Em primeiro de janeiro de 2007, chegou ao poder, no executivo estadual do Maranhão o ex-prefeito de São Luís, Jackson Lago. Uma eleição que manteve rompido por pelo menos dois anos, décadas de domínio Sarney. A mudança também representou um alívio principalmente para as populações camponesas que através de entidades organizadas, apoiaram a campanha do governador. Em entrevista seis meses depois da posse de Lago, o presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão – FETAEMA dizia estar satisfeito com o trabalho do governador, cuja história de luta e parceria com os movimentos sociais além da promessa renovada de elevar o estado ao pleno desenvolvimento, teriam sido as condições que fizeram a Federação abraçar sua candidatura.

Quando questionado sobre o que esperava dos próximos passos do governo Lago em relação ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Chico Sales respondeu o seguinte:

Eu diria que a indicação do deputado estadual e ex-presidente da Fetaema, Domingos Paz para a Secretaria de Estado da Agricultura foi bem significativa. Pela primeira vez se escolhe para o cargo uma pessoa que vem do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que conhece a realidade do campo, desde o sofrimento às aspirações da sua gente. Além do mais na Seagro está o Iterma, órgão responsável pela a regularização das terras

devolutas aos posseiros e agricultores familiares, quilombolas, etc. Também está no Sistema Estadual de Agricultura, o Nepe - que executa os programas Crédito Fundiário como complemento de ações da Reforma Agrária, o Prodim - Programa de Combate a Pobreza Rural e a recém-criada Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (Agerp), que terá um papel importante na produção de alimentos no meio rural do Estado. (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares - Contag, 2007, p. 2)

A fala de Sales reflete um forte posicionamento do mundo rural maranhense alguns anos antes da implantação da indústria de celulose no estado. E contraria a política até então adotada pelos governos de orientação *sarneyista* que apostavam em um desenvolvimento à base do trabalho assalariado à medida em que cresciam as concentrações de terra, a grilagem e as injustiças sociais sobre o homem do campo. Fica evidente que as demandas da classe trabalhadora rural foram deliberadamente ignoradas em função dos efeitos da Lei Sarney de Terras, que atraiu empreendimento empresariais, quando na realidade as famílias lutavam por uma distribuição justa de terras, onde pudessem viver da agricultura familiar e assim se manterem afastadas das condições impostas pelo mundo das fábricas. Do ponto de vista prático, essa lei destituiu do pequeno agricultor, qualquer possibilidade de acesso à terra e conduziu-o à condição de alienação da força de trabalho em favor dos verdadeiros beneficiados com essa política agrária: o grande proprietário.

É bem verdade que esse debate sobre disputas por terras já foi feito no primeiro capítulo. Mas assim como não é possível separar a questão das *Guerras pela Água* da condição de acesso à terra, a discussão sobre a garantia do trabalho e a autogestão sobre desenvolvimento social passam também pelo conflito em torno do controle fundiário. Nesse sentido, a estratégia da entidade sindical era promover a união entre o estado e os municípios e fortalecer os órgãos do governo através de mobilizações no sentido de pressionar ou estar à frente do controle dos projetos que atendiam aos interesses das populações do campo. A participação nos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável também era uma determinação importante, mostrando que a preocupação com o meio ambiente devia ser algo indispensável. (CONTAG, 2007)

Porém os novos planos a respeito de crescimento socioeconômico não duraram muito. Como aparece no final da seção *A água como mobilizadora da fronteira* do capítulo 2, em 2009 Jackson Lago e seu vice tiveram o mandato cassado pela Suprema Corte Eleitoral a partir de uma acusação de abuso de poder político durante as eleições de 2006. Com isso, Roseana Sarney que tinha ficado em segundo lugar no pleito, assume o poder demarcando o retorno da oligarquia ao cargo do executivo estadual maranhense. Assim, com pouco mais de um ano de mandato, a nova governadora não só conseguiu a reeleição em 2010 como também pavimentou

o caminho da indústria de celulose na região do Tocantins Maranhense<sup>42</sup>, um projeto que atraía a simpatia tanto da imprensa local como dos jornais de grande circulação.

De acordo com um estudo feito em 2005 sobre a capacidade de geração de postos de trabalhos por parte do setor da silvicultura, os números que tratam da criação de novos empregos são sempre usados pelas empresas para convencer os governos e as populações a investirem e aceitarem os empreendimentos. E isso explica porque esses dados são sempre apresentados principalmente em palestras e nos noticiários. Além disso, outro artifício usado pelas empresas para parecerem mais atraentes é se desvincilharem da imagem de exploração econômica das plantações, geralmente substituindo esse termo por *setor florestal*. Porém o estudo reforça que monoculturas de eucalipto e pinus nada têm a ver com o real sentido de *floresta* e que isso acontece porque esse “é um termo positivo, que influencia a opinião pública, muito mais do que ‘plantação’.” (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 2005).

Ainda segundo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2005) durante os anos 1970 os empregos gerados pelo eucalipto se concentravam na preparação de mudas, plantio, capina e corte, trabalhos realizados de forma inteiramente manual. Mas já a partir dos anos 1980 as funções desempenhadas por máquinas começavam a ganhar espaço em meio aos desertos verdes e em 1984, 30% da colheita era feita através de instrumentos mecânicos. Na indústria a situação parece ter acompanhado um ritmo semelhante. Utilizando como referência as informações sobre contratações feitas pela Aracruz no Espírito Santo, os pesquisadores mostraram que entre 1989 e 1997 as estatísticas em relação à produtividade aumentaram, enquanto o número de pessoas trabalhando diminuiu, embora o cálculo não tenha considerado os empregados terceirizados.

Em setembro de 2012 a Folha de São Paulo anunciava que a cidade de Imperatriz – MA estava prestes a concluir as obras da fábrica cujo valor estimado equivalia a três vezes o número do Produto Interno Bruto – PIB do município. Quatro mil e quinhentas pessoas até o momento tinham recebido treinamento para operar o maquinário, mas a Suzano esperava atingir a marca de 9.000 empregos gerados no ápice da produção industrial. Ainda de acordo com a reportagem, o prefeito atribuía o aumento da movimentação no setor de serviços e da construção civil à chegada do empreendimento silvícola na região, que inclusive incentivou a implantação de um Shopping com mais de 150 lojas na cidade. Isso mostra que o capitalismo que cada vez mais adentrava o campo brasileiro procurava não só fixar raízes por meio da criação de um corpo de funcionários leais ao trabalho assalariado, como também estabelecia uma estrutura comercial e

---

<sup>42</sup> MARANHÃO (2020)

financeira que projetava uma imagem de que a comunidade alcançava o progresso e o desenvolvimento.

As interferências no direcionamento educacional também refletem esse posicionamento. Em 2013 estava prevista a instalação de novos cursos de ensino superior na região de Imperatriz e as instituições de ensino técnico firmavam parceria com a Suzano para oferecer à população, itinerários formativos vinculados ao trato na produção de celulose. De acordo com CHÃ (2018, p. 62) “as condições precárias da infraestrutura das escolas públicas do campo de nível fundamental e médio, a escassez de recursos [...], a carência de qualificação adequada do corpo docente [...] tornam esse espaço vulnerável [...]” às influências das propagandas financiadas pelo setor agroindustrial. A ausência de um histórico de atividade fabril significava a falta de uma mão de obra preparada para as funções, o que justificava os investimentos na formação de profissionais nas áreas de montagem industrial, serviços e construção civil. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012).

Picoli (2006) entende que a presença de empreendimentos como esses em áreas da Amazônia brasileira representa a formação de diferentes grupos de trabalhadores. Aqueles que estão entre expropriados e marginalizados; os que se configuram entre marginalizados e explorados, e, finalmente o agrupamento dos que estão entre explorados e superexplorados. O autor diz que isso é possível graças aos incentivos fiscais do Estado e pelos métodos de conquistas adotadas pelo capitalismo para atingir essas regiões. Dessa forma, o cenário contribui para a definição do que ele denomina de capitalismo periférico, que se corresponde com o capitalismo de centro por meio da transferência de estratégias de exploração. E assim os alcances da busca pelo lucro são controlados em função das flutuações das massas de sujeitos postos em situação de reserva pela necessidade criada de ingressar no mercado de trabalho formal, o que pode ocorrer dentro do próprio território em que esse excesso se fixa, sem necessariamente exigir o fluxo de mão de obra entre os Estados.

Portanto, a força de trabalho na Amazônia é resultado de um processo de marginalização social da região. São sujeitos que procuram garantir a subsistência e se reproduzem enquanto força de trabalho ulterior. O setor madeireiro<sup>43</sup> particularmente, em razão de condições históricas, é um grande articulador da transição do homem do campo para a proletarização, já que por muito tempo, esses indivíduos foram postos em evidência ao superarem as dificuldades que os tornaram vítimas, por exemplo, do fenômeno da migração. O cotidiano desses

---

<sup>43</sup> Setor madeireiro e setor da silvicultura não são a mesma coisa. Nos apropriamos deste exemplo do autor apenas para fins de compreensão da situação apresentada, em razão das semelhanças entre os dois modelos de exploração da natureza amazônica.

trabalhadores denota diferentes estágios de submissão em relação ao processo produtivo. A superexploração é o mais alto nível dessa escala, o que significa que o capitalismo detém uma classe trabalhadora dependente e que consegue sem muitas dificuldades manter a reprodução do capital e da força de trabalho. (PICOLI, 2006)

Sobre o papel do trabalho assalariado enquanto fio condutor dos parâmetros a serviço dos mega projetos fabris em áreas do interior do Brasil, no sentido de estimular o interesse das populações do campo, do ponto de vista histórico destaca-se que:

A explicação para essa tendência ao trabalho assalariado permanente é, em boa medida, associada à questão de como o trabalho assalariado pode gradualmente ter-se estabelecido em setores econômicos cada vez maiores, tendo em vista que essa expansão teve como consequência inexorável o fato de o trabalho assalariado não mais se referir principalmente a atividades temporárias. Na literatura especializada, diversos fatores são propostos como causa. [...]: as inovações tecnológicas, a centralização dos Estados e o aumento da oferta de mão de obra. (LINDEN, 2013, p. 56)

Em que pese a importância do trabalho formal, sob condições que, pelo menos em tese, proporcionem dignidade e segurança aos sujeitos, é preciso lembrar que o programa protótipo, anterior à fábrica da Suzano em Imperatriz, nos anos 1990, já despertava desconfianças em relação às promessas de criação de emprego na região. A cartilha Nº 3 do *Seminário Consulta Carajás*<sup>44</sup> mostrava essa preocupação através de um cálculo bastante simples. Com base no Censo Agropecuário do Maranhão de 1985, concluiu-se que das 35.000 pessoas vivendo nos quase 400.000 hectares desse município, uma distribuição igualitária de terras faria com que cada trabalhador recebesse pouco mais de 11 hectares. Ou seja, retomando novamente a questão, a reforma agrária era uma saída possível e eficaz. A expectativa era a de que o projeto CELMAR<sup>45</sup> criasse cerca de 1 emprego para cada 83,7 hectares considerando toda a cadeia de

---

<sup>44</sup> Iniciativa criada por meio da mobilização de setores da sociedade civil dos estados do Maranhão, Pará e Bahia, a exemplo de entidades sindicais e organizações de defesa dos direitos humanos. Seus articuladores se manifestaram de forma contrária à implantação do projeto CELMAR, a primeira proposta de produção de celulose de eucalipto na cidade de Imperatriz – MA, justificando, entre outras alegações, a inviabilidade do projeto com a manutenção do modo de vida do pequeno agricultor e questionando o discurso da geração de empregos

<sup>45</sup> Programa de investimentos em plantação de eucalipto e fabricação de celulose no Maranhão, ancestral à indústria da Suzano e vinculado à então Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. Na conjuntura do final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 o Projeto Grande Carajás – PCG realizava estudos cujo principal objetivo era buscar condições e potencialidades de partes dos territórios do Pará e Tocantins, que fossem capazes de oferecer alternativas para ampliação de segmentos do agronegócio, madeira, mineração e silvicultura (PROGRAMA GRANDE CARAJÁS, 1987). Atrelado à época dos avanços da ditadura empresarial-militar sobre a Amazônia e ainda sob os efeitos da Lei Sarney de Terras, a CVRD envolveu a parte ocidental do Maranhão, tornando-o um fornecedor de matéria-prima para a indústria de manipulação de minério no Sudeste do Pará. – Trataremos melhor desse assunto na seção 4.3. *Trabalho escravo em fazendas de eucalipto*. – Com o arrefecimento do propósito silvícola inicial, a Suzano adquiriu 80 milhões de hectares do projeto CELMAR no final dos anos 2000 (ECODEBATE, 2010)

produção, mas ao demarcar somente os postos de trabalho na área florestal, a proporção diminuía em 1 ocupação fixa para cada 75 hectares.

Era esperado que a fase da edificação da indústria acarretasse a aproximação de uma massa de trabalhadores, atraídos pela oferta de empregos temporários, gerando assim, um súbito aumento populacional incapaz de ser acompanhado pela infraestrutura da cidade que, por sua vez, seria levada ao colapso. Passada a efemeridade dessa proletarização, restariam a criminalidade, a marginalização dos sujeitos e a miséria. Além dos mais de 2000 postos de trabalhos diretos nas áreas industrial, administrativa e florestal, outros 7500 empregos indiretos eram previstos principalmente na etapa da implantação. (Seminário Consulta Carajás, 1994) Embora seja problemático fazer essa associação entre falta de trabalho e transgressão social, é prudente estabelecer a ressalva de que essa dinâmica dos desalentados pode ser melhor compreendida como uma questão de ordem pública em áreas urbanas.

O quadro a seguir apresentado pela comissão executiva da organização no contexto das discussões em 1994, mostra os números do que se esperava ser o reflexo da criação de empregos na região em decorrência dos empreendimentos industriais da Companhia Vale do Rio Doce/Projeto CELMAR.

**Figura 16:** proposta de criação de empregos pelo Projeto CELMAR

<b>Empregos Diretos</b>		
<b>CVRD,</b>	2.700	na área florestal
<b>Fev/1991</b>	800	no setor industrial
	3.500	total
<b>CELMAR,</b>	1.200	na área florestal
<b>Jan/1993</b>	725	no setor industrial
	225	na administração
	2.150	total

**Fonte:** SEMINÁRIO CONSULTA CARAJÁS (1994)

Esses dados foram disponibilizados pelas próprias corporações e trazem informações anteriores à elaboração da cartilha. É possível dizer que isso acontecia porque os dirigentes do *Seminário* faziam projeções que mostravam que as promessas apresentadas pelas empresas além de não representar o progresso que se imaginava, aprofundariam as condições sociais de sobrevivência das populações diretamente envolvidas no projeto. Já nas projeções não se tinha



a expectativa de aumento da geração de empregos, como se observa na figura 2. Na realidade, o que se esperava era que houvesse uma diminuição relevante desses números depois de dois anos, o que pode ser explicado também pela superação do momento mais crucial de instalação do empreendimento: a fase do desmatamento.

Mas não foi só na região tocantina maranhense que a indústria de celulose apostava na retórica do desenvolvimento progresso e na ampliação de ocupações assalariadas. Em razão da proximidade e por ter uma influência sobre a área do médio Parnaíba maranhense, a promessa de implantação da fábrica da Suzano que antes de Imperatriz fora pensada para Palmeirais – PI<sup>46</sup>, alimentou durante algum tempo a esperança de que fosse possível alcançar melhorias na infraestrutura e geração e riqueza nas comunidades urbanas e rurais através da intervenção do setor privado. Para compreender melhor o cenário, entrevistamos dois moradores da cidade de Matões que nos trouxeram relatos de como enxergavam o influxo da empresa sobre a região. Durante a conversa com Francisco, um pequeno proprietário rural, na época com 47 anos, os sonhos e os projetos para o futuro acabam lhe escapando ao narrar uma das principais perspectivas anunciadas pela empresa. A ponte que seria construída sobre o rio Parnaíba, uma demanda há muito tempo reclamada pelas populações de Matões e Parnarama, completaria o caminho para Palmeirais:

Francisco: Ela comprou [as terras] no objetivo de prantar. É... que era pra plantar eucalipto que diz que iam fazer uma... uma bicha de fazer papel... comé que chamam aí?

Rairan: Uma indústria né?

Francisco: Isso, uma indrústa de fazer papel [...] o objetivo dela era esse aí.

Francisco: É, falaram que ia ser em Palmeirais [...] falaram que ia fazer até uma ponte lá em Palmeirais, no rio Parnaíba...

Rairan: De Parnarama pra Palmeirais né isso?

Francisco: Isso! É... Isso! E que iam fazer a sede lá em Palmeirais

Nesse caso, os interesses pessoais se misturam ao interesse público. A garantia de um trabalho assalariado para o sujeito, parentes e amigos, somada à aplicação de melhorias estruturais que dariam sentido e viabilizariam mais ainda o alcance desse objetivo. A expectativa era que o empreendimento criasse cerca de 2500 empregos diretos e 15 mil indiretos, sob investimento de R\$ 3 bilhões (JORNAL CIDADE VERDE, 2012). Mas é preciso estar atento e não colocar o entrevistado num lugar de sujeito passivo, a ponto de ser ingênuo e não conhecer o que de fato significa o assédio do mundo fabril e o que ele representa para os

---

<sup>46</sup> Já tratamos sobre as razões dessa mudança no capítulo 1.

trabalhadores, sobretudo aqueles do ambiente rural e de núcleos urbanos de pequeno porte. Farge (2011) nos alerta para a necessidade de ter cuidado ao analisar os testemunhos de indivíduos em condição de pobreza. Normalmente o que é dito por eles pode vir carregado de emoções e exotismos que nos conduzem a uma conclusão de inocência muitas vezes invalidadas pelas próprias estratégias de sobrevivência dessas pessoas.

E é nesse contexto que abrimos espaço para a entrevista que realizamos com Ramiro Bastos, homem branco, 42 anos, morador de Matões e que durante sete anos prestou serviços para a Suzano como agente florestal. No decorrer da conversa ele rememorou com uma expressão de contentamento a época em que recebeu um tipo de promoção funcional, nos primeiros anos como funcionário da empresa, o que o levou ficar por mais ou menos quatro anos longe da sua família:

Aqui, é eu co... eu comecei qui em Matões e aí depois aparece... depois de quatro anos apareceu a oportunidade de... de exercer outra função né, e aí eu consequentemente tive a sorte de... de subir uma nova função e aí trabalhei fora, e aí depois retornei, tiramos a madeira daqui praticamente toda pra... pra fábrica de Imperatriz e aí a gente, com o fim do ciclo da madeira que ia pra Imperatriz, aí eu também fui... saí da empresa. (BASTOS, 2020)

No início da entrevista, quando provocado, ele destaca com um certo orgulho o grau de escolaridade que lhe fizera alcançar um posto de trabalho no mundo fabril, dando a impressão de que aquilo para ele tinha muito valor. Ao logo da conversa ele dava pistas de como lamentava o fato de o projeto da indústria de Palmeirais não ter avançado, pois recordava de como a expectativa dessa chegada tinha sido boa para as pessoas ao seu redor, sobretudo para seus familiares, pequenos comerciantes que sentiam um aumento na circulação de pessoas que procuravam opções de lazer. Ele destacava os episódios em que seus colegas de profissão frequentavam o estabelecimento principalmente para jogar sinuca. Desviava das incursões de fazê-lo refletir sobre em que medida aquilo significava uma alienação da força de trabalho e até que ponto mexia com a autoestima das populações. Cenário que traz similaridades com o processo histórico de orientação burguesa que construiu uma imagem do trabalho que se contrapunha à ideia de ócio e que contribuiu para a formação da classe trabalhadora inglesa. De acordo com essa perspectiva, o trato direto com atividades produtivas que durante muito tempo fora tido como um elemento avesso à nobreza, é transformado ao ponto de não ser mais considerado uma herança da indigência, e sim um meio de acesso à fortuna e essa noção exerce uma influência sobre populações vulneráveis ao assédio do mundo fabril. (BRESCIANI, 2013)

Apesar de todos os elementos de convergência, é preciso reconhecer que a situação demarcada por Bresciani (2013) reflete a cenários urbanos, enquanto no contexto maranhense

a busca pela mão de obra se dá especialmente em espaços rurais, que antes de tudo, espolia o trabalhador de suas terras e de sua autonomia em relação ao trabalho, sempre evidenciando que os principais afetados são uma maioria de não brancos.

#### **4.2. Racismo ambiental e condições de trabalho no Maranhão**

O conceito de *Racismo Ambiental* emergiu pela primeira vez quando foi utilizado pelo reverendo Benjamin Chavis, no âmbito das demandas defendidas pelo Movimento Negro nos primórdios da década de 1980 para denominar a aplicação deliberada de ações e projetos econômicos e de infraestrutura por parte de governos e iniciativa privada, sobre áreas ocupadas majoritariamente por pessoas pretas, causando desequilíbrio ambiental e perturbação da ordem social nos Estados Unidos.

No Brasil a definição segue o mesmo sentido, porém procurou se adaptar para dar conta da realidade social do país, marcada pela desigualdade, exploração econômica e ambiental, além do racismo de forma geral:

O conceito de racismo ambiental diante da realidade brasileira deve contemplar a análise dos relatos de degradação social, cultural e ambiental em que estão imersas comunidades inteiras por pressões historicamente impostas inclusive significando exclusão hídrica. [...] O racismo ambiental aprofunda a estratificação de pessoas (por raça, etnia, status social e poder) e de lugar (nas cidades, bairros periféricos, áreas rurais, reservas indígenas, terreiros de candomblé, comunidades quilombolas, marisqueiras e pescadores). O próprio ambiente do trabalho aponta para a exposição desproporcional e elevada de determinadas categorias de trabalhadores que se expõem às insalubres condições de trabalho e de segurança. (ROCHA; SANTANA FILHO, 2008, p. 35)

Dessa forma, no final dos anos 2000, o avanço das monoculturas de eucalipto já demarcava uma preocupação com a questão racial. Foram inclusive criadas iniciativas, como a Rede Alerta contra os Desertos Verdes que monitorava a indústria de celulose na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e o Fórum Social de 2005 para tratar dessa problemática no Rio Grande do Sul. Nessa época já existia um debate a respeito de como esse tipo de empreendimento marchava em direção ao Piauí, Pará e Maranhão, onde inicialmente se extraía a madeira de eucalipto para a produção de carvão vegetal para fins de abastecimento da indústria siderúrgica<sup>47</sup>. (PACHECO, 2008) A MATOPIBA ainda não era institucionalmente reconhecida, mas o território começava a despertar discussões, sobretudo a respeito da consolidação das monoculturas da soja no Piauí, no Tocantins, no oeste da Bahia e no sul do

---

<sup>47</sup> Abordaremos na próxima seção como essas atividades eram realizadas muitas das vezes se utilizando de mão de obra escrava, cujos sujeitos quase sempre se alinhavam a um perfil étnico-racial não branco.

Maranhão, atingindo a atividade extrativista das quebradeiras de coco, comunidades indígenas e quilombolas. (ROCHA; SANTANA FILHO, 2008)

Segundo Pacheco (2008) os discursos que exaltam o progresso convencem as comunidades afetadas pelas investidas do capital e pelas ações governamentais, e especialmente no caso do eucalipto, não esclarecem o que está por trás de uma planta tão devastadora. Os desertos verdes estão associados a despejo indiscriminado de agrotóxicos, contaminação e esgotamento dos recursos hídricos, além da esterilização da terra e da interrupção dos ciclos biológicos naturais, como a fauna e a flora. Com isso, a conquista do emprego formal e de melhoramentos estruturais nas periferias do país, como é o caso do interior do Maranhão, não são suficientes para conter os danos trazidos pela falta de água para beber, pela ausência de peixe para se alimentar e pela perda de terras para plantar. Nesse sentido, compreender a situação de injustiça ambiental no estado passa também por uma reflexão envolvendo o pensamento decolonial, uma vez que isso tem a ver com deslegitimar a produção intelectual e subestimar características da cultura ancestral da região. E assim, os principais focos de exploração no Sul global pós-independente, alcança preferencialmente “os membros das ‘raças’, das ‘etnias’ ou das ‘nações’ em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante.” (QUIJANO, 2006, p. 417)

O Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da Fiocruz fez um levantamento em 2013 que identificou os principais causadores de situações que configuram a prática do *Racismo Ambiental* no país. A pesquisa mostrou também as categorias de populações atingidas, evidenciando que os não-brancos suportam as consequências ambientais de empreendimentos e políticas públicas de intervenção econômicas com mais frequência:

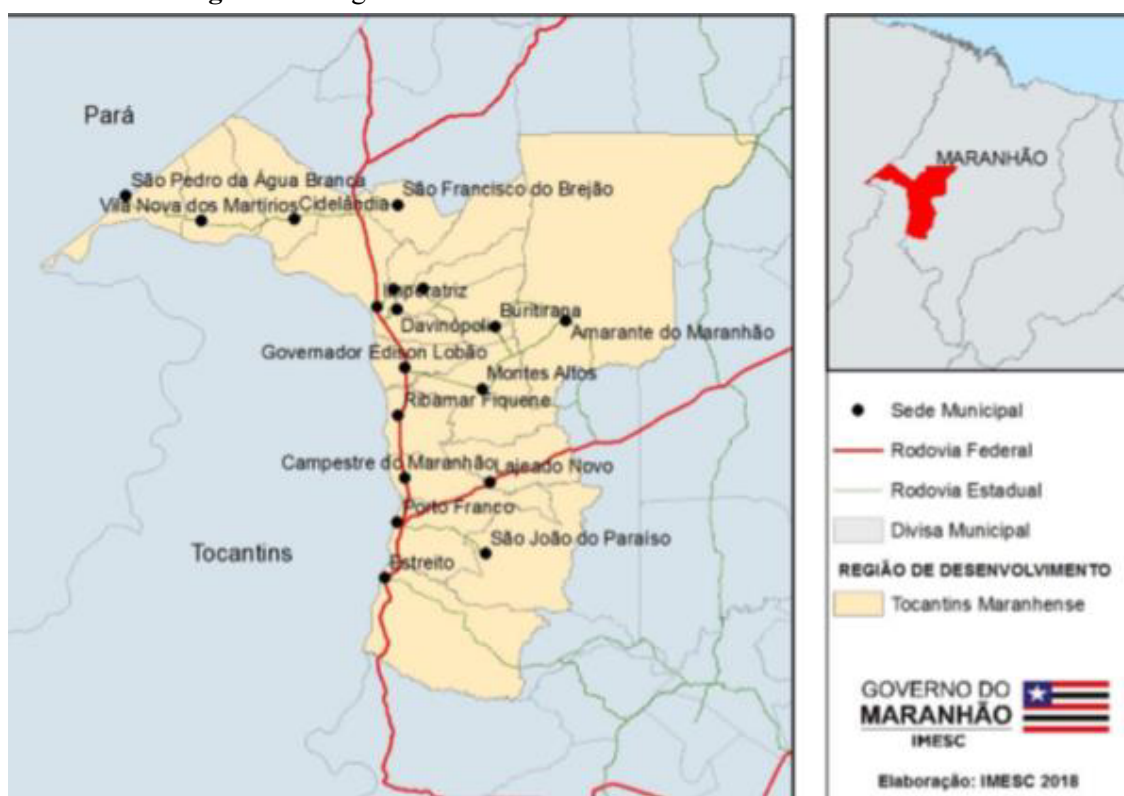
**Figura 17:** Principais causadores e vítimas de Racismo Ambiental no Brasil

Populações atingidas	Povos indígenas	Quilombolas	Pescadores artesanais	Moradores de locais inóspitos	Total
<b>Causadores</b>					
Atuação de entidades governamentais	48	36	19	22	125
Monoculturas	35	24	7	1	67
Políticas públicas e legislação ambiental	18	12	9	12	51
Minação, garimpos e siderurgia	14	8	9	17	48
Barragens e hidrelétricas	20	10	11	6	47
Madeireiras	25	6	2	1	34
Indústria química e do petróleo	2	1	4	18	25
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>97</b>	<b>61</b>	<b>77</b>	<b>397</b>

**Fonte:** PORTO; PACHECO; LEROY (2013)

Observa-se que a atuação de entidades governamentais é a principal causa geradora de situações de racismo ambiental no Brasil e isso pode ser explicado a partir do alinhamento que órgãos ligados aos poderes públicos mantêm com o setor privado, em benefício do capital. Ainda assim, as monoculturas ocupam lugar de destaque nessas estatísticas, respondendo pelo segundo maior número de conflitos demonstrados no Mapa, alcançando especialmente povos indígenas e comunidades quilombolas. Entendemos que esses dados contemplam muito bem as disputas ocorridas no Maranhão, uma vez que ao se firmar no estado em 2014, a Suzano atraiu os olhares do mundo em sua direção, se tornando a terceira maior produtora de celulose do planeta e, estando instalada em meio a um território marcado por fortes reminiscências de raízes africanas e indígenas, é natural que a empresa encontre resistências ao seu projeto de desenvolvimento, sobretudo em razão das lutas pela manutenção das tradições, pela proteção ambiental e pela continuação da existência.

**Figura 18:** Região do Desenvolvimento do Tocantins Maranhense



Fonte: IMESC, 2018

Os planos de regionalização do Maranhão elaborados pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC de 2008, 2018 e 2020, sempre apresentaram como metas de desenvolvimento a serem alcançadas no Médio Parnaíba<sup>48</sup>, a

<sup>48</sup> Inclui os municípios de Timon, Matões, Parnarama e Buriti Bravo.

melhoria nos investimentos em iniciativas de proteção ambiental e programas de criação de postos de trabalho. Além disso, os projetos industrial e agroindustrial permaneceram sendo apontados como as principais potencialidades da região. Apesar de seu caráter não impositivo, uma vez que a função dessa entidade estadual é apenas traçar um panorama do território com base em critérios sociais, geográficos, ambientais e econômicos, as recomendações desses documentos entravam em conflito com as condições de trabalho definidas por um regime orientado pelas leis da natureza e que caracterizavam a região até antes da modernização agrícola que abriu caminho para as monoculturas de eucalipto. As roças, as vazantes e os pequenos estabelecimentos agropecuários eram os recursos produtivos e de sobrevivência que apresentavam as realidades social e geográfica da região, complementadas por atividades ligadas ao artesanato, extrativismo, pesca e o pequeno comércio nas áreas urbanas.

De acordo com dados do Censo Agropecuário, entre 2006 e 2017, no município de Parnarama, o maior em extensão territorial entre os quatro que formam o Médio Parnaíba Maranhense, houve redução significativa no número de estabelecimento agropecuários, nesses onze anos, o número caiu de pouco mais de 3600 para menos 1800 espaços de produção rural. A maior redução foi na categoria de arrendatários que eram a grande maioria, alcançando um índice de 1425 no início e chegando ter menos de 400 no final do período. Antes não havia informações sobre a formação étnica da população envolvida no trabalho no campo. No máximo o que se podia notar era que os homens eram a grande maioria em relação às mulheres. Mas com a evolução dos mecanismos de pesquisas, aprimorados pelos órgãos públicos, as estatísticas constataram que grande parte desses trabalhadores se identificavam como pardos, seguido por um pequeno percentual de brancos e logo depois, por um índice não muito expressivo de pessoas que se consideravam pretas. Almeida (2009) chama de *terras de preto* espaços doados sem reconhecimento legal ou concessões estatais feitas a famílias de ex-escravizados em retribuição a trabalhos prestados. Terras que são mantidas pelos descendentes ao longo de gerações. No Maranhão compreendem áreas da Baixada Ocidental, dos vales dos rios Mearim e Parnaíba, bem como territórios na divisa com o Piauí.

Compreender em que medida a exploração do eucalipto impacta as condições de trabalho no Maranhão, impõe a necessidade de olhar com mais precisão quais são as prioridades das populações que vivem da terra, do ponto de vista alimentar. Essa análise nos dá uma melhor dimensão do quão cruel é a monocultura ao oferecer a ilusão de que é possível suplantando a agricultura diversificada mantendo resultados ainda mais otimistas. “La diversidad tiene mucho valor ecológico y social, aunque no sea de provecho para la industria.” (SHIVA, 2008, p. 89) Castro (1984) em seu brilhante retrato sobre o cenário de fome no Brasil, caracteriza o que ele

chama de *Área do Sertão do Nordeste*<sup>49</sup> como um lugar em que as pessoas pouco se beneficiam da farta oferta natural de frutas, especialmente em tratando de Cerrado. Uma situação que representa motivo de preocupação em relação à dieta do sertanejo. Mas isso não é meramente um capricho, existe uma explicação racional. Acontece que sob frequentes ameaças de secas, esses sujeitos ao longo do tempo deram preferência a cultivos de gêneros alimentícios que exigiam menos esforços e soluções mais rápidas em relação aos investimentos em pomares, que requerem cuidados maiores. E isso justifica, pelo menos em parte, o fato de a cultura local está associada à noção de trabalho que leva à colheita de itens como arroz, feijão, milho e batata.

Os índices sobre extração vegetal e silvicultura do IBGE dão conta de que em 2014, Matões aparece pela primeira vez entre os locais que respondiam por abrigar plantações de eucalipto no Brasil. Até 2018 a Suzano mantinha a ocupação de mais de 1000 hectares de terras destinadas a esse fim. Enquanto isso o Censo Agropecuária, em 2017 identificava que a produção de arroz no município, entre todos os itens produzidos em lavouras temporárias, foi a que mais se destacou, embora as plantações de milho se estendessem através de um número ligeiramente maior de espaços rurais. O arroz esteve presente em 1984 cultivos agrícolas, contra quase 2000 milharais. Foram mais de 2000 toneladas de arroz, 500 a mais que o volume de milho, que também se firmava como o segundo gênero alimentício mais produzido na região. Em 2006 os dados não contemplavam os números sobre a colheita de arroz, mas o feijão era o segundo item de lavoura em que mais se investia, sendo superado apenas pelos resultados do milho. Também nesse ano, o número de pessoas de 14 anos ou mais, ou sem idade mínima que trabalhavam nesses núcleos agrários, era da ordem dos 13 indivíduos e com avanço tecnológico ainda tímido no campo maranhense, apenas sete desses espaços operavam à base de tratores. Ao longo de pouco mais de dez anos, o número de trabalhadores se diluiu e se dividiu entre aqueles que possuíam ou não relações de parentesco com o produtor rural, que também centralizava o controle das terras. À medida que isso acontecia, a modernização agrícola ganhava força, principalmente através da implantação de máquinas e equipamentos que substituíam ferramentas tradicionais de trabalho.

Mais do que instrumentos de sobrevivência, as roças e a extração do coco babaçu compõem traços da cultura local. As memórias de Matões por exemplo, são atravessadas por relações sociais que expõem uma estrutura que reproduz aspectos de situações coronelistas, mantidas à base do trabalho rural. Em *As mamoranas estão florindo*, o autor narra suas próprias

---

<sup>49</sup> Da margem direita do rio Parnaíba ao norte, até o extremo sul do rio Itapicuru, passando por áreas centrais do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, totalizando mais de 650000 quilômetros quadrados. (CASTRO, 1984)

vivências em meio a um núcleo agrário da região, enquanto dá detalhes da dinâmica produtiva que orientava a vida das pessoas, como na seguinte passagem:

A primeira fase dos roçados é o desmatamento, ou derrubada, ou broca. A mata abatida, depois de feitos os necessários aceiros, é queimada, e encoivarada, a terra limpa para receber as sementes. O cercado, rudimentar, faz-se com o resto da madeira não consumida pelo fogo. Depois da colheita, as capoeiras permanecem fechadas até a retirada das raízes de macaxeira e da mandioca para a farinha. Até lá podem servir de pasto aos animais, uma vez que não se prestam para novo plantio enquanto a terra, com o tempo não se readube. Fora da roça, o caboclo vivia do babaçu. Toda a região é coberta de palmeirais imensos, nativos, que proliferam à vontade, sem qualquer plano de racionalização, em prejuízo da frutificação. [...] A extração das amêndoas era serviço das mulheres. Colocado o machado no chão, o cabo firme debaixo da perna, o coco era levado ao gume afiado e partido e repartido mediante certas macetadas. (RÊGO, 1985, p. 152/153)

Em dezembro de 2017, o território quilombola Cocalinho, em Parnarama – MA, sediou o VII Encontro da Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, reunindo mais de 90 coletividades, entre indígenas, quilombolas, pescadores, quebradeiras de coco, além de outros grupos. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, a razão para a escolha do local foi justamente o fato de a área estar sendo alvo de uma grande ascensão em casos de violações de direitos sociais e ambientais causadas pelo avanço e consequências das monoculturas de eucalipto, o que atraiu cerca de 500 pessoas de diferentes partes do Nordeste ao Encontro. Das doze nações indígenas maranhenses, oito marcaram presença em solidariedade a Cocalinho, entre elas os *Ka'apor* e os *Krepym*, sendo o tema do evento “*Nosso Território Sagrado: Bem Viver, Memória, Luta e Esperança*”.

Na ocasião, Leandro dos Santos, liderança quilombola da comunidade anfitriã, conversou com o CIMI e contou que Cocalinho era uma ilha verde sendo cada vez mais sufocada pelas pressões da silvicultura e que a Suzano fazia das águas da região, os recursos de primeira necessidade de suas monoculturas. Outra dificuldade apontada foi o afugentamento dos animais que antes preenchiam a paisagem do território. No entanto a resistência existia e ela se manifestava através, principalmente da manutenção de tradições ligadas a atividades de subsistência como a prática da extração do buriti e do coco babaçu, frutos que representam a imagem do Cerrado e do Meio Norte, área de transição entre o bioma berço das águas de importantes rios brasileiros, e a Caatinga. A comunidade também possuía seus próprios códigos de conduta, estabelecendo, entre outras coisas, a proibição da retirada de madeira do território para fins comerciais, regra que deixou de ser respeitada pelas autoridades políticas, ao não conter a chegada da silvicultura à região. Para Santos a importância da realização do Encontro servia para dar à Suzano e aos órgãos públicos uma demonstração de força e união dos povos



tradicionais na luta contra a monocultura e a todo tipo empreendimento com potencial destrutivo que marcha sobre organizações sociais não brancas. (Conselho Indigenista Missionário, 2017)

Ainda segundo CIMI, os debates realizados durante o encontro se deram à luz do conceito de *Bem Viver*, uma reflexão que consiste na busca por uma autodeterminação do ponto de vista político, medicinal e educacional, ou seja, tem a ver com o sentido da descolonização das culturas. Os *Ka'apor* que já detinham uma trajetória mais consolidada no que diz respeito ao restauro e preservação de hábitos e saberes ancestrais, se projetavam em uma posição que estimulava outras sociedades a também a recuperar e se estabelecer conforme suas próprias identidades. Seguindo esse princípio, os *Krepym* diziam que os grandes projetos empresariais têm como objetivo também a extinção das populações negras e indígenas, que são também os principais alvos da discriminação no Brasil.

Esse esforço em favor de mudanças epistemológicas tem a ver com a valorização da experiência, da ancestralidade e implica a retomada dos vínculos entre seres humanos e natureza não mais a partir de uma relação de subordinação, mas sim procurando estabelecer algum nível de igualdade entre ambos. Entre as reflexões que dão sentido a esse entendimento, destaca-se a compreensão de que “quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista.” (KRENAK, 2020, p. 49) A solenidade finalizou com uma carta aberta assinada pelos grupos sociais envolvidos, além de instituições ligadas as universidades, ONG's e entidades que acompanham a violência no campo, reafirmando a necessidade de lutar contra as investidas do grande capital e em defesa do território e dos saberes da natureza. Além disso, atribuíam os infortúnios de suas caminhadas às ações de empresas como a “Vale, Suzano, WTorres, Costa Pinto, associado ao poder judiciário, que segue criminalizando nossos movimentos, organizações e lideranças, determinando trágicos e injustificáveis despejos.” (Conselho Indigenista Missionário, 2017, p. 8)

É preciso esclarecer que Cocalinho está localizado na região de desenvolvimento do Médio Parnaíba Maranhense, que assim como o Baixo Parnaíba formava o eixo triangular que definia a dinâmica do eucalipto no Maranhão, sendo esses dois últimos espaços, as áreas onde eram feitos os plantios em larga escala e dos quais eram retiradas as madeiras que abasteciam a indústria de celulose em Imperatriz na região do Tocantins Maranhense.

A silvicultura ameaça a prática da quebra do coco à medida em que desmata ou limita o acesso a territórios em disputa entre a manutenção das monoculturas de eucalipto e a

conservação do extrativismo. Os babaçuais são revestidos em retorno financeiro principalmente através do comércio das amêndoas, uma transação já descrita na história de Matões, como sendo feita entre as quebradeiras e os donos das terras das quais o coco é retirado, o que é regulado por uma economia moral, para usar uma compreensão de Thompson (1998), segundo a qual o valor estabelecido na negociação não poderia ser tão baixo, sob pena de as trabalhadoras procurarem compradores no aglomerado urbano mais próximo. Gomes (2019) considera que as estratégias utilizadas pela Suzano no entorno das instalações da fábrica em Imperatriz para fazer acordos com as trabalhadoras, teriam o objetivo de garantir parcerias que subordinavam os interesses das quebradeiras à hegemonia da monocultura. Dessa forma, isso seria uma maneira de manter em silêncio suas possíveis reivindicações, já que o aparente estado de negociação impediria uma contestação vista como justa sobre violações aos termos celebrados em associação.

Mas ao contrário de Imperatriz, os municípios de Matões e Parnarama, distantes cerca de 600 quilômetros do epicentro da produção de celulose no Maranhão, enfrentaram diminuições vertiginosas nos números referentes à quantidade extraída e valor de produção do babaçu entre 2004 e 2021. (IBGE, 2021) Diferentemente do que aconteceu no entorno da fábrica, no Médio Parnaíba, não houve esforços políticos no sentido de criar instrumentos legais que protegessem tanto a atividade da quebra de coco como os próprios babaçuais. As iniciativas apresentadas pela maioria das prefeituras das cidades do Tocantins maranhense, no sentido de garantir a manutenção da atividade de extração do babaçu, foi fruto também das pressões exercidas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB contra o avanço da silvicultura na região, conforme assinalamos no item 3.2. *As guerras da água no Brasil*, do capítulo anterior. E isso explica, pelo menos em parte, as variações do curso que diz respeito ao aspecto produtivo dessa prática em lugares onde a legislação que refere ao tema é inexpressiva ou mesmo inexistente.

No Baixo Parnaíba, apesar da pouca tradição em relação a essa prática, em Santa Quitéria, por exemplo foi mantida uma curva de crescimento não muito acentuada, embora nos anos finais os índices também tenham demonstrado queda. Nos carece dados mais assertivos que permitam associar com mais clareza essas diminuições ao avanço das monoculturas de eucalipto, mas certamente essa linha de raciocínio nos conduz a pensar que ações no campo jurídico, são fundamentais, sobretudo para determinar o papel e os interesses das instituições públicas nas deliberações e concessões a atividades ligadas a discursos de progresso e melhoramento das condições sociais e envolvendo relações de trabalho no campo. Uma retórica que entra em conflito direto com a realidade, marcada por cenários em que as condições revelam

apego a relações de trabalho, em tese, abandonadas no século XIX, mas que persistem em nossos dias justamente porque o capitalismo não tem compromisso com a distribuição dos frutos do trabalho de maneira justa e com a superação de problemas históricos de ordem social. O agronegócio no Cerrado brasileiro, sobretudo a parte que cabe à silvicultura no Maranhão, é sustentado a partir de uma estrutura que remete a séculos da nossa história: expansão, acumulação e expropriação de terras; exploração de mão de obra escrava no campo e precarização, violência e a formação de uma classe operária convencida com uma imagem manipulada da noção de trabalho assalariado na indústria.

### 4.3. Trabalho escravo em fazendas de eucalipto

“*Grupo móvel liberta 16 pessoas de plantação de eucalipto*” esse foi o título dado a uma matéria produzida e publicada pela Repórter Brasil em 03 de outubro de 2011. O caso aconteceu em uma fazenda do município de Vianópolis, há mais de 100 quilômetros de Goiânia, no Estado de Goiás. Ainda de acordo com a reportagem, as vítimas viviam em situação de trabalho análogo a escravidão, tendo em vista que não desfrutavam de condições adequadas de habitação e alimentação. Os barracos eram improvisados com lonas e a água utilizada para tomar banho, consumo e preparo de alimentos provinha de um córrego. Além disso, os custos com a comida ficavam a cargo dos próprios trabalhadores e apesar de manusearem motosserras, não recebiam nenhum tipo de treinamento nem Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Os trabalhadores tinham sido aliciados por um “gato”<sup>50</sup> em território maranhense para executar tarefas de limpeza e corte de eucalipto na Fazenda Santa Rita da Estalagem e foram submetidos a isso por pelo menos um mês, quando uma denúncia levou a uma inspeção do Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM<sup>51</sup> realizada durante três dias, ainda em setembro daquele ano. O Grupo notificou o dono da fazenda em pelo menos 15 autos de infração, conduziu as vítimas aos seus lares e exigiu em favor delas, pagamento de indenização de R\$ 30.000 (Repórter Brasil, 2011). A CPT também registrou a ação como caso de trabalho escravo, mas o nome do responsável só foi incluído na “Lista Suja”<sup>52</sup> do Ministério do Trabalho e

---

<sup>50</sup> Segundo Rocha (2010), os “gatos” são pessoas contratadas por fazendeiros e que geralmente tem algum tipo de influência em determinados lugares, para aliciar trabalhadores para empreitadas em condições de escravidão e manter os ruralistas acima de qualquer suspeita.

<sup>51</sup> Órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Previdência do Governo Federal.

<sup>52</sup> Criada formalmente enquanto “Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo” por meio da portaria Nº 540 de 15 de outubro de 2004 sob a jurisdição do MTE, ela foi sendo alterada ao longo dos anos para dar maiores garantias de defesa aos acusados. No final do governo Dilma Rousseff ela foi revogada pela portaria interministerial Nº 4 de 11 de maio de 2016 passando a ser assinada também pela Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO – TRT/SP, 2004/2016).

Emprego – MTE em dezembro do ano seguinte. A Fundação Palmares chegou a afirmar que o número de empresas e pessoas incluídas no Cadastro Nacional de Empregadores que submetem sujeitos a condições de trabalho análogo a escravidão em 2011 tinha sido o maior da história. Cinquenta e dois novos infratores completaram uma lista que totalizou 294. Número, que apesar de algumas exclusões foi superado em 2012 com 410 nomes (Repórter Brasil).

Não foi possível ter acesso a dados como, idade e procedência étnica das vítimas, mas a natureza das tarefas a serem realizadas na empreitada sugere que eram todos homens, em razão da resistência física necessária e tendo em vista que eles eram obrigados a prepararem a própria comida, conclui-se que não havia mulheres por perto, cujas funções muitas vezes lhes atribuídas são as práticas e cuidados domésticos. Outro detalhe importante chama bastante atenção no caso: todos tinham como lugar de origem o Estado do Maranhão. Em 2012 outros 56 trabalhadores foram resgatados em condições semelhantes no município de Araguatins, Estado do Tocantins. Por meio de denúncia da Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho – MPT realizou a abordagem na fazenda Água Amarela - TO, onde as vítimas foram encontradas em agosto daquele ano e segundo as investigações, a fazenda pertencia à siderúrgica Ferro Gusa do Maranhão Ltda. – FERGUMAR, que tinha como terceirizada a empresa RPC Energética, responsável pela “contratação” dos trabalhadores (O Estado de São Paulo, 2012).

A RPC tinha como atribuições o corte de eucalipto e a produção de carvão na fazenda. A mão de obra era arregimentada por meio de um “gato” ligado à terceirizada nas cidades maranhenses de Vargem Grande e Açailândia. Os trabalhadores, que também eram todos do Maranhão, relataram que o aliciador cobrava R\$ 350,00 de passagem só de ida para Araguatins e a investigação apontou que eles viviam “em alojamentos precários, sem água potável nem fossa sanitária. Eram transportados na carroceria de caminhão por motoristas sem habilitação e cumpriam regime de 10 a 11 horas, com intervalo de apenas 15 minutos para almoço” (O Estado de São Paulo, 2012, p. 12).

No mesmo ano a siderúrgica, que já era reincidente, entrou para a “Lista Suja” do MTE novamente. Em 2007 ela havia ocupado esse espaço após se envolver em uma situação da mesma natureza no Pará, e só teve o nome retirado após uma decisão judicial. Além disso, a empresa teve ainda, obras embargadas pelo IBAMA em São João do Paraíso – MA. Quanto à RPC, foi autuada em pelos menos 18 infrações e obrigada a pagar pouco mais de R\$ 72.000 em indenização. (O Estado de São Paulo, 2012). O caso de Araguatins somou-se a outra circunstância semelhante registrada no Tocantins em 2012. Dois meses depois, 89 trabalhadores foram resgatados da Fazenda Retiro/Vale do Canoa III em Darcinópolis - TO, flagrados em

atividades envolvendo eucalipto e carvão em condições de trabalho degradantes. Em nenhum dos casos foi identificado indícios de trabalho infantil (CPT, 2012).

Diante desses dois casos assustadores é possível levantar alguns questionamentos a respeito do que faz da silvicultura um agente que, além dos recursos naturais explora também seguimentos sociais maranhenses mais vulneráveis, sujeitando-os ao trabalho escravizado em fazendas de eucalipto e no âmbito do agronegócio como um todo. Como agem e como funciona as organizações que aliciam e se aproveitam dos sonhos e necessidades de pessoas em busca de emprego e melhoria de vida? Como se articulam os casos de trabalho escravo dentro e fora de território maranhense e em que medida a intercambialidade de mão de obra entre os estados da MATOPIBA e do Cerrado em geral se confunde ao fenômeno da migração?

As terras do sertão maranhense, sobretudo as áreas do Alto e Médio Mearim ao longo dos anos 1930 e 1970 costumavam ser o destino de migrantes nordestinos, em especial cearenses, que fugiam das crises de seca e fome. Em virtude de sua riqueza vegetal, hidrográfica e da situação fundiária que lhe valia o título de “terra de ninguém”, o local deu origem a várias comunidades de retirantes. Ferreira (2015), que escreve sobre o assunto, acrescenta que:

O desejo do migrante nem sempre é de enriquecimento e fartura. O rumar ao Maranhão é, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência. Segundo seus próprios termos, muitos migram “pra escapar”. A conquista de um propalado Eldorado é realizada por uma minoria que logra, a partir de estratégias políticas e/ou do trabalho árduo, desfrutar das benesses da natureza e das possibilidades de lucro que a economia local propicia durante um período de média duração (FERREIRA, 2015, p. 20)

É possível dizer que o Eldorado maranhense ganha novos contornos a partir dos efeitos da aprovação da Lei Sarney de Terras de 1969 que tinha objetivos de distribuição agrária pautados em critérios estritamente econômicos. Nesse sentido são estimulados os projetos de fronteira agrícola, a atuação dos grileiros e o surgimento de latifúndios, que excluía e geravam conflitos com os camponeses e outras categorias afetadas. A saída encontrada para muitos “foi a migração para outras áreas do país ou o êxodo rural dentro do estado, modificando completamente sua forma de vida e de trabalho” (FERREIRA, 2015, p. 139).

Rocha (2015) complementa esse raciocínio lembrando que em muitas comunidades rurais desenvolvem-se sentimento de solidariedade, sobretudo em meio aos núcleos familiares, que de certa forma configuram estratégias de sobrevivência. Um fato bastante comum em terras maranhenses que consiste na migração temporária e masculina, enquanto a mulher permanece na terra cuidando do pequeno plantio e dos filhos (ROCHA, 2015, p. 45). Ambos os lados, apesar dos sacrifícios, se ajudam e dão sentido a uma vida sertaneja constantemente assediada

por uma modernização agrícola excludente. É na tentativa de cumprir o seu papel que muitos acabam sendo alvo das investidas do trabalho forçado.

Assim, é importante abrir uma reflexão sobre dois momentos da migração de diferentes categorias sociais rumo ao Maranhão. A princípio observamos aqueles que fogem da seca e da fome no Nordeste na primeira metade do século XX e são atraídos pelas riquezas agrária, hídrica e vegetal do bioma amazônico que cobre a parte ocidental do Estado e do Cerrado que ocupada todo o restante. Posteriormente, empresários e latifundiários ligados ao agronegócio e particularmente à monocultura de eucalipto, compõem uma nova marcha em direção ao território maranhense, não só se beneficiando da política elitista de distribuição de terras proposta pelo governo Sarney, como também entrando em conflitos com os antigos e novos migrantes cuja visão sobre o lugar remete à noção de espaço vazio. Disputas que em virtude da própria natureza da Lei Sarney de Terras deliberadamente criada para este fim, transforma essas pessoas em expropriados vivendo de favor em terras reivindicadas por grandes proprietários, inclusive alienando sua força de trabalho.

Sobre esse contexto, a parcela de responsabilidade do governo federal pode ser compreendida da seguinte maneira:

A partir de finais da década de 1960, os governos ditatoriais reestruturaram os órgãos federais de planejamento regional, determinam políticas estaduais, criam novas políticas territoriais, os programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral da Amazônia e de “colonização”. As políticas oficiais voltam-se para classificação das diversas áreas através de grandes eixos de investimentos econômicos, denominadas “pólos de desenvolvimento”, apoiando-se no capital nacional e estrangeiro (GUIMARÃES NETO, 2003, p. 52)

Com a redemocratização o país passa a lidar com a escaldada da ideologia neoliberal, que foi um dos principais legados deixado pelas ditaduras na América Latina entre o final da década de 1980 e início de 1990 com forte apoio do capital internacional, em especial norte americano, alemão e japonês. No Brasil, a política do desenvolvimentismo enquanto uma das principais marcas dos governos militares é incorporada pela agenda neoliberal que mobiliza apoio financeiro do mercado internacional, possibilitado em razão da consolidação do mundo globalizado. A elite empresarial logrou em garantir espaço na tomada de decisões do Estado, tanto de forma eleitoral, por meio do Legislativo, como através da nomeação de empresários em cargos da Administração Pública (DINIZ, 2016). Nesse sentido a composição da estrutura política encontra reflexos na questão do trabalho no campo, sobretudo em tratando do fortalecimento da escravidão contemporânea, que por sua vez, deve ser compreendida sob os pontos de vistas sociológico, antropológico, econômico e cultural. A confluência deste tipo

exploração do trabalho com o regime de compulsoriedade verificado até o século XIX, impõe a superação de barreiras ideológicas que mostram que o interesse voltado para a obtenção de mão de obra barata não é mais o único fim dado à exploração dos grupos humanos (ROCHA; FERRERAS, 2016).

Figueira, Prado e Palmeira (2021) também fazem uma avaliação daquilo que denomina as formas contemporâneas de escravidão. Elas designam coerções de caráter físico e psicológico em que as vítimas são levadas a executar trabalho exaustivo em condições degradantes que podem resultar em espancamentos e por vezes, até em assassinatos. O processo, que se inicia a partir da criação estratégica de uma situação de endividamento, tem como principais operadores, os “grupos empresariais do capital financeiro e industrial” que por sua vez encontram apoio no “Estado brasileiro, que os incentivou e os financiou em suas atividades predatórias” (FIGUEIRA; PRADO; PALMEIRA, 2021, p. 16). Os autores também problematizam o termo “vítimas” devido a sua carga de ambiguidade, já que ele pode sugerir o comportamento de alguém passivo e inerte à exploração bem como alguém que reage, seja por meio de fugas ou de denúncias a órgãos estatais, entidades sindicais, de direitos humanos ou àquelas ligadas à Igreja Católica (Idem).

No campo no Direito a legislação brasileira também traz uma definição para a condição de trabalho análogo à escravidão. De acordo com o artigo 149 do Código Penal, ela se caracteriza enquanto prática em que seres humanos são submetidos a jornadas excessivas, sem o mínimo de dignidade e quando o direito à liberdade passa a ser cerceado em razão de dívida contraída junto ao empregador (BRASIL, 1940). Castro (2014) afirma que a decisão histórica do Brasil em acolher pela primeira vez uma denúncia de trabalho escravo no campo, na década de 1990, ajudou na criação de políticas públicas e no fortalecimento de entidades do governo e da sociedade civil para enfrentamento dessa grave violação de direitos humanos. A Organização Internacional do Trabalho – OIT aborda o tema adotando o termo “trabalho forçado” e entre suas primeiras iniciativas de combate a essa prática está a Convenção Nº 29 de 1930, a qual o Brasil é um dos 165 países signatários.

Esse foi só mais um dos efeitos trazidos pelo negócio de florestas plantadas ao Maranhão, atraídos pelo “sucesso” da MATOPIBA. Enquanto o Estado fornecia mão de obra para fazendas de eucalipto em Goiás em 2011 e para o Tocantins em 2012, a CPT registrava caso de trabalho escravo ligado a esse mesmo tipo de empreendimento em território maranhense. Uma ação de janeiro de 2012 libertou 37 trabalhadores da empresa Reflorestadora Solon, em Açailândia - MA, onde além de eucalipto, as pessoas estavam sujeitas a todas as consequências desse tipo de monocultura, inclusive os efeitos agressivos do contato com

agrotóxicos. O que nos leva a questionar o que faz do trabalhador rural maranhense em particular, tão vulnerável à escravidão contemporânea. A necessidade de uma resposta para essa pergunta parece se justificar a partir da criação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo<sup>53</sup>, uma iniciativa implementada em 2007 no governo de Jackson Lago, cujo o objetivo era conter o avanço desse fenômeno sobre o Estado. Na época, a comissão responsável pela condução do Plano estimava que das cerca de 40.000 vítimas do trabalho forçado no Brasil, 38% era mão de obra maranhense. O estudo apontava também que o foco de concentração dessa prática era o oeste do Estado, o que inclui os municípios de Açailândia, Cidelândia e Imperatriz, cidades conhecidas pela produção da celulose e carvão vegetal, derivados diretos das monoculturas de eucalipto.

De acordo com a avaliação do Plano, a atuação dos “gatos”, que tem um papel muito importante a dinâmica do trabalho escravo, funcionava da seguinte forma no Estado:

O aliciamento se faz por meio de contratadores de empreitada, conhecidos como “gatos”. São eles que recrutam os trabalhadores, via de regra, de um local para o outro. O transporte é feito em boléias de caminhão, caminhões de gado, ônibus e até em trens. Passam por rodovias federais, estaduais, estradas vicinais e outras até chegarem ao local onde serão explorados economicamente (Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, 2007, p. 4).

Isso explica um pouco os motivos de os flagrantes de trabalho escravo em fazendas de eucalipto serem mais recorrente fora do que dentro de território maranhense, apesar de o Estado ter um dos maiores números de hectares plantados por essa árvore exótica. A natureza perversa do papel desempenhado pelos aliciadores impõe um afastamento necessário, até mesmo para a manipulação do endividamento. Mas não só isso, a busca pelos sonhos e projetos de vida, sobretudo para aqueles que tem laços de dependência familiar, faz com que muitos fiquem emocionalmente mais vulneráveis, o que aumenta as chances de serem atraídos para essas circunstâncias, e que também acaba exercendo influência sobre decisões a serem feitas a partir da tomada de consciência de que o sujeito está envolvido em uma situação de trabalho análogo à escravidão.

Nesse sentido, delimitamos uma mudança de paradigma na estrutura que compõe a dinâmica da exploração do trabalho no Maranhão. Se antes o camponês era visto sendo transportado em veículos improvisados e irregulares, em direção principalmente ao Centro-

---

<sup>53</sup> Criado por meio do Decreto Estadual Nº 22.996 de 20 de março de 2007, que instituía a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, que por sua vez, contou com a colaboração de instituições como o Ministério Público do Trabalho – MPT, o Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN/MA e do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – CDVDH, fundado pela ativista espanhola Carmen Bascarán.



Oeste, na busca por trabalho e sobrevivência, o avanço do eucalipto ao Estado retirou também essa necessidade de transpor mão de obra para outras regiões. A falsa sensação de empregabilidade aperfeiçoou a construção de um corpo proletarizado, movido pela vulnerabilidade social e disposto a contribuir, ainda que sem uma reflexão mais aprofundada, com o fortalecimento da cadeia de produção, em primeiro momento de lenha, e em seguida, de celulose em território maranhense.

Dessa forma, é preciso estar atento também ao negócio da produção de carvão, que embora não apareça claramente nas fontes da CPT, pode ter relação com os efeitos das monoculturas de eucalipto no Maranhão, principalmente porque as regiões de onde mais saem esse recurso são áreas de influência da indústria de celulose no Estado. A cidade de Açailândia - MA, por exemplo, onde foram resgatados os 37 trabalhadores da Reflorestadora Solon e de onde pertenciam parte das 56 vítimas da exploração da FERGUMAR em Araguatins – TO, foi o município brasileiro em que se detectou a maior incidência de trabalho forçado, de acordo com a segunda etapa do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo realizado em 2012. (CASTRO, 2014)

Para as empresas de exploração do eucalipto, interessa essa ligação com as carvoarias, pois além de lucrarem com a produção de carvão a partir da derrubada da vegetação nativa do Cerrado, elas também se beneficiam com a limpeza e preparo da terra antes plantar as árvores exóticas. Um processo que envolve não só violência severas contra o meio ambiente, mas também contra os Direitos Humanos, já que se sustenta também com exploração da força de trabalho.

A grande mídia nunca se deu ao trabalho de esconder seu entusiasmo pelo negócio das florestas de eucalipto. Sob o argumento de que isso colocaria os discursos pró-crescimento econômico e a favor da preservação ambiental no mesmo rumo, um editorial foi publicado adotando a seguinte postura:

A "árvore da direita", quem diria, pode ajudar o "governo de esquerda" a proteger a Amazônia. O Ministério do Meio Ambiente quer estimular o plantio de eucalipto por pequenos produtores no leste do Pará e oeste do Maranhão com o objetivo de reduzir a pressão sobre a floresta --que tomba ali a taxas vertiginosas para alimentar com carvão vegetal as siderúrgicas de Carajás (Folha de São Paulo, 2006, p. 13).

Os discursos de progresso, desenvolvimento e sustentabilidade convencem, mas do ponto de vista prático representa uma tragédia para a biodiversidade do Maranhão. Além de levar ao empobrecimento do solo e dos recursos hídricos, o reflorestamento por eucalipto se distancia de maneira muito incisiva do modelo de recuperação da flora através de árvores

nativas. Investimento em monocultura está ligado à esterilização do ambiente, o que impede a geração de frutos e afasta até mesmo as aves, que não encontram lugar para pousar entre os desertos verdes. Isso ressalta a noção de que o eucalipto é também um produto da apropriação do capital, que através da engenharia genética também o torna insensível a um papel de contribuinte com os processos naturais, definindo-o sob critérios estritamente econômicos, seja para fins de produção de celulose ou de lenha. Portanto, a grande questão a ser colocada consiste em avaliar que racionalidade pode haver em destruir vegetação nativa, sobretudo a de um bioma cuja principal função é fornecer a sobrevivência de outros e dos próprios seres humanos através da água, sob pretexto de sua posterior recuperação por florestas exóticas que também estão a serviço do capitalismo internacional que avança sobre o interior do Brasil.

O eucalipto, nesse caso se apresentaria como uma alternativa dita sustentável para o problema do desmatamento, cujas altas constantes passaram a incomodar o IBAMA. As projeções do Instituto indicavam um cenário que colocava em risco o abastecimento das carvoarias e guseriais que dinamizavam o fluxo na região dos Carajás. No caso da produção de carvão, o que estava em jogo era também o combate ao uso de madeira ilegal. Nesse sentido, reafirma-se a parcela de responsabilidade da eucaliptocultura nas estatísticas sobre trabalho análogo à escravidão no Estado, especialmente através das carvoarias.

O Centro de Defesa da Vida Carmen Bascarán em Açailândia – MA, acompanhou o trabalho da Polícia Federal e do GEFM em 2012, no resgate de três jovens em Itinga do Maranhão, também no oeste do Estado, que se encontravam em condições degradantes na produção do carvão vegetal. De acordo com a procuradora do Ministério do Trabalho que também acompanhou a ação, após a oitiva do depoimento, foi apurado que o responsável pela carvoaria pagava cerca de R\$ 100,00 por cada carga de madeira de 55 metros cúbicos. As condições de habitação, dos jovens, que tinham entre 19 e 21 anos, eram completamente impróprias. Dormiam no local de trabalho sob uma cobertura de palha, onde além de conviverem com a fumaça se revezavam dia e noite no cuidado com o aquecimento os fornos, que por sinal, a água destinada a controlar a temperatura era a mesma utilizada para o consumo. O Ministério exigiu a quitação dos três meses de salário nunca pagos aos jovens (Agência Pública, 2012) e ainda naquele ano o empregador foi incluído na “Lista Suja” do trabalho escravo.

Apesar de não ser possível confirmar plenamente que esse caso teve relação direta com os efeitos das monoculturas de eucalipto, isso não diminui a gravidade dos fatos e a situação fornece alguns indícios que ajudam a levantar suspeitas sobre a origem da madeira utilizada na carvoaria. O número de registro do proprietário no Cadastro Nacional de Atividades

Econômicas - CNAE do IBGE revelou que a natureza de seu empreendimento compreendia “a produção de carvão vegetal de madeiras oriundas de florestas plantadas” (2022, p. 1). Além disso, a mineradora Vale, que era uma das principais beneficiárias das carvoarias que alimentavam as guserias da região de Carajás<sup>54</sup>, se pronunciou sobre o caso de Itinga afirmando que oferecia incentivos para que suas fornecedoras utilizassem sempre árvores de eucalipto (Idem, 2012) na tentativa de se livrar de qualquer tipo de acusação a respeito de desmatamento e uso de madeira ilegal.

Seis anos após a matéria da Folha, o jornal O Globo também demonstrava apreensão com o futuro das florestas nativas da Amazônia, assim como apostava nas florestas de eucalipto enquanto saída para a continuidade dos negócios que dão sentido à intercambialidade entre o oeste maranhense e o sudeste do Pará. “O carvão vegetal pode ser obtido de florestas plantadas de eucalipto, mas a produção na região de Carajás é ainda insuficiente para alimentar os fornos” (O Globo, 2012, p. 17). Na reportagem o jornal lembrava o resgate de José Carlos Ferreira de Aguiar, de 43 anos e seu filho Alessandro Silva Aguiar, de 23, flagrados pelo Ministério do Trabalho em situação de trabalho compulsório em uma carvoaria de Açailândia - MA em 2010.

A atuação do Ministério Público se mostrava firme no sentido de coibir o uso de carvão vegetal de origem duvidosa em guserias e siderúrgicas na região. No início do ano o MP do Pará entrou em acordo com três fabricantes de aço do Estado e assinaram juntamente com o IBAMA, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em que as companhias assumiam o compromisso a se certificarem da origem do carvão usados em seus fornos (O Globo, 2012). O jornal Extra (2012), também vinculado ao Grupo Globo, chegou a afirmar que o Termo exigia que as companhias tivessem “até 2014 para implantar um plano sustentável de operação, com uso de carvão feito de áreas de reflorestamento, com eucalipto” (Jornal Extra, 2012, p. 1). No entanto, a consulta aos documentos referentes a esse acordo não permite concluir a obrigatoriedade do investimento em árvores exóticas. A medida atingiu diretamente os fornecedores de carvão do oeste maranhense e por um lado coibia a clandestinidade do comércio de madeira. Por outro lado, somada aos esforços da mídia e aos incentivos de receptadores, ela também abriu caminho para a consolidação das monoculturas de eucalipto, sem uma garantia concreta de erradicação do trabalho compulsório.

O que se pode afirmar com clareza em um diagnóstico sobre a exploração da força de trabalho no setor da silvicultura no Maranhão é que há pelos menos duas frentes que

---

<sup>54</sup> Complexo industrial liderado pela extração de minério da empresa Vale desde a década de 1980, cuja dinâmica de funcionamento reflete uma transitoriedade da produção de ferro e carvão entre os municípios do sudeste do Pará e oeste do Maranhão.

contemplam a necessidade de mão de obra por parte da Suzano. No lado da indústria, a empresa mantém a noção de que é preciso ter sempre a disposição um exército de trabalhadores reserva, o que interfere nas expectativas e alimenta a individualidade entre as pessoas que aguardam uma oportunidade. A importação de mão de obra não é raridade, especialmente sob o argumento da dificuldade em se localizar profissionais adequados para determinadas funções. E a aplicação de ferramentas de tecnologia avançada age contra aqueles que esperam não serem substituídos por máquinas e também contra o próprio discurso da geração de emprego intensamente repetido pela indústria. No ambiente rural, o setor adota práticas já há bastante tempo utilizadas por outros braços do agronegócio brasileiro, conhecido pelo uso da violência armada, pela precarização do trabalho, pela imposição de baixos salários, pela violação de direitos básicos, como a moradia e a alimentação, caracterizando assim, a exploração da mão de obra de maneira compulsória, provocando novamente a memória da escravidão no Brasil. Sendo o Maranhão um estado onde as desigualdades sociais se acentuam e onde prevalece uma grande diversidade étnica, os danos causados pela silvicultura e que atingem essas populações não deixam de ter uma conduta orientada pelo viés racial. O olhar para esse passado tão recente que algumas raízes ainda recorrem a aspectos do presente, desperta também uma curiosidade voltada para o futuro. Por mais que seja importante pensar em soluções que contrarie as condições adversamente apresentadas, as perspectivas indicam um percurso em que as chances de superação do problema do avanço das monoculturas de eucalipto no Maranhão são quase nulas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESPERAR DA SILVICULTURA NO MARANHÃO - QUE FUTURO? PARA QUEM?

Diante do exposto, concluímos que a questão que envolve a emergência do Maranhão em local de destaque nas novas áreas de conquista do agronegócio brasileiro, expõe um debate complexo e uma dinâmica que possui ligação com movimentos internos e externos. É muito difícil para o estado, independentemente da orientação ideológica da governança, renunciar as supostas vantagens que a exploração econômica em padrões de elevados retorno financeiros oferecem, mesmo não sendo o principal beneficiário. As marcas do abandono político, especialmente nas áreas mais distantes do poder, permanecem como uma espécie de trauma que elevam qualquer disposição do maranhense rumo a mudanças em sentido a melhorias estruturais e sociais. Muito embora se reconheça que essa fragilidade também dá vantagens ao outro lado da negociação, já que o setor privado nem sempre se dispõe a acordos humanamente justos, nosso diagnóstico é que o Maranhão, assim como alguns outros estados em situação semelhantes, são reféns de discursos que procuram uniformizar um nível de desenvolvimento que despreza particularidades de cunho regionais, ambientais, étnicas e geográficas. Assim, o estado se vê em um dilema perigoso, onde a garantia da soberania e proteção ambiental, sobretudo em se tratando de um território que abarca partes dos dois maiores biomas brasileiros – a floresta Amazônica e Cerrado – se encontra ameaçada pela voracidade cada vez maior do capital, que em tese, deveria esbarrar em uma crescente resistência em virtude da ascensão da preocupação internacional com a mudança climática.

O caso do avanço da silvicultura no Sul global já é evidentemente um sintoma do endurecimento de normas legais de proteção ambiental em países do Norte. Esse constitui o primeiro grande movimento desse braço do agronegócio que encontra especialmente no Brasil, condições de solo e de clima favoráveis, além de uma disposição política não só interessada em ampliar a noção de progresso e desenvolvimento às suas bases eleitorais, como também inebriada com o discurso da suposta recuperação de áreas degradadas através do manejo de florestas exóticas, como o eucalipto. Além disso, com uma legislação contrária a esse movimento ainda pouco incipiente, oferta de incentivos fiscais, facilidades na aquisição de terras e de mão de obra barata e inicialmente um movimento social preocupado com outras questões, o avanço das monoculturas e indústrias de eucalipto e celulose se deu através de um processo pouco restritivo em território brasileiro. E a abertura de novas fronteiras de ampliação do agronegócio, como a MATOPIBA, foi o que reforçou a mobilização desse novo movimento da silvicultura particularmente em direção ao Maranhão. Aqui há de se reconhecer que a

atividade expansionista foi que provocou um envolvimento maior dos camponeses em defesa da terra e do meio ambiente.

O Cerrado é certamente o principal afetado pelo avanço indiscriminado da silvicultura no Maranhão. O segundo maior bioma do Brasil em extensão territorial abriga também as maiores reservas subterrâneas de águas, que abastecem não só comunidades que dela dependem, como também alguns dos principais rios do país, como o Parnaíba e o São Francisco. Assim, a silvicultura somada a outros atores do agronegócio compromete o processo natural que regula a biodiversidade do próprio bioma, inclusive atividades humanas de caráter ancestral, e potencializando eventuais problemas que tenham como causa a falta de água em outras regiões. Nesse sentido, a abertura da fronteira agrícola da MATOPIBA foi viabilizada por, além de irregularidades no processo de distribuição de terras públicas, também pelas potencialidades aquíferas do bioma, essenciais para o desenvolvimento do eucalipto, cuja fisiologia demanda uma disposição hídrica superior a outras culturas que atendem ao interesse do agronegócio. As ocorrências de conflitos por terra demonstradas ao longo deste estudo indicam que as disputas não se dão apenas em torno da terra, enquanto princípio fundamental à sobrevivência, mas representam também uma defesa a tudo que nela se encontra, como os rios, os lagos, os igarapés, as nascentes, as florestas, sobretudo as plantas frutíferas e os babaquais.

As palmeiras de coco babaçu, que marcam a paisagem do território maranhense, sobretudo a região dos cocais, onde nasceu o poeta Gonçalves Dias, que eternizou a árvore na sua *Canção do Exílio*, complementam também a vista desse bioma tão exuberante que é o Cerrado. Além dos babaquais, a própria atividade de quebra do coco que é uma referência cultural do Maranhão, estiveram ameaçados em função da expansão do eucalipto no estado, especialmente nas áreas que compõe o entorno da indústria de celulose em Imperatriz, região do Tocantins maranhense. Alguns municípios, sob pressão do MIQCB recorreram à criação de instrumentos legais com o objetivo de proteger as florestas nativas e essa atividade, que é também meio de sobrevivência, de produção criativa, de afirmação da autoestima e da identidade. Nas comunidades quilombolas, a silvicultura ameaça outras atividades extrativistas, mas também põe em risco a manutenção de atividades espirituais que necessitam da preservação da mata nativa. Assim, o desmatamento do Cerrado está a serviço da política expansionista das monoculturas principalmente de eucalipto muito embora, outras frentes de exploração também acabem lucrando com isso, como a indústria madeireira e de carvão. O cenário, portanto, expõe fragilidades na proteção do Cerrado que não dispõe de defesa por força de lei, como é o caso da Mata Atlântica, nem de operações organizadas de combate ao

desmatamento, comumente atribuídas à floresta Amazônica. A vulnerabilidade do bioma cuja biodiversidade é marcada pela abundância de água e por uma vegetação de pequeno porte, aumenta à medida em que a MATOPIBA se fortalece.

Podemos considerar dois momentos distintos da história política recente do Maranhão, em busca de uma compreensão que dê conta de explicar a relação entre as autoridades da administração governamental, o empresariado, comunidades rurais e órgãos de proteção ao meio ambiente em virtude da consolidação da silvicultura no estado. Na época do domínio Sarney, o governo estava alinhado com poder central, independentemente do espectro-ideológico. Essa lealdade garantia ao Maranhão prioridade nos investimentos em obras, a pretexto de se perseguir um desenvolvimento e integração nacional que verdadeiramente nunca foram alcançados, em função do mal uso dos recursos públicos, da corrupção e do favorecimento ao setor privado. Os representantes do grande capital eram, portanto, aliados do governo que, em troca do apoio na execução de projetos que não necessariamente beneficiavam a população, sobretudo das áreas rurais, oferecia-lhes facilidades de acesso a terras públicas, aumentando assim a concentração fundiária, expulsando camponeses e tornando-os vulneráveis a condições precárias de trabalho mal pagos. A agenda da proteção ao meio ambiente acabou ficando refém de uma centralização das instituições, controlada por Sarney como parte dos esforços direcionados a um progresso que era limitado em razão da falta de um planejamento que incluísse a participação de todas camadas da sociedade maranhense.

Superada a fase dos sucessivos domínios oligárquicos na liderança do governo maranhense, ainda que de forma tardia, pouca coisa mudou. A estrutura fundiária permanece a mesma e as populações rurais continuam sendo ameaçadas por atividades do agronegócio, que cada vez mais se expande no estado. No entanto, as instituições estaduais que regulam atividades econômicas potencialmente prejudiciais aos recursos naturais se fortalecem, embora ainda possuam uma abordagem considerada branda. Os governos que se sucedem após a era Sarney não abandonam completamente política de desenvolvimento do estado alinhada aos interesses do empresariado, mas adicionam o elemento responsabilidade ambiental, até mesmo em coerência aos sinais dados pelo governo federal e pelo cenário internacional rumo a ações de combate às mudanças climáticas. Por outro lado, não é possível dizer que esses mesmos governos implementaram medidas efetivas no sentido de dar segurança às comunidades afetadas pelo avanço das monoculturas de eucalipto. Também falta uma posição mais firme do governo em reconhecer que a manutenção dos manejos de florestas exóticas põe em risco nossas maiores reservas de água potável e que o desmatamento na região cresce em ritmo preocupante. É preciso disposição em fazer com que seja reconhecida a posse sobre terras indígenas e

quilombolas e pôr fim às disputas que geram violência, medo e em último caso, a morte. Em síntese, o estado permanece sendo um facilitador em acordos que colocam em jogo as suas riquezas naturais, negociações sobre as quais não tem necessariamente o controle.

Do ponto de vista social, a silvicultura representa uma séria violação ao modelo de desenvolvimento tradicional praticado nas comunidades quilombolas do Maranhão. Em primeiro lugar, as dificuldades de garantir a essas pessoas o direito sobre as terras que ocupam, os torna vulneráveis a ações de expropriação, ameaça, violência armada, tortura psicológica, destruição de bens dentro do território. Muitos deles contam com o reconhecimento da Fundação Palmares, mas carecem do reconhecimento à soberania sobre suas territorialidades. Nas narrativas, os entrevistados falam também sobre práticas de suborno, em que a empresa, disposta a qualquer ação para ter domínio sobre áreas ocupada há gerações, oferecem valores irrisórios a fim de fazer com que moradores deixem o local sem muita resistência. Outra manobra usada, é a desarticulação deliberada da busca por justiça por parte das comunidades perante os tribunais, agindo para influenciar a conduta de advogados e lideranças que representam os interesses dos quilombolas. Eles também concordam que os riscos para o meio ambiente são enormes. O despejo aéreo agrotóxicos que além causar danos à saúde das pessoas, contaminam também os cursos d'água. A planta que por si só já afasta toda a fauna que garante a biodiversidade à paisagem, torna o solo estéril e a vegetação arbustiva de pequeno porte é eliminada à medida em que aí são lançados defensivos agrícolas que inibem a presença e as funções desempenhadas por microrganismos no ciclo reprodutivo natural, contribuindo para um cenário de estiagem generalizada e perturbações nos regimes de chuvas, já que a água que infiltra a superfície é cada vez mais escassa.

A realidade social do Maranhão, especialmente nas áreas rurais, muitas vezes ajuda a compor o discurso de empreendimentos sobre geração de emprego e desenvolvimento econômico, uma retórica que omite práticas de exploração do trabalho e interferências em formas tradicionais de produção e sobrevivência. Os anos de domínio Sarney acabam sendo utilizados pelos governos posteriores como pretexto para os investimentos em políticas de rompimento à estagnação deixada por gestões não comprometidas com a valorização da capacidade produtiva do povo maranhense. Entretanto, nem sempre se consideram os eventuais riscos que tais medidas são capazes de oferecer. Os incentivos à criação de postos de trabalho assalariados e precarizados, continuam sendo uma maneira de fazer com que o pequeno produtor rural diminua os esforços na manutenção de suas terras, favorecendo a expansão do grande capital, inclusive em partes distantes dos grandes centros urbanos, tornando-os reféns



de uma proletarização incompatível com a real capacidade de ofertas de trabalho formal, especialmente em setores da indústria e do agronegócio, como a silvicultura.

A silvicultura enfrenta resistências significativas em território maranhense. Comunidades tradicionais, indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, extrativistas, se mobilizam em tentar fazer com que os efeitos devastadores das monoculturas de eucalipto não se tornem um problema irreversível. Elas contam com a colaboração valiosa de ONG's como a Repórter Brasil e outras entidades de proteção aos direitos de trabalhadores e populações rurais como a CPT, fazendo registros, criando relatórios, cobrando respostas do poder público. É por meio dessas instituições que obtemos conhecimento sobre as injustiças cometidas por esse braço do agronegócio contra a sociedade e aos recursos naturais do Maranhão. À luz desses registros a situação dá sinais de uma desaceleração dos conflitos. Mas é preciso estar atento e olhar com criticidade para esse problema, pois não parece compreensivo que o empresariado ligado ao negócio do eucalipto assuma alguma posição de resignação enquanto há uma clara disposição do governo estadual em manter, ou até mesmo aumentar, parcerias com o capital, representado na imagem do mercado financeiro e do comércio internacional. Enquanto também não houver uma saída que contemple esforços políticos que contenha o caráter expansionista da MATOPIBA e que ao mesmo tempo dê mais segurança e proteção ao Cerrado, não é possível enxergar um futuro promissor para o meio ambientes e para as sociedades que habitam o território.

A expressão *Transição energética para uma economia verde* está na ordem do dia e, embora desperte interesse e curiosidade, o fato de estar sendo encabeçada pelo setor privado, também abre o debate sobre o que pode ser considerado seguro e economicamente sustentável. É preciso esclarecer que os representantes da silvicultura ainda não abandonaram o discurso de que é possível recuperar territórios comprometidos pelo desmatamento através de manejos florestais de eucalipto. Uma prática que já se demonstrou ser ambientalmente inviável, entretanto, financeiramente lucrativa. Nesse sentido, o futuro da silvicultura no Maranhão aponta para um favorecimento das grandes corporações, ao passo em que as mudanças climáticas tornarão as disputas pela água, confrontos entre a sobrevivência e a manutenção da atividade produtiva, em razão de sua escassez, que por sua vez potencializa interferências em outros aspectos da natureza. A ela é reservado um futuro sobretudo desafiador que parece estar nos conduzindo para sua transformação em mercadoria a ser negociada no mercado de ações. Um cenário que assusta ainda mais do que sua territorialização pelas grandes empresas.

## 6. FONTES

A CAMINHO. Direção: Joaquín Chávez Pelayo. **Produção de Vice Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção**. YouTube Brasil. 1990. 28min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oHSEghikHxY>. Acesso em: 11 ago. 2023.

ACERVO combate racismo ambiental. **Pai é espancado e o filho assassinado por homens da Garra e Fibria Celulose no município de Mucuri**, 2010. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/03/24/pai-e-espancado-e-o-filho-assassinado-por-homens-da-garra-e-fibria-celulose-no-municipio-de-mucuri/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

AGÊNCIA pública. **Sujos de carvão**, 2012. Disponível em: <https://apublica.org/2012/11/sujos-de-carvao/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

ALERTA contra desertos verdes. **Suzano deixa eucaliptos e mata esperança de piauienses**, 2021. Disponível em: <https://alertacontradesertosverdes.org/cineclube/suzano-deixa-eucaliptos-e-mata-esperanca-de-piauienses/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

ANGELO, Claudio. Eucalipto pode ajudar a salvar floresta: Governo quer estimular plantação de árvore para abastecer siderúrgica que hoje consomem madeira paraense. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 86, n. 28.166, 15 maio 2006. Ciência, p. A13.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. **Comissão sobre arenização da região sudoeste do RS**, 2008. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/download/ComEspAreniza%C3%A7%C3%A3o/RELAT%C3%93RIO%20FINAL%20para%20impressao.pdf>. Acesso em 09 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO brasileira técnica de celulose e papel. **Mapa das fábricas**, 2014. Disponível em: <https://www.abtcp.org.br/quem-somos/osetor/mapa-das-fabricas>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ASSOCIAÇÃO de advogados de trabalhadores rurais. **Legalizando o ilegal**: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no matopiba, 2020. Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs**. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 17 set. 2022.

BASTOS, Ramiro. Entrevista I. [fev. 2020]. Entrevistador: Francisco Rairan dos Santos Vilanova. Matões, 2020.

BIBLIOTECA Digital. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24?mode=full>. Acesso em: 07 set. 2022.

BRASIL, Marcus Ramusyo de Almeida. Imagem, poder e “momento de perigo” em Maranhão 66 revisitado. **XXVII Simpósio Nacional de História**. Anais... Natal, 2013.

BRASIL. **Código Penal**, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto de 30 de dezembro de 2014**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14124.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/dsn/dsn14124.htm). Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**, 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **IBGE Cidades: Censo Agropecuário, 2006-2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **IBGE Cidades: Extração vegetal e Silvicultura, 2014-2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRAZILIO bacellar, shirai advogados. **Novo Plano de Recuperação Judicial Grupo Igarashi**, 2019. Disponível em: [http://www.braziliobacellar.com.br/pdf/Novo\\_Plano\\_de\\_Recuperacao\\_Judicial\\_-\\_Igarashi.pdf](http://www.braziliobacellar.com.br/pdf/Novo_Plano_de_Recuperacao_Judicial_-_Igarashi.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.

CÂMARA Municipal de Porto Alegre. **Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quarta Legislatura, em 16-3-2006**, 2006. Disponível em: [https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais\\_sessoes\\_plenarias\\_antigas/2006/03/16/012a%20SO%20-16mar2006.htm](https://camarapoa.rs.gov.br/site/anais_sessoes_plenarias_antigas/2006/03/16/012a%20SO%20-16mar2006.htm). Acesso em 09 set. 2022.

CAMPANHA nacional em defesa do cerrado. **Empresário paranaense faz ameaça de morte a idosa do território quilombola Tanque da Rodagem/São João, em Matões, Maranhão**, 2022. Disponível em: <https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/401-ameaca-empresario-paranaense>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CARVALHO, Cleide. O aço que engole a floresta: Carvão de mata nativa é usado para produzir ferro-gusa que alimenta grandes siderúrgicas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, n. 28.770, 14 maio 2012. Economia, p. 17.

CIDADE verde. **Suzano divulga nota e garantia que vai manter investimentos no Piauí**, 2012. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/98239/suzano-divulga-nota-e-garante-que-vai-manter-investimentos-no-piaui>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CINEMATECA Brasileira. **Banco de conteúdos culturais**. Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/fotos/galeria/027220#>. Acesso em: 11 ago. 2023.

COMISSÃO pastoral da terra. **Conflitos no Campo Brasil**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2022.

COMISSÃO pró-índio de são paulo. **São João e Tanque de Rodagem**, 2017. Disponível em: <https://cpisp.org.br/sao-joao-e-tanque-de-rodagem/#tab-e9f49b1381314e06ced>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONFEDERAÇÃO nacional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares. **Presidente da FETAEMA fala sobre o PADRSS**, 2007. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=598&mt=1&nw=1>. Acesso em: 19 maio 2021.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Encontro de povos e comunidades do MA ocorre em quilombo invadido pela Suzano**, 2017. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/12/encontro-de-povos-e-comunidades-do-ma->. Acesso em: 03 ago. 2023.

CONSULTOR jurídico. **Guerra pela água na Bahia (e no planeta) não é nenhuma novidade**, 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-18/ambiente-juridico-guerra-agua-bahia-planeta-nao-nenhuma-novidade>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CORREIO. **Protesto em defesa de rio em Correntina reúne milhares de pessoas**, 2017. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/protesto-em-defesa-de-rio-em-correntina-reune-milhares-de-pessoas-1117>. Acesso em: 20 jun. 2023.

D'EÇA, Marco Aurélio. Documento mostra que o governo Jackson dificultou implantação de refinaria. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 2 set. 2010. Política, p. 2.

DSPACE/mankin Repository. **Programa Grande Carajás**: Folha Araguaina-SB.22-Z-D, 1987. Disponível em: [https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/6457/rel\\_carajas\\_1987.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/6457/rel_carajas_1987.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 09 ago. 2021.

ECOBATE. **Suzano e as Águas do Maranhão, artigo de Wilson Leite**, 2012. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2012/01/20/suzano-e-as-aguas-do-maranhao-artigo-de-wilson-leite/>. Acesso em: 19 maio 2021.

ECODEBATE. **Os projetos de plantios de eucalipto no estado do Maranhão, artigo de Mayron Régis**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/01/18/os-projetos-de-plantios-de-eucalipto-no-estado-do-maranhao-artigo-de-mayron-regis/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

EMBRAPA/gite. **Nota técnica 1**, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139202/1/NT1-DelimitacaoMatopiba.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ESCOLA politécnica de saúde Joaquim venâncio. **‘Não é uma questão momentânea, é um processo histórico de roubo de água**, 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nao-e-uma-questao-momentanea-e-um-processo-historico-de-roubo-de-agua>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ESCOLA politécnica de saúde Joaquim venâncio. **Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital**, 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital>. Acesso em: 17 jun. 2023.

EXTRA. **Carvão ilegal é responsável por 20% do desmatamento em Carajás**, 2012. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/carvao-ilegal-responsavel-por-20-do-desmatamento-em-carajas-4897039.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.

FOLHA de São Paulo. **Segunda maior cidade do Maranhão atrai fábrica que custa 3 vezes o seu PIB**. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2012/09/1147154-segunda-maior-cidade-do-maranhao-atrai-fabrica-que-custa-3-vezes-o-seu-pib.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FRANCISCA. Entrevista IV. [fev. 2023]. Entrevistador: Francisco Rairan dos Santos Vilanova. Matões, 2023.

G1 MARANHÃO. **Aumentam os conflitos em áreas quilombolas no Maranhão**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/16/aumentam-os-conflitos-em-areas-quilombolas-no-maranhao.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INDÚSTRIA brasileira de árvores. **Relatórios anuais**. Disponível em: <https://iba.org/publicacoes/relatorios>. Acesso em: 27 jul. 2020.

INSTITUTO chico mendes de conservação da biodiversidade. **Cerrado**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado>. Acesso em: 12 jan. 2022.

INSTITUTO Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão**: proposta avançada, 2018. Disponível em: [https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC\\_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf](https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf). Acesso em 30 dez. 2019.

INSTITUTO nacional de pesquisas espaciais. **Geoprocessamento**. Disponível em: [http://geopro.crn.inpe.br/RH\\_prec\\_Maranhao.htm](http://geopro.crn.inpe.br/RH_prec_Maranhao.htm). Acesso em: 26 jun. 2023.

INSTITUTO socioambiental. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão**: Celmar na região tocantina, 2005. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/implantacao-da-industria-de-celulose-no-maranhao-celmar-na-regiao-tocantina>. Acesso em: 08 ago. 2021.

LE MONDE diplomatique brasil. **Desmatamento no Cerrado e resistências nos territórios**, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/desmatamento-no-cerrado-e-resistencias-nos-territorios/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LIGA internacional dos trabalhadores/quarta internacional. **Colapso ambiental**: o Capitalismo é responsável, 2021. Disponível em: <https://litci.org/pt/colapso-ambiental-o-capitalismo-e-o-responsavel/#:~:text=O%20capitalismo%20%C3%A9%20o%20respons%C3%A1vel,-Apesar%20de%20os&text=Afirmamos%20que%20o%20capitalismo%20%C3%A9,e%20equitativa%2C%20uma%20sociedade%20socialista..> Acesso em: 29 jan. 2022.

MAPA de conflitos injustiça ambiental e saúde no Brasil. **ES – Via Campesina e Movimento das Mulheres Camponesas em luta direta contra a monocultura do eucalipto**, 2009. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-via-campesina-e-movimento-das-mulheres-camponesas-em-luta-direta-contra-a-monocultura-do-eucalipto/#fontes>. Acesso em: 31 ago. 2022.

MAPA de conflitos injustiça ambiental e saúde no brasil. **MA – Comunidade do Cajueiro luta contra construção de porto em seu território**, 2012. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ma-comunidade-do-cajueiro-luta-contra-construcao-de-porto-em-seu-territorio/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MARANHÃO 66. Direção: Glauber Rocha. Produção de Luis Carlos Barreto e Zelito Viana. YouTube Brasil. 1966. 10min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hDRtFYjOtCY&t=5s>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARANHÃO. **Lei Nº 8.149 de 15 de junho de 2004**. Disponível em: [http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI\\_8149](http://arquivos.al.ma.leg.br:8080/ged/legislacao/LEI_8149). Acesso em: 19 jun. 2023.

MARANHÃO. **Plano estadual de erradicação do trabalho escravo no Maranhão**, 2007. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/plano-erradicacao-trabalho-escravo-maranhao.doc>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MARANHÃO. **Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão**: proposta avançada, 2020. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/proposta/347>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARANHÃO. **Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão/Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico/Universidade Estadual do Maranhão**. São Luís: SEPLAN, 2008.

MENDES, Vannildo. Irmão de Kátia Abreu é acusado de trabalho escravo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 133, n. 43417, 31 ago. 2012. Nacional, p. A13.

MINISTÉRIO público federal e ministério público do piauí. **Ação Civil Pública**, 2011. Disponível em: <<https://www.mppi.mp.br/internet/attachments/ACP%20SUZANO.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MOVIMENTO dos trabalhadores rurais sem terra. **Milícia armada da Aracruz mata trabalhador rural na Bahia**, 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/03/24/milicia-armada-da-aracruz-mata-trabalhador-rural-na-bahia/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MOVIMENTO dos trabalhadores rurais sem terra. **O que você precisa saber sobre a empresa Suzano Papel e Celulose**, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/05/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-empresa-suzano-papel-e-celulose/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MOVIMENTO mundial pelas florestas tropicais. **Promessas de emprego e destruição de trabalho. O caso Aracruz Celulose no Brasil**, 2005. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/publicacoes/promessas-de-emprego-e-destruicao-de-trabalho-o-caso-aracruz-celulose-no-brasil>. Acesso em: 26 jul. 2022.

OBSERVATÓRIO, matopiba. **Levantamento de legislação ambiental e fundiária no Estado do Maranhão**, 2021. Disponível em: <https://observatorio-matopiba.com.br/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, Francisco. Entrevista II. [nov. 2021]. Entrevistador: Francisco Rairan dos Santos Vilanova. Matões, 2021.

OTACÍLIA. Entrevista II. [fev. 2023]. Entrevistador: Francisco Rairan dos Santos Vilanova. Matões, 2023.

OUTRAS mídias. **Correntina: as Guerras da Água chegam ao Brasil**, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/correntina-as-guerras-da-agua-chegam-ao-brasil/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PÁGINA rural. **Rio Grande do Sul: Stora Enso decidirá somente em cinco anos se constrói fábrica de celulose no Estado**, 2007. Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/noticia/57959/rio-grande-do-sul-stora-enso-decidira-somente-em-cinco-anos-se-constroiu-fabrica-de-celulose-no-estado>. Acesso em: 17 jan. 2022.

PENTEADO, Gilmar. Via Campesina invade área de multinacional no Sul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 88, n. 28.826, 05 mar. 2008. Brasil, p. A10.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

REDE cerrado. **Tanque da Rodagem: esperança que brota da terra**, 2021. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/tanque-da-rodagem-esperanca-que-brota-da-terra/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REPORTER brasil. **Dados sobre trabalho escravo no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

REPORTER brasil. **Grupo móvel liberta 16 pessoas de plantação de eucalipto**, 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/10/grupo-movel-liberta-16-pessoas-de-plantacao-de-eucalipto/>. Acesso em: 19 maio 2021.

REPÓRTER, brasil. **Deserto verde: Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil**, 2011. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/8.-caderno\\_deserto\\_verde.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/8.-caderno_deserto_verde.pdf). Acesso em: 30 dez. 2019.

SÁ, Décio. Lula inaugura “nova fase da história do MA”. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 16 jan. 2010. Política, p. 3.

SECRETARIA de Estado do Planejamento e Orçamento. **Maranhão: regiões de planejamento**, 2008. Disponível em: [https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/reginalizacao\\_MA\\_2007.pdf](https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/reginalizacao_MA_2007.pdf). Acesso em 03 ago. 2023.

SENADO Federal. **Pronunciamento de Arthur Virgílio em 15/08/2007**, 2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/369621>. Acesso em: 09 set. 2022.

SUZANO. **Anexo GRI Suzano Papel e Celulose**, 2016. Disponível em: [https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/03/7d9ff66e-anexo\\_gri\\_2016.pdf](https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/03/7d9ff66e-anexo_gri_2016.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

SUZANO. **Estratégia de Sustentabilidade Suzano**, [entre 2004 e 2023]. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/a-suzano/documentos/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SUZANO. **História**. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/a-suzano/historia/#:~:text=Em%201956%2C%20%20%20iniciada%20a,no%20Brasil%20e%20no%20mundo.&text=A%20Suzano%20%20%20a%20primeira,de%20eucalipto%20em%20escala%20industrial..> Acesso em: 11 jun. 2023.

TRIBUNAL de justiça do maranhão. **Diário da justiça eletrônico: 04/11/2011** (processo nº 0000257-23.2010.8.10.0098, 2011. Disponível em: [https://www3.tjma.jus.br/diario/diarios/diario\\_1320327093154.pdf](https://www3.tjma.jus.br/diario/diarios/diario_1320327093154.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

TRIBUNAL permanente dos povos em defesa dos territórios do cerrado. **49ª Sessão em defesa dos territórios do Cerrado (2019-2022)**. Disponível em: <https://tribunaldocerrado.org.br/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

TRIBUNAL regional do trabalho de são paulo. **Portaria Interministerial Nº 4, de 11 de maio de 2016**. Disponível em: [https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGAMOS/MTPS/PORT\\_INTER\\_04\\_16.html](https://www.trt2.jus.br/geral/tribunal2/ORGAMOS/MTPS/PORT_INTER_04_16.html). Acesso em: 25 jan. 2022.

TRIBUNAL regional federal 1ª região. **Consulta processual**, 2012. Disponível em: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/index.php?secao=MBA>. Acesso em: 27 jan. 2022.

UCHOA, Danilo. Stora Enso abriu fábrica de celulose no Uruguai. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, ano 82, n. 15, 13, 14 e 15 jun. 2014. Colunistas, s/p.

VALE, Dimitri. Suzano Papel e Celulose adquire totalidade da Conpacel: Para fazer frente à concorrência estrangeira, companhia pagou R\$ 1,45 bilhão por metade da antiga Ripasa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 2010, n. 29849, 23 dez. 2010. Mercado, p. A1-CL4.

VEJA. **Terrorismo – Via Campesina danifica 2 mil toneladas de celulose em protesto**, 2009. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/terrorismo-8211-via-campesina-danifica-2-mil-toneladas-de-celulose-em-protesto/>. Acesso em 31 ago. 2022.

VIA Campesina invade e depreda em protesto contra agronegócio. **Estado de São Paulo**, São Paulo, São Paulo, ano 130, n. 42147, p. A4, 10 mar. 2009.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *In*: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 39-66.

ALVES, Rubem. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão contemporâneo. *In*: PACHECO, Agenor Sarraf (org.). **Estudos Culturais em cidades e florestas**. Rio Branco: Nepan Editora, 2019. p. 54-70.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia de. O grande capital na agroindústria açucareira e alcooleira alagoana. *In*: Mestrado de Sociologia – UFC/Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais. **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986, p. 44-53.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. **O Eucalipto**. São Paulo: Chácaras e Quintais, 1939.

ANDRADE, Maicon Leopoldino de. **A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Sequência**, Florianópolis, v, 35, n. 68, p. 129-157, 2014.

ARAÚJO, Anaís Sofia Gusmão de; SOUZA, César Martins de; FONSECA, Vívica Nascimento. Notas sobre os acidentes ocasionados pela instauração da Estrada de Ferro Carajás: uma análise documental, literária e histórica. **Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá – AM, v. 13, n. 2, p. 292-310, 2021.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. Grandes projetos e devastação: interpretação das formas cotidianas de resistência no Oeste do Maranhão. *In*: NOVAES, Jurandir Santos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 29-48.

ARRUDA, Gilmar. Apresentação: a natureza dos rios e os territórios. *In*: ARRUDA, Gilmar (org.) **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 7-25.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.



BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CASTRO, Antonio Erismar de. **Trabalho escravo contemporâneo no Maranhão: políticas públicas aos trabalhadores egressos do trabalho escravo em Açailândia - MA**. 2014. Monografia (Especialização em Gestão e Políticas Públicas) – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: O dilema brasileiro (pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Paulo Roberto de Andrade. O jovem Marx e o debate sobre a “Lei do Furto de Madeira”. **Revista Continentes (UFRRJ)**, Seropédica, ano 6, n. 10, p. 169-179, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHÃ, Ana Manuela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Conflitos pela apropriação do território na Campanha Gaúcha luta pela terra versus florestamento. *In*: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. Uberlândia: Assis Editora, 2008, p. 105-132.

COSTA, Adão José Vital; WIZNIEWSKY, José Geraldo. História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro. **Boletim goiano de geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, 35-49, 2010.

COSTA, Lia Monnielle Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de Cearenses para o EntreRios (PI) - 1940-1970**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, Mike. **Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *In*: SZWAKO, José.; MOURA, Rafael; D’ÁVILA FILHO, Paulo (orgs.). **Espaço e Sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016, 133-156.

DRUMMOND, José Augusto. História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8 1991, p. 171-197.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Authêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Ana Raquel Pinto Guedes. **A História do movimento ambientalista: a sua trajetória no Piauí**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **A construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim - MA (1930-1970)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. **A escravidão na Amazônia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FOELKEL, Celso Edmundo Bochetti. Eucalipto no Brasil, história de pioneirismo. **Visão Agrícola**, n. 4, p. 66-69, 2005.

FOELKEL, Celso Edmundo Bochetti; BARRICHELO, Luiz Ernesto George. Madeiras de coníferas e folhosas na fabricação de celulose kraft no Brasil e nos Estados Unidos da América, um estudo comparativo. **Convenção Anual da ABCP**. Anais... São Paulo, 1975.

FONTES, Yuri Martins. Crise da modernidade em perspectiva histórica: da experiência empobrecida à expectativa decrescente do novo tempo. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 244-267, 2019.

FOSTER, Bellamy. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, Ellen; FOSTER, B. **Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 161-174.

FUNES, Eurípedes Antônio. Um naturalista imaginando o futuro – Saint Hilaire e o Sertão Cerrado do Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO, v. 14, n. 3, p. 145-155, 2020.

GOMES, Felipe da Cunha. **Eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

GOMES, Marcel. **As promessas não cumpridas da Responsabilidade Social Corporativa no Agronegócio brasileiro**, 2017. Disponível em: [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/02/As\\_promessas\\_nao\\_cumpridas\\_da\\_Responsabilidade\\_Social\\_Corporativa\\_no\\_Agronegocio\\_brasileiro-1.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/02/As_promessas_nao_cumpridas_da_Responsabilidade_Social_Corporativa_no_Agronegocio_brasileiro-1.pdf). Acesso em: 1 mar. 2021.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 11, n. 1, p. 125-148, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. **Projeto História**, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004.

LIMA JÚNIOR *et al.* **A reconfiguração urbana da cidade de Imperatriz em função da implantação da atividade econômica da empresa Suzano papel e celulose**, 2014. Disponível em: [http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MPH0903\\_1427392146.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0903_1427392146.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do Mundo: Ensaio para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LOPES, Helena Rodrigues. **Vivendo em territórios contaminados: um dossiê sobre agrotóxicos nas águas do Cerrado**. Palmas: APATO, 2023.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

MANO, Maíra Kubík Taveira. **Deserto verde, imprensa marrom: o protagonismo político das mulheres nas páginas dos jornais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

MARQUES FILHO, Luiz César. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MORA, Ademir Lopes; GARCIA, Carlos Henrique. **A Cultura do Eucalipto no Brasil**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura, 2000.

MOREIRA, Paula Fortini. A formação da rede agroecológica latino-americana em resistência às políticas públicas da revolução verde e a experiência local no Rio de Janeiro. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 20, p. 201-222, 2021.

MOTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

MOURA, Marivânia de Melo. **Cultura política, voto e eleição em São Luís do Maranhão: uma análise do pleito de 2010**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

NUNES, Francivaldo Alves. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: ciência, Estado e proprietários rurais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 573-575, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Karina Lima. **O avanço do eucalipto no território do Extremo Sul da Bahia: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

PACHECO, Tania. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: Superintendência de Recursos Hídricos (Org.). **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008, p. 11-23.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. *In*: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 73-114.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PICOLI, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O meio ambiente como mercadoria V: as contradições entre a teoria e a prática. *In*: \_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 413-447.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e Modernidade-Racionalidade. *In*: Heraclio Bonilla (org.). **Os Conquistados: 1492 e a população indígena das Américas**. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 416-426.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. Racismo ambiental às comunidades quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2016.

RÊGO, Raimundo Moura **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, Cristiana Costa da. **Cultura e Memória migrante: A experiência do trabalho no tempo presente Barras (Piauí)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

ROCHA, Cristiana Costa da; FERRERAS, Norberto Oswaldo. Dossiê Escravidão Contemporânea e Trabalho Forçado: Problemas e Abordagens da Historiografia Contemporânea (Apresentação) **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 11, 313-315, 2016.

ROCHA, Cristiana. Um olhar sobre as fronteiras do Cerrados piauienses: conflitos pela terra e trabalho escravo (1970-2015). *In*: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane. **Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia**. São Luís: EDUFMA, 2022. p. 50-69.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da; SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. Justiça Ambiental das Águas e Racismo Ambiental. *In*: Superintendência de Recursos Hídricos (org.). **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental**. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008, p. 33-41.

- RODRIGUES, Sávio José Dias. Espaços Subalternos e Trabalho Escravo Contemporâneo: migração e vulnerabilidade socioeconômica no Maranhão moderno. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 12, n. 26, p. 119-140, 2017.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT, 2015.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SHIVA, Vandana. **Las guerras del agua**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2002.
- SHIVA, Vandana. **Los monocultivos de la mente**. México: Fineo, 2008.
- SILVA JUNIOR, Nelson. Cinema Novo e Glauber Rocha: a identidade do cinema nacional. **VI Congresso Internacional de História**. Anais... Maringá, 2013.
- SILVA, Catia Antonia da. Espaço e tempo em Milton Santos: Alguns elementos para a reflexão da História Social do Território. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-15, 2009.
- SILVA, José Gomes da. **Buraco Negro A Reforma Agrária na Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, Sandro Dutra e. No caminho, um jatobá: enfrentamento devastação da natureza na conquista do “último oeste”. *In*: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 147-170.
- SOARES, Fagno da Silva. Futuro do passado no tempo presente no Maranhão o Projeto Grande Carajás no distrito industrial de Açailândia/MA, Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, Espanha, julho/setembro, 2017.
- SOUSA, César Augusto Martins de; FONSECA, Vívica Nascimento. Memórias da ferrovia do aço e da Estrada de Ferro Carajás da década de 1970. **REH-REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADE**, Humaitá – AM, v. 1, n. 1, p. 195-213, 2020.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward. Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.
- VITAL, Marcos Henrique Figueiredo. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 235-276, 2007
- WORSTER, Donald. Pensando como um rio. *In*: ARRUDA, Gilmar (org.) **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. p. 27-46.
- WORSTER, Donald. Transformações na terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 23-44, 2003.
- WOSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZANDONADI, Leandro. Chuvas extremas e o intenso El Niño de 2015-2016: impactos na rede de coleta e abastecimento de água da cidade de Maringá, Paraná. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities reseach medium**, Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 38-69, 2020.